



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**Decadência e expansão no litoral norte
de Olinda (1654 – 1710): A Freguesia de
Maranguape.**

GLENA SALGADO VIEIRA

RECIFE, 2010

GLENA SALGADO VIEIRA

**Decadência e expansão no litoral norte
de Olinda (1654 – 1710): A Freguesia de
Maranguape.**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Arqueologia da Universidade
Federal de Pernambuco como parte
dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Arqueologia.

ORIENTADORA: CLÁUDIA ALVES DE OLIVEIRA

RECIFE, 2010.

Vieira, Gléna Salgado

Decadência e expansão no litoral norte de Olinda (1654 – 1710) : a Freguesia de Maranguape / Gléna Salgado Vieira. – Recife : O Autor, 2010.

139 folhas : il., fig., fotos, mapas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Arqueologia, 2010.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. Arqueologia. 2. Sítios históricos. 3. Olinda (PE). I. Título.

**902
930.1**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

BCFCH2010/157

UFPE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA GLENA SALGADO VIEIRA

Às 9 horas do dia 29 (vinte e nove) de janeiro de 2010 (dois mil e dez), no Curso de Mestrado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Glena Salgado Vieira** intitulada "*A Freguesia de Maranguape: análise do desenvolvimento de uma unidade religiosa-administrativa no litoral norte de Pernambuco*", sob a orientação da **Profa. Dra. Cláudia Alves de Oliveira**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito "**em Exigência**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: **Scott Joseph Allen**, **Carlos Alberto Etchevarne** e **Carlos Alberto Cunha Miranda**. Assinam também a presente ata, a Coordenadora, Profa. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.

Recife, 29 de janeiro de 2010

Prof. Dr. Scott Joseph Allen

Prof. Dr. Carlos Alberto Etchevarne

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda

Profa. Dra. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

Luciane Costa Borba

Para minha grande Mãe, Gelcy Salgado Vieira, e
meu leal Rafael Monteiro: vocês são a minha fortaleza.

Agradecimentos

A construção de qualquer trabalho requer não apenas uma cabeça pensante, mas alguns braços que auxiliam no seu desenvolvimento. Não desenvolvi esta pesquisa sozinha, mas tive o apoio de vários e várias que me ajudaram de diversas maneiras e contribuíram um pouquinho para o desfecho final dessa caminhada.

Agradeço a Deus, tive saúde, força e coragem para enfrentar cada momento de dificuldade engastada na fé que tenho. Crenças são fundamentais para o ser humano.

Agradeço ao apoio financeiro oferecido pelo CNPq, instituição de pesquisa que auxilia os estudantes no desenvolvimento de seus trabalhos.

Sou grata a três professoras importantes que acreditaram em minha capacidade: Prof^a Dra. Socorro Ferraz, Prof^a Dra. Gabriela Martin e Prof^a Dra. Anne-Marie Pessis.

Obrigada a todos os meus professores, tanto da graduação como da pós: vocês foram guias importantes nas minhas escolhas.

Agradeço à minha, Orientadora, Cláudia Alves de Oliveira, pela ajuda, disposição e por toda sua contribuição imensamente importante, desde a construção do projeto até a finalização da Dissertação.

Agradeço a todas as minhas famílias, que são várias, a que me deu a vida e as que fui agregando na minha caminhada, até chegar ao dia de hoje, com uma família numerosa. Minha Mãe de sangue, que sempre me aconselhou a não cair nos momentos de sofrimento, me ajudou com a educação ferrenha mas primorosa, para me tornar uma pessoa de princípios. Minha mãe D. Sônia Maria (sogra preferida), que me acolheu com todo o amor e com os cuidados para com uma filha de verdade. Também agradeço a Cris e Sid, valeu pelos momentos de lazer e obrigada pela força, em todos os sentidos.

Muito obrigada a você, meu irmão, sei que é muito difícil à distância, mas não esqueça que sempre estarei aqui com as portas da minha casa e do meu coração abertas para você.

Meu querido Rafael, sempre com sua paciência, amizade, companheirismo, tentando enxugar cada lágrima de angústia que passei e me auxiliando com seus conhecimentos enquanto profissional de História. Que Deus possa nos abençoar!

A Luciane Borba, mais que uma chefe, uma conselheira, amiga e companheira, me guiando e me aconselhando, com sua experiência, no caminho duro da vida. É pra você também!

Agradeço às minhas queridas sobrinhas, sempre me alegrando com seus sorrisos, me irritando com suas chatices e me divertindo com suas brincadeiras.

Obrigada! A todos vocês, meus queridos amigos, vocês foram perfeitos, nem preciso dizer o quão me ajudaram em cada minuto da minha jornada: Elyne, Adriana (é você mesma), Marcela, Nana, Karem, Luciana, Nilson, Batista, vocês representam aqueles que eu queria nomear um por um, mas como o espaço é pequeno, não dá para colocar.

Manuela, obrigada pela amizade e pela força no desenvolvimento do meu trabalho de campo.

Muito obrigada a dois grandes professores e companheiros no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa histórica, Fábio Arruda e Tácito Galvão, sem os quais não poderia ir tão longe nessa história.

Agradeço ao apoio logístico dos profissionais do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Tony, Gilmara, Sóstenes, Suely, Ivanilda, Seu Arnaldo e Dona Isabel, eu já estive aí.

Finalmente, agradeço a todos que encontrei na minha jornada de dois anos e meio de trabalho difícil, cansativo, mas enriquecedor.

**A história é êmula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado,
exemplo do presente, advertência do futuro.**

Miguel Cervantes

RESUMO

A área do litoral norte do Estado de Pernambuco possui vários sítios históricos com diversas construções do Brasil colônia. Entretanto, poucos estudos se ocuparam da região, que se localiza entre as cidades de Olinda e Igarassu, os atuais município de Paulista e Abreu e Lima. Ainda há muitas questões não esclarecidas sobre o povoamento e a ocupação do solo desta área, no período colonial. A pesquisa analisou o sítio arqueológico cadastrado como Engenho Maranguape, localizado no município de Paulista. Trata-se de uma fazenda rural do século XVII, onde existia a igreja conhecida como Nossa Senhora dos Prazeres, a qual se tornou a sede da freguesia de Maranguape. Este estudo tem por objetivo analisar a expansão da Vila de Olinda no litoral norte de Pernambuco, na área da Sesmaria Jaguaribe, particularmente, a Freguesia de Maranguape. Procura-se responder se houve decadência da Vila de Olinda, entre a expulsão dos holandeses, em 1630, e a Guerra dos Mascates, em 1710? Acredita-se que essa decadência aconteceu, mas, por questões políticas e que, nas questões econômicas, o litoral norte de Olinda apresentava atrativos naturais suficientemente bons para a produção de açúcar, como as demais regiões de Pernambuco. Essa área tinha grande potencial para a expansão, tanto do açúcar como de outros produtos; percebe-se isso através da criação e desenvolvimento da Freguesia de Maranguape. Acredita-se que o estabelecimento da freguesia foi indispensável na medida em que adquiriu um aumento territorial, com a incorporação e criação de unidades produtivas que estavam ao redor da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres. Com base na Arqueologia Histórica e na análise da paisagem foram analisadas as estruturas, existente dentro da Capitania, Olinda, e na Freguesia de Maranguape. Neste sentido foram realizadas atividades de reconhecimento da área, através de prospecções arqueológicas, sendo registrados os espaços remanescentes dos sítios identificados. A maior contribuição da pesquisa foi o reconhecimento das unidades produtivas açucareiras e a localização das capelas anexas à Freguesia de Maranguape. Essas propriedades mostram que a região era produtora de açúcar, mas que essa produção podia não ser para exportação, já que os engenhos identificados, praticamente, sumiram, tanto as estruturas como da documentação.

Palavras-Chaves: Litoral Norte, Olinda, Freguesia de Maranguape.

ABSTRACT

The area of the coast north of the State of Pernambuco possesses some historical small farms with diverse constructions of Brazil colony. However, few studies if had occupied of the region, that if it locates enters the cities of Olinda and Igarassu, current the city of Paulista and Abreu and Lima. Still it has many questions not clarified on the povoamento and the occupation of the ground of this area, in the colonial period. The research analyzed registered in cadastre archaeological small farm as Maranguape Device, located in the city of Native of São Paulo. One is about an agricultural farm of century XVII, where Lady of the Pleasures existed the known church as Ours, which if became the headquarters of the clientele of Maranguape. This study it has for objective to analyze the expansion of the Village of Olinda in the coast north of Pernambuco, the area of the Sesmaria Jaguaribe, particularly, the Clientele of Maranguape. It is looked to answer if it had decay of the Village of Olinda, enters the expulsion of the dutches, in 1630, and the War of the Pedlars, in 1710? One gives credit that this decay happened, but, for questions politics and that, in the economic questions, the coast north of Olinda presented attractive natural enough good for the sugar production, as the too much regions of Pernambuco. This area had great potential for the expansion, as much of the sugar as of other products; one perceives this through the creation and development of the Clientele of Maranguape. One gives credit that the establishment of the clientele was indispensable in the measure where acquired a territorial increase, with the incorporation and creation of productive units that were around of the Church Ours Lady of the Pleasures. On the basis of Historical Archaeology and in the analysis of the landscape had been analyzed the structures, existing inside of the Captainship, Olinda, and in the Clientele of Maranguape. In this direction activities of recognition of the area had been carried through, through archaeological prospections, being registered the remaining spaces of the identified small farms. The biggest contribution of the research was the recognition of the sugar productive units and the localization of the attached chapels to the Clientele of Maranguape. These properties show that the region was producing of sugar, but that this production could not be for exportation, since the identified devices, practically, had disappeared, as much the structures as of the documentation.

Key-Word: The coast North , Olinda, Clientele of Maranguape.

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
Figura 01 – Vista de Olinda tomada da ladeira da Misericórdia	45
Figura 02 – Vista geral do casario de Olinda	45
Figura 03 – Vila de Olinda e o <i>Povo</i> (Recife)	50
Figura 04 – Mapa geológico do litoral norte de Pernambuco	71
Figura 05 – Rio Timbó	73
Figura 06 – Detalhe do mapa de Vingboons	76
Figura 07 – Ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape.	77
Figura 08 – Igreja Nossa Senhora do Ó de Pau Amarelo	83
Figura 09 – Ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres e da Casa Paroquial	84
Figura 10 Detalhe do mapa de Barleus com a indicação das capelas e engenhos	86
Figura 11 – Lateral das ruínas da Capela de Santa Ana	87
Figura 12 – Vista da capela de Santo Antônio	89
Figura 13 – Frente da Igreja Nossa Senhora do Ó	91
Figura 14 – Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Médicos	92
Figura 15 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Milagres	93
Figura 16 – Igreja de Nossa Senhora de Maranguape em 1940.	94
Figura 17 – Situação atual do Riacho Mirueira.	99
Figura 18 – Visão da capela de Santa Ana, da parte baixa do terreno	101
Figura 19 – Imagem interna da parede lateral da capela de Santa Ana	101
Figura 20 – Localização da Capela de Santo Antônio no mapa	102
Figura 21 – Parte de posterior da Capela de Santo Antônio – Jardim Paulista	104
Figura 22 – Localização das Ruínas da antiga Usina Timbó, antigas terras do Engenho Timbó	106

Figura 23 – Parte do rio Timbó que cruza a propriedade do Timbó	106
Figura 24 – Restos estruturais da antiga Usina Timbó	107
Figura 25 – Detalhe de uma das estruturas identificadas da antiga Usina Timbó	107
Figura 26 – Visão geral da área do sítio do antigo engenho Jaguaribe	109
Figura 27 – Ruínas de uma casa que seria a do Engenho Jaguaribe	110
Figura 28 – Visão interna da parede da casa do Engenho Jaguaribe	110
Figura 29 – Ruínas de um oratório identificado na parte interna das ruínas da casa	111
Figura 30 – Mapa de localização dos engenhos identificados na área da antiga Freguesia de Maranguape.	116

SUMÁRIO

	Pág.
Introdução	13
1. Pressupostos Teóricos e Metodológicos	21
1.1 O espaço e o tempo	27
1.2 A paisagem arqueológica	29
2. Contexto Histórico	35
2.1 A Riqueza do Açúcar	35
2.2 A Capitania de Pernambuco	40
2.3 Olinda e seus arredores	48
2.4 A freguesia no sistema colonial	58
3. Configuração Espacial da Vila de Olinda	69
3.1 A Sesmaria Jaguaribe	74
3.2 A Freguesia de Maranguape	77
3.2.1 As capelas	85
3.2.2 Os engenhos	96
4. Situação de Olinda no século XVIII	117
5. Considerações Finais	125
Referências	128
Anexos	133

Introdução

Uma das primeiras regiões brasileiras ocupadas pelos portugueses foi a área de Pernambuco. Em 1535, Duarte Coelho torna-se o donatário da Capitania e funda a vila de Olinda, distribuindo os primeiros engenhos da terra.

A partir daí, se inicia o processo que vai tornar Pernambuco um grande produtor de açúcar no período colonial e, durante muito tempo, responsável por mais da metade das exportações brasileiras. Com a visibilidade dessa riqueza, novos colonos europeus são atraídos e aqui se estabelecem, construindo um dos mais importantes patrimônios arquitetônicos da América, no período colonial.

A arquitetura aqui implantada vai sofrer a influência da Europa, mas também imprimir suas próprias marcas. Vários edifícios que demonstram essa presença são encontrados por todo Pernambuco, desde engenhos, capelas, até a arquitetura puramente militar.

Na área do litoral norte é possível identificar vários sítios históricos importantes que demonstram as influências europeias: na cidade de Igarassu podemos ver belos exemplares dessa arquitetura, em Itamaracá, povoado desde 1534, observamos construções do Brasil Colônia, como o Forte Orange, construído logo após a invasão da ilha pelos holandeses, em 1631. No final do século XVII foi ocupado pelos portugueses, assumindo o nome de Fortaleza de Santa Cruz (BARTHEL, 2007).

Assim, por todo o litoral a presença europeia é observada, através dos edifícios que se espalham pela área. Mas apesar dessa presença tão perceptível, várias regiões foram pouco exploradas e muita história ainda existe para ser esclarecida.

A parte central de Olinda já foi extremamente explorada e estudada, mas a área adjacente pouco foi pesquisada, área essa localizada entre Olinda e Igarassu, conhecida como Sesmaria Jaguaribe, e que hoje inclui o município de Paulista. Ainda hoje essa região possui muitas lacunas sobre seu povoamento, sua formação territorial e social, além da ocupação do espaço no período colonial.

Mais especificamente nos interessa a área da Freguesia de Maranguape, considerando ser esta uma região de que pouco se conhece e de escassa documentação histórica. Assim, há necessidade de um levantamento arqueológico através do qual se possa procurar e obter respostas para explicar o passado desta região.

A história de Maranguape é muito controversa, em vários aspectos. Estudos já foram desenvolvidos em diversas áreas desta Freguesia. Como exemplo, destacamos o trabalho do historiador Tácito Galvão (2001), sobre a história do município, um trabalho rico em informações valiosas, abordando desde a chegada do donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, até a consolidação do Município de Paulista.

Há ainda o projeto “Prospecções Arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe”¹, desenvolvido no ano de 2001, que teve como objetivo principal aprofundar os estudos históricos e arqueológicos no litoral norte do Estado de Pernambuco, se iniciando com o cadastramento de sítios arqueológicos nesta área do litoral. A partir da realização desse projeto, foi possível implantar diversos outros trabalhos na região.

Na Fazenda de São Bento de Jaguaribe, localizada na área da Sesmaria Jaguaribe, um dos sítios cadastrados, foi realizada uma prospecção na antiga propriedade beneditina do século XVII, atualmente zona rural do Município de Abreu e Lima, com o objetivo de reconstituir o modelo de organização espacial nas propriedades rurais do tipo fazenda².

Outros estudos foram desenvolvidos nesta fase, dentre os quais a prospecção arqueológica no sítio cadastrado como Engenho Maranguape, que constituiu o ponto de partida para o interesse na realização da análise da Freguesia de Maranguape.

¹ Projeto desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – PPARq, coordenado pela Professora. Cláudia Alves de Oliveira.

² Trabalhos em nível de Mestrado foram desenvolvidos na área: Mércia Carrera de Medeiros “*Reconstituição de uma Fazenda Colonial: estudo de caso Fazenda de São Bento de Jaguaribe*”; Ana Paula Guedes de Andrade “*A Casa de Vivenda do sítio São Bento de Jaguaribe: uma reconstituição Arqueológica*” e Fabíola Amaral Jansen da Silva “*O Cativo Rural Colonial: Reconstituição Arqueológica da Senzala da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, Município de Abreu e Lima, Pernambuco*”.

O trabalho em questão foi a dissertação de Mestrado intitulada “*Engenho Maranguape: uma leitura arqueológica*”³, que visava compreender as estruturas existentes no sítio, com base em controvérsias sobre a sua tipologia e estrutura. A principal questão discutida era se a propriedade seria um engenho, denominação como é conhecida a área do sítio, ou uma fazenda. Concluiu-se que a propriedade era uma fazenda e possuía uma igreja e uma casa paroquial, não se identificando a moita e a senzala, que a configuraria como um engenho.

O trabalho evidenciou que a área, conhecida como “Engenho Maranguape”, abrigava a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, que viria a ser a sede de uma freguesia; daí surgiu o interesse no desenvolvimento do tema da dissertação, que com objetivo de estudar o destaque dessa região e como se deu a expansão de Olinda para a criação dessa freguesia.

O interesse partiu da necessidade de esclarecer questões ainda herméticas sobre a região. Questões estas sobre a articulação do seu povoamento e distribuição espacial das propriedades produtivas existentes na localidade. Poucos são os estudos sobre o território que abrigou a freguesia, unidade que precedeu o atual município de Paulista.

A partir do ano de 1691 a igreja existente na área da propriedade dos Maranguapes serviu de sede de Curato e, posteriormente, a partir de 1719, passou a sede da Freguesia de Maranguape, desmembrando-se da Freguesia da Sé de Olinda.

A criação dessa freguesia está envolta numa situação de conflito dentro da Capitania de Pernambuco: o período em que após a expulsão dos holandeses e em plena Guerra dos Mascates, segundo alguns historiadores, Olinda está em decadência, devido ao desenvolvimento e ampliação do Recife.

Pretende-se então esclarecer a pergunta: Existiu a decadência da Vila de Olinda, entre a expulsão dos holandeses, em 1630, e a Guerra dos Mascates, em 1710?

³ O trabalho constituiu a dissertação de Mestrado de Melânia Gaudêncio Noya Forest (2006).

Acredita-se que essa decadência aconteceu sim, mas, por questões políticas e que, nas questões econômicas, o litoral norte de Olinda apresentava atrativos naturais suficientemente bons para a produção de açúcar, como as demais regiões de Pernambuco. Essa área tinha grande potencial para a expansão, tanto do açúcar como de outros produtos; percebe-se isso através da criação e desenvolvimento da Freguesia de Maranguape, que dentro da estrutura administrativa da colônia representava um distrito atrelado à Vila.

Tem-se como objetivo geral: Analisar a expansão da Vila de Olinda no litoral norte de Pernambuco, na área da Sesmaria Jaguaribe e, em particular, na Freguesia de Maranguape. Especificamente, pretende-se identificar a configuração espacial da área; localizar as unidades produtivas que compunham a freguesia e analisar as transformações espaciais na região.

A pesquisa pretende elucidar questões importantes uma região e ainda abrir a possibilidade que no futuro se tenha uma ideia mais clara dos locais onde será mais proveitoso proceder a escavações arqueológicas, para responder a questões amadurecidas e pertinentes, sobre um período que se caracteriza pela escassez, ou mesmo ausência de dados a seu respeito, sobretudo documentação escrita.

Sabe-se que a Igreja foi um dos alicerces no surgimento de muitos dos núcleos urbanos, no período colonial brasileiro. Uma ermida ou uma capela constituía a base em torno da qual se formavam pequenos agrupamentos humanos, assim como ao redor dos engenhos. Com a ampliação da população, essa capela passava para outra escala “evolutiva”, de acordo com a Igreja, e era transformada em paróquia ou freguesia.

A Igreja Católica dividia o território físico-espacial em unidades menores, para poder melhor administrar a religião e controlar a população cristã. A freguesia era uma parte do território, a cargo de um pároco, e possuía uma igreja matriz, situada no núcleo urbano, em torno da qual se desenvolviam as atividades religiosas e sociais. As igrejas matrizes controlavam mais de perto a população. Nelas eram registrados os nascimentos (através dos batismos), os casamentos e os óbitos.

No período colonial, a necessidade da criação de uma freguesia surgia quando uma aglomeração nascia por si só e crescia além das possibilidades de atendimento a essa população por parte da Igreja. Ao longo do tempo, aquele aglomerado ia passando por vários estágios hierárquicos, até o momento da criação de um município. Os aglomerados seguiam a ordem: arraial, curado, paróquia, vila e cidade.

Historicamente, a área da antiga freguesia passou por várias etapas, até a definitiva instituição da Matriz. Com Duarte Coelho, chegaram várias pessoas para ocupar determinados cargos, entre eles o Feitor e Almojarife, Vasco Fernandes de Lucena, que foi de grande importância na pacificação dos nativos, pelo fato de conhecer a língua dos nativos, segundo Frei Vicente do Salvador (1982). Por seus serviços à Coroa, o Feitor Vasco Lucena recebeu uma sesmaria doada em 1540.

A área da sesmaria foi dividida em quatro partes, entre o Feitor e seus três filhos. A parte que abrigava a propriedade dos Maranguapes foi comprada por João Fernandes Vieira, que em 1674 fez seu testamento na propriedade. Com a sua morte, em 1681, a propriedade, sob hipoteca, passou para Jerônimo César de Melo⁴, como dote pelo casamento com Maria Joana César, filha de Fernandes Vieira com Cosma de Melo, segundo o genealogista Borges da Fonseca.

O espaço ocupado pela da antiga Freguesia de Maranguape pode mostrar muito mais sobre o ambiente e os modos de uso desse lugar. A identificação desses espaços ajudaria na percepção de como era a organização dos indivíduos e suas relações com o espaço. Acredita-se que a questão espacial influenciou fortemente a formação social brasileira e a produção desse espaço resultante da ação dessa sociedade.

Frémont (1980) afirma que (...) o espaço passa a ser concebido como espaço vivido, ou seja, como um espaço de vida, construído e representado por seus atores

⁴ As terras de Maranguape foram prometidas por Fernandes Vieira ao Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Olinda. Sua solicitação de licença para Sua Majestade nunca foi concedida, sendo dessa forma anulada a doação. D. Maria César havia dado, como dote, a Jerônimo César de Melo o Engenho São João, mas, devido a alguns lavradores demandarem a cerca da propriedade em partidos de cana, ficou o dote comprometido, dando então em hipoteca as terras dos Maranguapes e dois partidos do Engenho do Meio (COUTO, 1981).

sociais, e o território em suas dimensões sociopolítica (controle, apropriação), e cultural (significado, identidade).

Dessa forma para o estudo da região da antiga Freguesia de Maranguape foi necessário reconstruir o seu contexto cultural e histórico, a partir da Arqueologia, da Historiografia e da Iconografia. Foram realizadas pesquisas na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe; no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHG; no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, entre outras instituições. Esse levantamento bibliográfico permitiu a formulação do problema e o desenvolvimento da hipótese para esta pesquisa.

A análise da configuração espacial, sistemas construtivos e arquitetura foi realizada com base nos estudos de Sanjuán (2005), Renfrew; Bahn (1993), Martínez; Zapatero (1984), Hodder; Orton (1990), Shirley Martins dos Santos (1995), Geraldo Gomes (2005), Robert Smith (1969), os quais foram fundamentais; como também os trabalhos de autores pernambucanos que dissertaram sobre toda a situação da Capitania durante o período colonial, entre eles Flávio Guerra (1984), Manuel Correia de Andrade (1971; 1984; 1989; 1994; 2001), Evaldo Cabral de Melo (1986; 1998; 2003), Gilberto Freyre (1967) e José Antonio Gonçalves de Mello (1967; 1974; 1997;).

O corte temporal do estudo corresponde às mudanças ocorridas na Capitania de Pernambuco, em meados do século XVII e princípios do século XVIII, precisamente entre o período de 1654 – 1710, com a Guerra dos Mascates.

Seguindo esses conceitos, o trabalho foi organizado em quatro capítulos, que delineiam a organização da Capitania de Pernambuco e o desenvolvimento da Freguesia de Maranguape.

O primeiro capítulo compreende uma revisão da literatura com a utilização da Arqueologia da Paisagem como abordagem e ponto norteador da pesquisa. A partir daí, se busca entender o espaço no qual estava inserido a Freguesia de Maranguape e também como se pode conceituar sua situação dentro da Capitania de Pernambuco.

Desenvolve-se ainda uma análise a partir da Arqueologia Histórica, para a compressão dessa área que faz parte da colonização e expansão do açúcar.

Com os subsídios do estudo arqueológico se aspira realizar, no espaço que hoje resta daquele ambiente colonial, uma análise arqueológica e histórica de uma sociedade que desenvolveu suas áreas de forma interna e externa. Nessa parte foi ainda abordada a metodologia adotada no decurso da pesquisa, incluindo a análise de mapas e fotografias.

O capítulo segundo abrange por todas as questões históricas, resgatadas na documentação primária e secundária, que envolvem a Capitania de Pernambuco. Começando pelo desenvolvimento do açúcar, a situação em que se encontrava Olinda e seus arredores identificando o papel de uma freguesia na trama administrativa, considerando-a parte importante, na conjuntura colonial, da Capitania de Pernambuco.

A terceira parte da dissertação é constituída pelas informações relacionadas à configuração espacial da Vila de Olinda, sua composição, diretamente relacionada a seus arredores, principalmente a área da Sesmaria Jaguaribe, e especificamente à região do estudo, a área da Freguesia de Maranguape. Foram também abordados os aspectos climáticos, geológicos, geomorfológicos e as questões hidrográficas, para compreender como era constituída a região, seus potenciais e recursos disponíveis para o desenvolvimento. Além, é claro, do estudo das áreas ocupadas pelos engenhos e pelas capelas na região da Freguesia de Maranguape, com a descrição do trabalho de campo desenvolvido na região, a prospecção da área, com a observação dos vestígios superficiais, a realização de caminhadas, sempre em associação ao uso de mapas, com a intenção de apreender, de forma mais extensa, as informações sobre os sítios pesquisados.

O capítulo quarto corresponde a um panorama geral de todas as informações coletadas, seja a documentação primária, seja o levantamento realizado na área. A associação dessas informações ajudou a descrever a situação em que Olinda se encontrava no século XVIII, com todas as modificações que a situação vigente fornecia à Capitania de Pernambuco. A dissertação finaliza com a análise de todas as informações resgatadas durante a pesquisa, além do mapeamento da área delimitada da

Freguesia de Maranguape, mostrando as áreas produtivas e as capelas anexas à igreja matriz de Maranguape. Com isso, tentou-se responder as questões levantadas na pesquisa.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A pesquisa na área da Freguesia de Maranguape ocorreu pela necessidade esclarecer questões ambíguas relacionadas à sua organização territorial, administrativa e jurisdicional em relação à Capitania de Pernambuco.

A ideia de realizar estudos para reconstrução da organização socioespacial surgiu da motivação de identificar uma área que assumiu o posto de unidade religiosa com funções administrativas, localizada no meio de dois “centros”, Olinda e Igarassu.

O estudo da configuração territorial da Freguesia de Maranguape torna-se necessário pela insuficiência de informações, relacionadas tanto ao espaço que ocupou, como quem o ocupou e o seu desenvolvimento. Através do estudo do conjunto formado pelos sistemas naturais existentes na área e os acréscimos introduzidos pelo homem a esses sistemas naturais, busca-se esclarecer questões pertinentes ao desenvolvimento de Olinda e à sua expansão, através da Freguesia de Maranguape, num momento conturbado por qual passava a Capitania de Pernambuco.

Uma freguesia era uma célula menor, ao mesmo tempo eclesiástica e administrativa, de um meio urbano maior, de que fazia parte. Era um posto de autoridade, e tinha o reconhecimento de um povoado que se elevava à categoria de freguesia ou paróquia.

Na trajetória ascendente, o estágio seguinte à da capela era sua conversão em uma capela curada, ou freguesia. Momento significativo esse, pois é no âmbito das freguesias que os processos administrativos e de controle da Igreja e do Estado pela primeira vez se articulam em uma base comum.

As freguesias possuíam ao seu redor comunidades que eram atendidas, diante das suas necessidades, e estavam inseridas na sua jurisdição, existiam na sua composição várias capelas, vários engenhos, vários povoados e fogos. Instituindo um território que agora estava sob seu domínio e sua responsabilidade.

Dessa forma para poder se realizar o reconhecimento geral da área da Freguesia de Maranguape, foi necessário o uso da Arqueologia como norteador, já que a Arqueologia⁵ oferece a possibilidade de analisar e interpretar os importantes processos de longa duração da história das cidades, e se relaciona diretamente com a possibilidade de realizar uma leitura do fenômeno da ocupação do espaço pelo homem, através da identificação da cultura material associada com a documentação histórica. Através das fontes primárias acerca do período colonial, como relatos, descrições de viajantes e pessoas ligadas à economia e à política, no período de interesse (KERN, 2006).

Ao propor uma pesquisa adotando as bases teóricas da Arqueologia, deve-se ter consciência de que essa escolha está envolta em uma série de conceitos originários de outras áreas do conhecimento, como, por exemplo: a Geografia, a História e a Antropologia. Estes conceitos, como o de espaço, tempo e paisagem, modificam-se comumente, de acordo com o fundamento teórico que os origina e ainda o contexto em que estão inseridos e foram elaborados. Ao usar essa perspectiva transdisciplinar⁶, precisa-se manter o foco, que é específico da Arqueologia, sempre buscando responder questões que lhe são próprias.

No caso da Freguesia de Maranguape, a Arqueologia constitui a forma de estudar as áreas que possuam vestígios arqueológicos e que estão inumados na região que abarca a área de interesse. Os espaços que ainda estão por identificar abrangem as regiões onde estão as propriedades que pertenciam ao perímetro da freguesia. Assim optou-se por efetuar um levantamento de sítios, utilizando a prospecção dirigida, tanto em termos cronológicos como em termos de paisagem.

Souza (2005) afirma que:

A incorporação da paisagem, culturalmente determinada como objeto de análise pela Arqueologia, resulta da convicção de que, por se tratar

⁵ A Arqueologia é uma disciplina da ciência social, que tem como objetivo investigar os processos sociais através dos aspectos da sociedade, como sua tecnologia, sua economia, suas expressões etc. (BATE, 1998).

⁶ O termo interdisciplinaridade parece ter perdido seu sentido original, assumindo a forma, segundo Reis (1997:52), de tomar “*empréstimos a outras disciplinas*”, criando uma justaposição de abordagens. Em contrapartida, o termo transdisciplinaridade, segundo este autor, tem o sentido de ir “a outros campos, abrangendo-os e trazendo *ao território informacional obtido na própria arqueologia para co-produzir o conhecimento*”.

de um elemento da cultura material, passível de ser analisado como um artefato, e se enquadra em seu campo de investigação.

Com o auxílio do estudo arqueológico se pretende desenvolver, no espaço que hoje resta daquele ambiente colonial, a construção de uma análise arqueológica e histórica de uma sociedade que teve um desenvolvimento particular. É no ambiente físico que se desenrolam as ações humanas; esse ambiente aparece como cenário das atividades do homem e palco para a interação entre homem e natureza. Assim, o homem segue construindo, econômica, social e simbolicamente, o seu espaço.

A Arqueologia Histórica surge para auxiliar no desenvolvimento do trabalho, já em síntese, ajuda significativamente para a compreensão e reconstrução do passado, empregando dados históricos, antropológicos e arquitetônicos, abrangendo o plano cultural e social. Dessa forma, aparece na investigação de questões que resgatam a memória social e reinterpretam a História.

Kern (2001) ainda afirma que:

Podemos observar, nos testemunhos de cultura material, encontrados nestes sítios históricos, informações sobre os momentos cruciais do desenvolvimento e crise das sociedades que construíram as cidades e nelas habitaram. Nelas foram estabelecidas instituições políticas e sociais que deram origem, ao longo dos séculos, a muitas de nossas formas atuais de organização.

Assim, os sítios guardam vestígios com informações históricas e arqueológicas, que devem ser reveladas e, principalmente, interpretadas de maneira crítica e contextualizada.

Dessa forma, a abordagem arqueológica de um sítio histórico, como é o caso da Freguesia de Maranguape, pressupõe o encaminhamento de uma investigação não apenas restrita aos vestígios encontrados, mas necessariamente contextualizada com outras informações disponíveis em fontes como documentos manuscritos, referências bibliográficas e iconografias. Estas evidências devem ser entendidas como produtos remanescentes da atividade humana, que podem constituir importantes indicadores socioculturais. O documento escrito surge então como um marco, conforme sua

utilização, pois ele nada mais é do que o produto da sociedade que o produziu, segundo as relações de forças que então detinham o poder (LE GOFF, 1992).

A pesquisa arqueológica então objetiva identificar uma sequência de eventos ocorridos em determinados espaços, através de evidências do uso do espaço físico, da organização econômica, social, política, simbólica, a descrição dessas sequências e o estabelecimento de relações, que tendem a adquirir uma forma narrativa.

Segundo Mateus (2002):

A cultura material de outrora preservada no registro arqueológico deve ser reconstituída na sua expressividade de “obra”, enquanto forma (estrutura) que esteve viva, que funcionou, na sua *viabilidade / criatividade* ecológica, econômica, social, espiritual. Só desta forma se produz ciência e patrimônio.

Tânia Andrade Lima refere-se às diferenças entre a pesquisa arqueológica histórica e a pré-histórica e mostra que nos sítios históricos devem ser adotadas estratégias diferentes de investigação, não necessitando tanto da pesquisa arqueológica como os sítios pré-históricos:

(...) a maior complexidade cultural, as tecnologias avançadas e um menor espaço de tempo decorrido [sic] faz com que o arqueólogo histórico atue mais sobre o terreno, já que os vestígios são eminentemente estruturas verticais, construções e outros tipos de depósitos não encobertos, podendo em muitos casos dispensar a escavação. Daí a necessidade do desenvolvimento de abordagens específicas para sítios históricos, já que, em muitos casos, as meticulosas técnicas utilizadas por pré-historiadores podem ser totalmente ineficientes.

Os sítios arqueológicos frequentemente funcionam como “arquivos de imagens” do espaço e de seu entorno, permitindo acesso ao território, à sua fisiografia, à sua ecologia, à sua funcionalidade econômica, à sua estruturação espaço-cultural.

Gradativamente, nos últimos anos, o universo de inferência da Arqueologia tem sido redimensionado, bem como o conceito de cultura material, seu objeto de estudo. A escavação⁷, que era considerada sinônimo da disciplina, passa a ser observada como um

⁷ O desenvolvimento da escavação arqueológica, como técnica científica, radica na percepção do fenômeno geológico da estratificação, ou seja, na disposição dos estratos de um terreno em camadas

recurso a ser utilizado em situações extraordinárias e imprescindíveis, condizente então com a compreensão de que se trata de um recurso prejudicial ao patrimônio, caso efetuado em condições desfavoráveis e sem o rigor necessário (THIESEN, 1999).

No caso da Freguesia de Maranguape, a necessidade de levantar as informações históricas e arqueológicas vem do fato de se desejar esclarecer quais seriam as unidades que faziam parte da Freguesia, ainda de analisar as transformações espaciais da área, compreender a situação de Olinda na nova situação em que se encontrava, além de perceber como se comportou essa unidade de cunho religioso-administrativo.

Como fontes secundárias foram consultadas publicações que abordam o processo de ocupação e utilização do espaço de Pernambuco, tais como livros, artigos, teses, dissertações. Dentre os autores, recorreu-se a Evaldo Cabral de Mello (1986, 2003), José Antônio Gonçalves de Mello (1967, 1997), Manuel Correia de Andrade (1984, 1989, 1994, 2001) Gilberto Freyre (1967), dentre outros.

O levantamento do contexto espacial, que possibilita a localização dos sítios arqueológicos, levou em consideração as estruturas remanescentes, os vestígios de solos arqueológicos, relacionados com o entorno ambiental e as possíveis fontes de matéria-prima. Depois da localização da área, com a identificação das regiões mais exploradas, foram realizadas prospecções para confrontar os achados com as informações levantadas na pesquisa primária e secundária.

A adoção, cada vez mais frequente, da prospecção de superfície, decorre de sua capacidade de proporcionar respostas às necessidades de catalogação e proteção do patrimônio arqueológico. Numa perspectiva teórica, resultou da formulação de questões sobre evolução do povoamento, ou aspectos de organização econômica e social do passado. Assim, se leva em conta a análise das fontes cartográficas; a foto-interpretação, além de possíveis pesquisas arqueológicas prospectivas.

sobrepostas e na sua compreensão como fenômeno resultante de ações naturais ou antrópicas que se sucedem no tempo (HARRIS, 1991).

O desafio proposto, ao pesquisar vestígios remanescentes de comunidades mediante documentação histórica e arqueológica, é o de buscar indicativos da atuação dos diversos agentes na dinâmica de adaptação do espaço de interação social, premissa básica para se entender os motivos que determinaram a criação, transformação e abandono desses espaços.

Assim Kern (2006) fala que:

A história e a arqueologia procuram desvelar o cotidiano, aquilo que parece o banal da vida comum urbana: os comportamentos sociais, os ritos, os gestos e os costumes. Se, por um lado, os elementos materiais da cultura parecem mudar mais lentamente, os novos modos de vida dos habitantes das cidades se alteram mais rapidamente, o que fornece este quadro sempre contrastante do tradicional e do moderno, em cada cidade e em cada época.

Kern (2006) ainda afirma que:

(...) existem alguns indícios sobre o crescimento populacional e o desenvolvimento destas novas aglomerações urbanas que podem ser obtidos na documentação histórica e na cultura material remanescente.

O que se deve ter em mente é que as atividades que ordenam os espaços não são apenas de ordem econômica. Elas envolvem relações sociais, de poder, valores, sentimentos e tantos outros aspectos que envolvem a complexidade das relações humanas. Lembrando que a Arqueologia não é nenhuma panaceia capaz de dar conta de tudo isto, sendo necessário então o auxílio de outras disciplinas que possam esclarecer questões que apareçam durante a pesquisa.

Pretende-se, dessa forma, reconhecer a Freguesia de Maranguape, uma área que inclui a propriedade de Maranguape, os engenhos que existem na região e a sede da Freguesia, que se localizava na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Através do reconhecimento da freguesia poder-se-á se identificar como realmente esse território era formado e as relações existentes entre Olinda e Maranguape.

A análise da Freguesia tornará possível avaliar como se deu o desenvolvimento econômico e social dos possíveis engenhos identificados e, dessa forma, perceber a importância da freguesia numa relação em escala regional, perceber a paisagem formada por essa freguesia e o território que incorporava, tendo Olinda como ponto central.

1.1 O espaço e o tempo

O espaço, formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, é onde ocorrem todas as relações que compreendem sistemas de objetos e sistemas de ações, que não devem ser considerados isoladamente, mas conjugados; é também onde a história se desenrola. O espaço é uma junção inseparável, onde, de um lado, se encontram objetos geográficos, naturais e sociais, e, de outro, a vida que os desenvolve, a sociedade (SANTOS, 2004).

No espaço existem formas que compõem a paisagem e que assumem em cada momento, uma função, em resposta às necessidades da sociedade. Essas formas nasceram sob necessidades específicas, mas, com o passar do tempo, vão assumindo novas funções, recebendo valores diferentes nas sucessivas sociedades. O espaço é então a fonte onde novas ações substituem ações anteriores e está relacionado diretamente à sucessão do tempo.

Daniel Hiernaux Nicolas, citado por Santos (2004), diz que: *“Apropriar-se de um espaço é reconstruir sua lógica temporal, é reativar um mecanismo de articulação entre tempo e espaço”*. Além de que: *“A História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social”*.

Dessa forma, a paisagem, não sendo estática e estando sujeita a processos de constante transformação, sobretudo pela ação humana, é considerada fonte de conhecimento histórico, sendo criada em momentos históricos diferentes, coexistindo no momento atual. A paisagem é transtemporal, unindo objetos do passado e do presente (SANTOS, 2004).

Sendo assim, a paisagem seria caracterizada por uma determinada disposição do conjunto de objetos reais e concretos, e formada por uma parcela da configuração territorial que se pode identificar com a visão. Sendo então o espaço formado pela intrusão da sociedade nesses objetos reais e concretos.

Segundo Soja (1993), na paisagem há

(...) uma dialética dinâmica e contraditória do espaço e do tempo, da ação humana e da restrição estrutural, desde as práticas rotineiras da vida cotidiana até os rearranjos geopolíticos mais distantes de uma divisão espacial global do trabalho.

Ferro (1940) afirma que:

O espaço assume formas diversas ao longo do tempo, devido à aceleração das comunicações, por efeito dos progressos na técnica dos transportes (...) mas também – e mais radicalmente – do próprio interesse que nutrem as várias sociedades humanas pela travessia de um ‘certo’ espaço’. E, sempre nessa perspectiva, ocorrerá ajustar – conforme os períodos históricos considerados – o espírito da investigação, e o modo de conduzi-la, às transformações verificadas no objeto de estudo.

Assim, o uso do ambiente físico e o valor que lhe é atribuído pelas sociedades variam de acordo com o tempo. Na Arqueologia, para a compreensão do passado, diversas dimensões deverão ser consideradas entre elas o tempo, o espaço e a forma, inseridas nos vestígios arqueológicos. Sendo assim, a interação do espaço e tempo está na essência das discussões das diversas ciências humanas.

Kern (2006) afirma que:

A arqueologia do espaço, (...) nos permite observar uma série de evidências, por exemplo, a ampliação do número de sítios arqueológicos históricos em uma região e, em cada um deles, o maior número de edifícios públicos e religiosos, de restos de habitações. (...) perceber não apenas edificações mais estáveis, mas também novas formas de organização: torres, muralhas, templos ou igrejas, palácios, espaços públicos e oficinas artesanais, por exemplo.

1.2 A paisagem arqueológica

Os sítios arqueológicos são bem mais significativos se analisados em conjunto, e melhor interpretados a partir da sua ocorrência no espaço e do funcionamento indissociável dos contextos sociocultural e ambiental. Na nova perspectiva o sítio arqueológico poderá ser compreendido no conjunto das suas relações com o restante dos sítios circundantes.

A Nova Arqueologia trouxe novas formas de reconhecimento da superfície terrestre. Mesmo a escavação mantendo sua importância, se concede uma maior atenção às várias formas de reconhecimento superficial do território, como meio de compreensão das sociedades do passado.

No trabalho, procurou-se identificar as áreas das unidades produtivas para o levantamento das informações que pudessem ajudar no esclarecimento das questões levantadas na pesquisa. Todos os sítios localizados foram primeiramente identificados na documentação, no Livro de Registro de Terras Públicas da Freguesia de Maranguape, que se encontra no Arquivo Público de Pernambuco.

A metodologia aqui pretendida utilizou grandes áreas geográficas para a busca de sítios arqueológicos, através das técnicas de mapeamento na região e prospecções, neste último caso com o propósito de delimitar as áreas de ocupação, em termos de áreas internas, de transição e as imediatamente externas dos sítios arqueológicos, também localizando estruturas, feições e artefatos arqueológicos.

Milton Santos (2004) destaca que, na terminologia geográfica, configuração geográfica e paisagem equivocadamente substituem o espaço. O autor explica que configuração espacial é um dado técnico e espaço geográfico é um dado social, constituído por um sistema de objetos e um sistema de ações. Discute ainda que formas sociais não geográficas com o passar dos tempos acabam por se tornar formas sociais geográficas, como a lei, o costume, a família. A propriedade é, ao mesmo tempo, uma forma jurídica e espacial.

Torna-se necessário então fazer uma distinção entre paisagem e espaço. Segundo Milton Santos (2004):

A paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento, exprimem [sic] as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.

A configuração territorial⁸ compreenderia o conjunto formado pelos sistemas naturais existentes numa dada área e os acréscimos que os homens impõem a esses sistemas naturais. Com o desenvolvimento da história, essa configuração territorial vai se formando através das obras humanas. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e menos natural, advindo então a substituição por uma natureza inteiramente humanizada.

(...) e, indiretamente, de acolher o significado de espaço como exclusivamente abrigo do tempo e de movimentos. Diante disso, deve-se ler que os processos temporais e históricos não se dão sobre o espaço, mas através dele. Reconhecer isto é admitir a dinâmica espacial em seu conteúdo e ainda conduzir a reflexão no sentido de reavaliar posições como a que projeta a aniquilação do espaço pelo tempo (HISSA, 2002).

Foram privilegiadas as atividades de reconhecimento da área, levantamentos sistemáticos e prospecções baseadas na realização de trabalhos de campo, desenvolvidos através de idas à área e registro dos espaços remanescentes da colônia. Os sítios identificados foram registrados e anotados os pontos em GPS e algumas informações dos moradores dos arredores.

Essa Arqueologia que não envolve necessariamente escavação⁹, e sim mais caminhada e observação, é empregada com o intuito do reconhecimento dos espaços nas áreas em que a escavação se torna inviável, seja por motivos financeiros, a ausência de tempo ou a falta de recursos humanos. Essas caminhadas acabam por revelar os lugares onde se vive, mora, comercia, reza (THIESEN, 1999).

⁸ Na definição de Milton Santos, seria: “*O conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área*” (SANTOS 2004).

⁹ Isto não significa reduzir a importância da escavação na pesquisa arqueológica. Ela é fundamental, pois permite aprofundar os conhecimentos obtidos num primeiro momento, em que se leva em conta os vestígios de superfície. Estes, também são fundamentais, até mesmo para que se realize uma escavação criteriosa.

Através da prospecção superficial¹⁰, que consiste na observação atenta da área, identificando as superfícies que anunciam as estruturas (FERNÁNDEZ, 1993), foram reconhecidas as áreas pesquisadas na documentação, e esse reconhecimento foi necessário para perceber sua atual situação e identificar as áreas que merecem uma atenção mais apurada, na busca de respostas mais claras sobre cada sítio em particular.

A precisão de se conhecer sítios arqueológicos de uma determinada região sugere a necessidade de se obter previamente um amplo número de informações. O trabalho de campo é indispensável em Arqueologia, a busca de fontes é designada como Prospecção Arqueológica. O trabalho de prospecção às vezes e em alguns casos é mais vantajoso e barato, dando uma ideia mais concisa, além de aumentar os dados das fontes escritas e da pesquisa arqueológica.

A prospecção não é mais uma fase do trabalho a ser desempenhada em função da pesquisa arqueológica. Esta prática será aqui o próprio trabalho de campo, que usa a observação dos vestígios de superfície, sendo utilizados mapas, plantas, fotografias, com a finalidade de obter, de forma mais extensa, as informações sobre o objeto – o sítio.

Dessa forma, adotamos, como um dos pontos iniciais, o estudo da cartografia disponível para observar como se conformava o espaço do litoral norte. Utilizamos alguns mapas antigos que ajudaram na identificação de algumas regiões. Os mapas e cartas constituem, assim, as ferramentas de representação; são fundamentais para o estudo do espaço e apresentam o registro de um período específico. Assim, procuramos utilizar, na pesquisa, mapas que pudessem ajudar a compor a área em estudo.

A prospecção é tradicionalmente entendida como um processo de identificação dos sítios arqueológicos, sendo-lhe atribuído um valor subsidiário, de trabalho

¹⁰ A prospecção superficial é um método convencional e, todavia, válido. Consiste em procurar os restos mais significativos da paisagem, sobretudo os vestígios estruturais; em muitos sítios os achados são visíveis à superfície, sob a forma de artefatos dispersos e precisam, portanto, de um exame mais minucioso, que se poderia chamar de prospecção de reconhecimento, para serem detectados (TORRES, 2002).

precedente e preparatório da escavação, com a única finalidade de localizar os sítios mais aptos para a realização da mesma (RUIZ, 1985 apud RIBEIRO, 2001).

As intervenções arqueológicas em um sítio implicam em diversos tipos de abordagens, tais como a coleta superficial de amostras, as sondagens em áreas limitadas, a observação aérea e a observação sobre o próprio terreno (KERN, 1996 apud THIESEN, 1999).

Com o desenvolvimento da Arqueologia, a prospecção passou a ser percebida como um fim em si mesmo. Esta alteração se deve à Arqueologia do Povoamento. A pesquisa arqueológica passa a valorizar e examinar sistematicamente os restos existentes à superfície do solo, substituindo, quando possível, a realização de escavações (FERDIÈRE, 1998 apud RIBEIRO, 2001).

[...] a prospección arqueológica de superficie pasa a ser considerada fundamental a nivel epistemológico, dependiendo de ella la producción de las evidencias y el conocimiento necesarios para entender las pautas de distribución humana en el territorio incluyendo las formas de adaptación y explotación de los recursos, así como de interacción entre distintos grupos humanos [...] (SANJUÁN, 2005).

A alteração desta perspectiva possibilita conceber a prospecção como uma estratégia de investigação global, tendente à localização de sítios arqueológicos e seu estudo e análise, sem necessidade final de utilização posterior de métodos destrutivos (MOZOTA, 1992 apud RIBEIRO, 2001).

A prospecção então se identifica como a técnica privilegiada para “ler” o povoamento e a paisagem, tal como se lê qualquer outro testemunho arqueológico, entendido como o produto de organizações territoriais sucessivas (LLORET, 1999 apud RIBEIRO, 2001). Essa intervenção mínima se dá graças à utilização dos recursos tecnológicos disponíveis atualmente.

Para Vidal (1999):

A cultura pertinente deveria ser aquela que se apreende por intermédio dos instrumentos, utensílios, técnicas e maneiras de habitar que as sociedades utilizam para modelar a paisagem. Do seu ponto de vista, a noção de gênero de vida permitia organizar estes elementos de tal forma que explicassem as diferentes paisagens construídas.

Dessa forma, a prospecção direta do terreno tem em vista a identificação de vestígios, bem como o reconhecimento do contexto ambiental dos mesmos, através da observação direta do relevo, da vegetação e de afloramentos existentes.

Não se pode esquecer as análises das fontes histórico-documentais, que abrangem as informações das fontes escritas, orais, visuais e materiais, e oferecem importantes dados acerca do local a estudar.

Constituem etapas diferentes e complementares no processo de pesquisa: a pesquisa bibliográfica relacionada com a proposta; o trabalho de pesquisa em campo, com visitas aos locais de sítios arqueológicos e percepção, em seu contexto das paisagens; o registro fotográfico; a interpretação e construção de mapas temáticos da área de estudo; e, finalmente, a organização e redação do texto.

Tendo inicialmente a confirmação dos locais sugeridos pela análise de fontes indiretas (toponímicas, históricas ou cartográficas), a prospecção adquiriu, no âmbito da Nova Arqueologia, um caráter mais sistemático e rigoroso, desenvolvendo-se as técnicas de prospecção por amostragem, com recurso à prospecção intensiva do terreno (FERDIÈRE, 1998 apud RIBEIRO, 2001).

As fases desta pesquisa foram desenvolvidas empregando técnicas tradicionais. O primeiro passo foi a identificação, na documentação, das áreas que se pretendia prospectar. Na segunda fase, a prospecção de superfície foi utilizada para conhecer o sítio em sua dimensão, objetivando definir os espaços, sua funcionalidade, bem como confirmar os dados históricos conhecidos sobre a distribuição espacial das estruturas arqueológicas evidenciadas. Portanto, foi feito o levantamento dos remanescentes *in situ*, dos sítios da área da Freguesia de Maranguape, garantindo o registro da espacialidade das estruturas ali localizadas.

A metodologia, as técnicas, e os objetivos da prospecção vêm evoluindo nos últimos anos, aumentando sua importância e ampliando seu campo de ação para outras áreas, tornando-se "recentemente" mais independente da escavação.

Para a prospecção, buscou-se analisar atentamente a carta da região, observar as linhas d'água, perceber as manchas do relevo, identificar a formação geológica, as manchas da vegetação, os tipos de uso de solos, como também analisar os achados e estações recolhidos na documentação.

Essa prospecção de terreno tem como princípio que a Arqueologia pode identificar um sítio arqueológico a partir da observação da superfície, ou através de fissuras no terreno provocadas por ações erosivas naturais ou antrópicas. É uma prospecção assistemática, já que, por mais que se observe, nunca se observa tudo (ZAPATERO; MARTÍNEZ, 1993).

2. O CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 A riqueza do açúcar

O açúcar foi fator determinante para o estabelecimento da colônia. Sobretudo, tornando-se o principal produto de comércio na Europa, gerando lucro superior a todas as outras atividades na colônia. Com isso, implanta-se no Brasil uma ordem social e territorial.

A cultura açucareira já era praticada nas ilhas atlânticas de Portugal, cuja distribuição na Europa foi concedida à Holanda, quebrando o monopólio veneziano. Em 1534 foi erigido o primeiro engenho de açúcar do Nordeste e do Brasil, era o Engenho de Nossa Senhora da Ajuda, pertencente a Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira (SCHWARTZ, 1988).

Sua construção ficou a cargo de judeus, que se refugiaram na colônia por perseguição religiosa, e por operários das ilhas de São Tomé e Madeira, trazidos pelo 1º donatário de Pernambuco.

A cultura básica que se desenvolveu na capitania pernambucana foi a da cana de açúcar, visando a produção de açúcar. Esta escolha deveu-se porque a Europa estava sedenta de açúcar, havia uma demanda enorme de açúcar no mundo europeu e as ilhas do Mediterrâneo e do Atlântico não produziram açúcar suficiente para o abastecimento da Europa. Dessa forma, a cultura da cana de açúcar foi tentada em todas as capitanias do Brasil.

Contribuíram fatores de ordem natural e de ordem social. No primeiro grupo, salientamos o clima, quente e úmido, mas com períodos de chuvas concentradas numa estação. Haveria então o período seco em que era feita a moagem, quando a cana estando mais desidratada oferecia uma maior percentagem da sacarose, e o período úmido que era o período necessário ao crescimento da cana.

Ela era plantada na estação chuvosa, tinha uma fase de crescimento, e só no ano seguinte na estação seca é que seria colhida, porque com vocês sabem, o ciclo vegetativo da cana oscila de 15 a 18 meses.

Além do clima, havia a influencia do tão decantado massapê, solo dominante nas várzeas, no solo aluvial, formado em outras áreas e

transportado para as várzeas pelos rios e que foi naturalmente nos primeiros anos, o solo preferido para a cana de açúcar.

Ao lado destes elementos havia a estabilidade administrativa, que garantia o funcionamento do porto, que garantia a presença dos índios a uma certa distância e que oferecia aos colonos uma atividade econômica estruturada (ANDRADE, 1971, p. 86).

Segundo Pereira da Costa (1983), em 1550 já havia cinco engenhos, “moentes e correntes”, em terras de Olinda, Igarassu, Beberibe, Casa Forte e Várzea, onde a prosperidade era grande e ganhava-se muito dinheiro. Pereira da Costa aponta também que ainda no século XVI, partiam quarenta e cinco navios anuais de Pernambuco, recheados de açúcar e pau-brasil, rendendo anualmente a quantia 10.000 cruzados, já descontados os impostos.

Os cronistas contemporâneos, como Fernão Cardim e Gabriel Soares, faziam referência à riqueza daqueles senhores de engenho: alfaias de ouro, baixelas de prata, veludos, damascos e sedas do mundo inteiro, criadagem numerosa.

Em 1574 já havia 23 engenhos em Pernambuco, em 1584 passou para 66 e em 1600 para 100.

Os engenhos da vila de Olinda, ainda no século XVI, dispunham de 1200 homens livres e 5000 escravos, bem como 700 colonos (ANDRADE, 1971).

O cronista Ambrósio Fernandes Brandão conta que, em fins do século XVI e princípios do XVII, só as capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba rendiam mais para os cofres do rei de Portugal que todas as Índias Orientais, haja vista o baixo custo de produção e transporte do açúcar em relação às especiarias hindus, favorecendo, assim o desenvolvimento do comércio do açúcar. Para um investimento entre 3.500 e 4.000 cruzados, da parte do senhor de engenho, havia um lucro “ao redor de cinco a seis mil cruzados, além dos direitos e favorecimentos alfandegários. A renda líquida era maior que a do ouro” (ANDRADE, 1971).

Até princípios do século XVIII, o açúcar ainda representava mais da metade das exportações brasileiras, sendo seu principal fator enriquecedor, além de fixar os colonos na terra. O açúcar fixava, ao enriquecer, nascendo em seu entorno uma cultura autenticamente brasileira, pela primeira vez (ANDRADE, 1971). Vale salientar, que o Brasil, na época, respondia basicamente por Olinda-Recife e Salvador.

Olinda-Recife e Salvador surgiram como pólos em consequência do caráter dinâmico da agroindústria açucareira. Vejamos o que caracterizou esse dinamismo açucareiro.

Então o ciclo da cana de açúcar provocou uma grande imigração de europeus para essa área do nordeste brasileiro, e não vieram só portugueses, mas espanhóis, alemães, holandeses e italianos. Eles vinham naturalmente a cata da fortuna, do enriquecimento. Para as pessoas de espírito aventureiro e de iniciativa, geralmente, a migração é uma solução em busca da fortuna. E vinham também negros africanos, forçados, obrigados, porque o europeu não viria para o trópico para trabalhar na enxada; primeiro, ele não suportaria o calor tropical, segundo para viver pobre, ele ficaria na Europa.

Ao lado deste caráter povoador, o açúcar permitiu a formação dos primeiros núcleos urbanos. Sem o açúcar, sem o dinheiro fornecido pelo açúcar, esses núcleos urbanos não se teriam desenvolvido, como se desenvolveram, tanto que em 1580, Olinda possuía vinte mil (20.000) habitantes e era a maior e a mais importante cidade em toda a América. Partindo desses centros portuários, surgiram pequenas povoações no interior, que estavam ligadas a Olinda, na área de Pernambuco e Alagoas, ou ligadas a Salvador, na área da Bahia, formando assim um começo, uma semente, daquilo que os geógrafos chamam hoje de rede urbana. Uma rede urbana voltada, centralizada por um porto, porque era voltada para o mercado externo (ANDRADE, 1971, p. 92-93).

Plantava-se cana além de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, nas áreas que hoje correspondem aos estados das Alagoas e Rio Grande do Norte, estendendo-se os canais até a Bahia, Rio de Janeiro e São Vicente. Aos olhos dos viajantes dos séculos XVI, XVII e princípios do XVIII, só era Brasil o que fosse açúcar. Açúcar para a exportação.

Essa dependência do mercado internacional criou em Pernambuco e na Bahia, entre os pólos de Recife, Olinda e Salvador e as cidades européias, um movimento comercial permanente, porque as

mercadorias iam daqui para Lisboa e de Lisboa para Amsterdam. Quando os holandeses foram vencidos pelos ingleses, Amsterdam foi substituída por Londres, que passou a ser o grande pólo internacional, que foi o pólo de supremacia internacional até os nossos dias, quase (ANDRADE, 1971, p. 90).

Olinda, incluindo o seu litoral norte, possuiu um grande destaque no período colonial, pois foi o ponto de onde surgiu o alicerce da cultura que iria dar a base econômica responsável pela colonização do Nordeste brasileiro, a “civilização do açúcar”.

A chamada “cultura do açúcar” foi predominante no Nordeste brasileiro, um Nordeste em que as condições naturais eram favoráveis a esta atividade, como solo de massapê, clima quente e úmido e topografia adequada ao cultivo da cana, o que atraía o interesse de diversas potências européias, pelo lucro de gerava. Esse desenvolvimento foi devido a um grupo de circunstâncias e não apenas a um elemento; dentre elas: a proximidade da Europa, o contato fácil com a África e a qualidade do elemento colonizador europeu – Duarte Coelho e sua parentela –, somado às condições naturais referidas que produziram uma cultura fértil e lucrativa (FREYRE, 1985).

Assim, uma combinação de fatores físicos e humanos provocou o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e a sua expansão durante quatro séculos, plasmando uma sociedade e uma civilização. Entre os fatores de ordem física, podemos salientar a posição geográfica, ou seja, a distância do mercado europeu em relação a outras áreas do país, as condições de solo e de clima e o sistema da agricultura açucareira, trazida das ilhas do Atlântico na ocasião em que o capitalismo comercial presidia a expansão europeia pelos continentes que iam sendo "descobertos" e conquistados (PRADO JÚNIOR, 1942). Entre os fatores humanos, destaca-se o empenho dos donatários e negociantes portugueses para que os colonos pudessem montar seus engenhos. Geralmente vinham para o Brasil os menos aquinhoados e quase por conta totalmente própria.

Segundo Roberto Simonsen (1971):

Foi a iniciativa particular que caracterizou o desenvolvimento da indústria. Cooperando com os esforços dos donatários, negociantes portugueses adiantavam dinheiro aos colonos para montagem de seus engenhos e outros se associavam com os respectivos senhores. Muitos colonos de menos posses arrendavam terras próximas e recebiam de seus proprietários pagamentos em açúcar pela cana que lhe entregavam (Apud ANDRADE, 1971, p.37).

Para Manuel Correia de Andrade (1971):

O ciclo da cana de açúcar pode ser considerado o primeiro que provocou povoamento e ocupação do espaço brasileiro. Porque o ciclo que o antecedeu, o do pau-brasil, foi a mera exploração da costa e um ciclo que não provocou nenhum povoamento, em função mesmo da atividade dominante, que era a atividade de exploração florestal e destruição de riquezas aqui existentes. Ultrapassada rapidamente a fase do pau-brasil, o governo português instalava no Brasil as Capitânicas Hereditárias, tendo Pernambuco a sorte de ter como primeiro donatário um homem que aliava uma extraordinária coragem pessoal com um senso administrativo tão elevado, que foi capaz de instalar uma administração racional para a época na área que lhe coube (p. 84).

2.2 A Capitania de Pernambuco

A ocupação do território brasileiro não ocorreu como um ato imediato ao seu descobrimento. Mercadores de outras nações europeias frequentavam a costa do Brasil para estabelecer o comércio do pau-brasil com os nativos. Dessa forma, foram criadas Feitorias estabelecidas estrategicamente. Entretanto, as constantes investidas estrangeiras ao longo da costa brasileira levaram D. João III a instalar um sistema de povoamento custeado pela iniciativa privada, o qual tinha como base o antigo sistema de sesmarias, vigente em terras portuguesas. Segundo Costa Porto (1965), D. João III determinou que se dessem as terras em sesmaria, seguindo o modelo existente nos tempos de D. Fernando, usando as limitações naturais para a divisão das terras.

Em 1532, Dom João III divulga uma intenção de dividir a colônia em 15 vastas faixas de terra. Cada um desses imensos lotes de terra integraria o Sistema de Capitânicas Hereditárias, transferindo a responsabilidade de ocupar e colonizar o território colonial para terceiros. Nesse sistema, o rei entregava uma capitania a algum membro da corte de sua confiança que, a partir de então, se transformava em capitão donatário.

O capitão donatário não poderia realizar a venda das terras oferecidas, porém, poderia repassá-las aos seus descendentes. No momento da posse, o capitão donatário recebia duas importantes documentações da Coroa: a Carta de Doação e o Foral. No primeiro documento ficava estabelecido que o governo de Portugal cedia o uso de uma determinada capitania a um donatário e que este não poderia negociá-la sob nenhuma hipótese. Já o Foral determinava o conjunto específico de direitos e obrigações do capitão donatário, que poderia fundar vilas, doar sesmarias, exercer funções judiciárias e militares, cobrar tributos e escravização um número fixo de indígenas. Com relação às atividades econômicas, seria dele uma parte dos lucros, desde que não ferisse os direitos de arrecadação da Coroa Portuguesa.

Nas primeiras décadas do século XVI, como o comércio com as Índias havia diminuído significativamente, Portugal não se apresentava em condições financeiras de arcar com a colonização do Brasil. Logo, em 1534, o Brasil foi dividido em quinze

capitanias hereditárias, doadas a doze donatários. Pernambuco foi uma dessas capitanias e o fidalgo Duarte Coelho Pereira seu donatário.

Duarte Coelho nasceu por volta de 1480 na Província da Miragaia, em Portugal. Era filho bastardo de Gonçalo Coelho, escrivão da Fazenda Real e comandante da expedição portuguesa que veio para o Brasil em 1503, descendente da antiga família dos Coelho da nobreza agrária portuguesa, e de uma plebeia, Catarina Ana Duarte (PORTO, 1978).

Alistou-se na Marinha portuguesa e, com a armada de Dom Fernando Coutinho, em 1509, viajou pelo Oriente durante vinte anos. Depois de atuar na África e nas ilhas do oceano Atlântico, trocou a vida de soldado pela de povoador e administrador de terras.

Poderia ter ficado na sua terra e tentado administrar a capitania à distância, mas preferiu mudar-se para o Brasil e administrá-la pessoalmente, enfrentando todas as dificuldades existentes na nova colônia portuguesa.

Quando tinha quase sessenta anos, recebeu do rei Dom João III a capitania de Pernambuco, através de carta de doação, datada de 10 de março de 1534 e subscrita em Évora, Portugal, trazendo expressa a ordenação de fundar engenhos de açúcar, vilas, adentrar pelo interior à procura de ouro, propagar o cristianismo e promover o povoamento da terra.

Sessenta léguas de terra... as quais começarão no rio São Francisco... e acabarão no rio que cerca em redondo toda ilha de Itamaracá, ao qual ora novamente ponho o nome rio Santa Cruz... e ficará com Duarte Coelho a terra da banda Sul, e o dito rio onde Cristóvão Jaques fez a primeira casa de minha feitoria e a cinquenta passos da dita casa da feitoria pelo rio a dentro ao longo da praia se porá um padrão de minhas armas, e do dito padrão se lançará uma linha a Oeste pela terra firme a dentro e a terra da dita linha para o Sul será do dito Duarte Coelho, e do dito padrão pelo rio abaixo para a barra e o mar, ficará assim mesmo com ele Duarte Coelho e metade do dito rio de Santa Cruz para a banda Sul e assim entrará na dita terra e demarcação dela todo o rio São Francisco e a metade do rio de Santa Cruz pela demarcação sobredita, pelos quais rios ele dará serventia aos vizinhos dele, de uma parte e da outra, e havendo na fronteira da dita demarcação algumas ilhas, hei por bem que sejam do dito Duarte Coelho, e anexar a esta sua capitania sendo as tais ilhas até dez léguas

ao mar na fronteira da dita demarcação pela linha Leste, a qual linha se estenderá do meio da barra do dito rio de Santa Cruz, cotando de largo ao longo da costa, e entrarão no mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro, tanto, quanto poderem entrar e for de minha conquista...

10 de março de 1534 – D. João III (MELLO, 1974).

Duarte Coelho desembarcou em sua capitania pelas margens do Canal de Santa Cruz, no local depois chamado de Sítio dos Marcos, em 9 de março de 1535. Posteriormente deslocou-se até a foz do Rio Igarassu, fundando uma povoação com o mesmo nome. Neste perímetro travou suas primeiras, porém, não poucas, lutas contra os indígenas pernambucanos. O lugar era resguardado das implicações das fortes marés, porém inseguro, uma vez que podia o donatário ser aprisionado, se ocorresse um cerco, desde o mar, apenas fechando as entradas norte e sul, nos dois extremos da Ilha de Itamaracá. Esse pode ter um dos motivos do donatário ter procurado outro local para estabelecer a vila sede de sua capitania. Conhecedor da costa neste perímetro, rumou para o sul, onde encontrou o lugar almejado. Esse local era a futura Olinda.

O donatário veio acompanhado de sua esposa, dona Brites de Albuquerque, do cunhado, Jerônimo de Albuquerque, do padre Pedro Figueira e de muitos homens de sua parentela, alguns fidalgos, sacerdotes e colonos. Trouxe também vários judeus para a montagem de engenhos de açúcar e feitores com experiência nas plantações de cana-de-açúcar na ilha da Madeira e em São Tomé, uma vez que Pernambuco, com clima quente e úmido, sem grandes variações de temperatura e chuvas regulares, era um lugar propício para a cultura da cana, o que tornou Pernambuco a Capitania que mais deu lucro no processo de transferência para o Brasil, e durante muitos anos foi a responsável por mais da metade das exportações brasileiras.

O que existe fundamentalmente é a empresa colonial e o que tradicionalmente se chamou de “burgo”, “vila”, “povoação” e “cidade”, aqui, nada mais representa que o marco inicial da expansão de uma fronteira agrícola ou de mera ação predatória, visando abastecer mercados externos (SIQUEIRA, 1987).

Duarte Coelho, dando seguimento à administração da sua capitania:

(...) doou a Diogo Gonçalves às terras do Beberibe a margem direita do rio Diogo Gonçalves levantou engenho e construiu casa; e entre o engenho e casa grande, a capela, esta um tanto afastada para o oeste e a casa bem junto do rio; “traçando-se uma linha de união sobre essas construções teremos um triangulo perfeito”. Triângulos que adquiriam expressões políticas e não apenas econômica na vida brasileira [...] Esses triângulos logo se tornaram clássicos: engenho, casa grande (com senzala) e capela. Eles foram quebrando as linhas virgens da paisagem tão cheios de curvas às margens dos rios mesmo quando povoadas de tabas de caboclos. [...] O colonizador português deu a paisagem desta parte da América seus elementos característicos de ordem: blocos de construção que representam o método ou um sistema de conquista, de economia, de colonização, e domínio sobre a água e sobre as matas. [...] O triangulo rural – engenho, casa, capela – se impôs a paisagem do nordeste de massapê como sua primeira nota de ordem européia. A água dos rios e dos riachos da região se subordinou ao novo sistema de relações entre o homem e a paisagem [...]

As sesmarias e as datas concedidas por Duarte Coelho e pelos seus sucessores seguiram em Pernambuco as várzeas e as margens dos rios, tendo Igarassu, Olinda, Beberibe, Casa Forte, Várzea, como a sua base. Seguiram os vales do Capibaribe, na direção de Paudalho seguiram os vales do Ipojuca. Aprofundaram-se nas terras argilosas para se estenderem-se ralas e superficiais, sobre as terras mais secas do centro, donde os rios só faziam procurar descer para mata e para o mar. [...] Na várzea do Capibaribe é que primeiro se consolidou a cultura da cana no Nordeste. Pouco depois do meado do século XVI já se falava na “gente da várzea do Capibaribe”, como de um verdadeiro nervo da população colonial; e pode-se dizer que foi onde criou raízes a primeira aristocracia brasileira de senhores de engenho, que também precisou da várzea de um rio e da fartura de água doce para desenvolver-se dentro da sedentariedade e da endogamia. [...] Em 1577 a várzea do Capibaribe já tem o engenho de São Pantaleão do Monteiro; em 1593 tem também o Apipucos; em 1598 o São Timóteo do Jiquiá. Engenhos grandes donde saíam engenhos menores, dotes a filhos, a netos, a sobrinhos. Engenhos favorecidos por tudo boas manchas de terra, boas águas, boas matas, o mar perto, Olinda perto, os índios longe. [...] À sombra das mesmas condições favoráveis foram se levantando outros engenhos na várzea do Capibaribe (FREYRE, 1985, p. 20-25).

Duarte Coelho trouxe consigo sua Carta Foral assinada por dom João III, que lhe assegurava todos os direitos sobre a Capitania, para instalar seu governo e tocar um

projeto político e administrativo, além de muitas ferramentas, instrumentos agrícolas, armas, materiais de construção, entre outras coisas.

Como exposto anteriormente, ainda em 1535, após a fundação de Igarassu, Duarte Coelho deslocou-se para Olinda. Ao chegar às colinas da nova terra (que proporcionavam uma ampla visão do oceano), iniciou a construção do novo povoado, também sede da paróquia de São Salvador do Mundo (conhecida como Igreja da Sé de Olinda). Ao escolher um sítio elevado para os assentamentos iniciais da vila de Olinda, Duarte Coelho Pereira e os de sua comitiva, acredita-se, repetiram um gesto que, em princípio, ainda refletia um Portugal de fins da Idade Média quanto ao sistema de defesa, pela altura, que fazia parte de um repertório, decorrente de experiências militares.

Gândavo mostra a organização da Capitania de Pernambuco:

(...) tem duas povoações; a principal se chama Olinda, a outra Garassu... tem vinte e três engenhos dassucre [de açúcar], posto que, deste, três ou quatro não são ainda acabados. Alguns moem com bois; a estes chamam trapiches, fazem menos assucre que os outros; mas a maior parte dos engenhos do Brasil mói com água (Apud Gomes, 2006, p. 37)

A condição topográfica da colina (Figura 1 e 2), correndo a parte mais elevada de leste para oeste, levou o donatário a dispor a torre de defesa, então construída de pedra, conforme experiência comprovada em construções semelhantes da Península Ibérica e do resto da Europa, a certa altura do final da subida, desde um caminho que vinha da praia, e a cavaleiro da forte inclinação para o sul. Aquelas colinas eram então habitadas pelos índios Caeté e Tabajara que as chamavam “Marim”.



Figura 01. Vista de Olinda tomada da ladeira da Misericórdia. Fonte: Biblioteca da Fundarpe



Figura 02. Vista geral do casario de Olinda. Fonte: Biblioteca da Fundarpe

Os tabajaras eram os senhores da “Marim”, como indica o historiador Pereira da Costa (1983), baseando-se inclusive no cronista Frei Santa Maria Jaboatão.

A aldeia chamada “Marim” pelos seus primitivos povoadores, os índios tabajaras, tomou o nome de Olinda em consequência da lindeza de suas colinas e situação.

(...) um escritor dos fins do século XVII, informação do Estado do Brasil e suas necessidades, tratando de Pernambuco, faz referências à sua capital, a cidade de Marim. O nosso cronista Francisco Frei Santa Maria Jaboatão gravava sobre o assunto: “com o nome de Olinda se ficou chamado Marim, imposto pelos Tabajaras, seus primitivos habitantes, onde estavam de assento com uma povoação ou aldeia das melhores e mais abastada da gente que todos que havia por estas costas [...] (Apud DUARTE, 1976, p. 37).

Sobre a chegada do português em Olinda, Pereira da Costa (1983, p. 181) afirma:

Neste ano de 1535, depois de firmada a situação definitiva dos estabelecimentos coloniais de Pernambuco, no ponto mais culminante de Olinda, na chapada que fica entre as Igrejas da Catedral e da Misericórdia, fundou o donatário Duarte Coelho, nesta mesma situação, um castelo regularmente construído, para defesa da nascente colônia contra o ataque dos índios, e cuja sombra se alojou com toda a sua gente (Apud DUARTE, 1976, p. 40).

Já o historiador Gaston Manguinho, conhecido como o Patriarca de Olinda, baseando-se em Frei Vicente do Salvador escreve que:

A primitiva povoação de Olinda começou com a construção do Castelo de Duarte Coelho bem em frente a Sé de Olinda, ao hospital e igreja de Nossa Senhora da Misericórdia. Este trecho denominado da rua dos Nobres, posteriormente rua Nova, é hoje rua do Bispo Azeredo Coutinho. Em pedra e cal, com uma pequena liga de óleo

extraído da mamona, surgiram as primeiras habitações a destacar-se a Casa Forte ou Paço. O palácio de Duarte Coelho bem em frente à Sé e não em frente ao Palácio do Bispo, como erradamente assinalam, por ele mesmo construído, oferecendo a particularidade, já nessa época, de ser uma construção caracteristicamente ilustre, uma espécie de castelo quadrado à maneira das torres de menagem dos solares da idade média. Ali com sua família, se instalou Duarte Coelho em seu castelo, nascendo em redor a povoação que se derramou pelas encostas e planícies (Apud DUARTE, 1976, p. 40).

Os primeiros anos passados na capitania foram bastante complicados para o donatário. Os índios eram brabos e ainda por cima exaltados pelos franceses, que ora cercavam Olinda, ora a deixavam em paz e acometiam Igarassu.

Muitas foram as lutas entre os índios, Duarte Coelho e os colonos. Acredita-se que ele logo compreendeu que o melhor meio de torná-los amigos era por intermédio dos cruzamentos e uniões das índias com os colonos. Após a união de seu cunhado Jerônimo de Albuquerque com a “princesa” Uiraobi (depois de batizada, ficou conhecida como D. Maria do Espírito Santo Arco-Verde), a filha do cacique dos Tabajaras, Antônio Pessoa Arco-Verde, diminuíram os conflitos entre eles. Isso, entretanto, não impediu Jerônimo de arranjar alguns filhos naturais. A beata D. Catarina d'Áustria, rainha de Portugal, parece que se escandalizou com tanta libertinagem. E insinuou-lhe que se casasse, o que ele fez com D. Felipa de Mello.

A visão que o europeu tinha a respeito dos índios era eurocêntrica. Os portugueses achavam-se superiores aos indígenas e, portanto, deveriam dominá-los e colocá-los ao seu serviço. A cultura indígena era considerada pelo europeu como inferior e grosseira. Dentro desta visão, acreditavam que sua função era converter os índios ao cristianismo e fazê-los seguir a cultura europeia. Foi assim que, aos poucos, os índios foram perdendo sua cultura e também sua identidade.

Depois da morte de Duarte Coelho, em 1554, a Capitania de Pernambuco ainda enfrentou muitas dificuldades. Sérios conflitos e muitas lutas foram travados com os índios. Os índios que não morreram, foram escravizados. O Brasil, neste período, estava sendo administrado por um governador-geral. Os donatários passaram, então, a prestar contas ao governador-geral, representante, no Brasil, do rei de Portugal.

Os sucessores de Duarte Coelho foram seus dois filhos: Duarte de Albuquerque Coelho e Jorge de Albuquerque Coelho, respectivamente, o segundo e o terceiro donatário da Capitania de Pernambuco. O quarto e último donatário da Capitania de Pernambuco, chamado Duarte de Albuquerque, era filho de Jorge de Albuquerque Coelho (PORTO, 1978).

2.3 Olinda e seus arredores

Olinda era sede administrativa da Capitania. Nela se instalaram as autoridades civis e eclesiásticas, o colégio dos jesuítas, os principais conventos e o pequeno cais do Varadouro. Em fins do século XVI, havia cerca de 700 famílias morando em Olinda, sem contar pessoas que viviam nos engenhos, contendo cada um de 20 a 30 moradores livres (MARANHÃO, 1935).

Até o século XVII, Olinda era a principal cidade de Pernambuco. Porém, a importância do seu porto de Olinda foi pouco significativa. Seu pequeno porto nunca teve profundidade para receber as grandes embarcações que cruzavam o Atlântico. Por sua vez, a povoação do Recife, chamada pelo primeiro donatário de “Arrecife dos navios”, conforme carta foral de 12 de março de 1537, veio a ser o porto principal da Capitania (DUARTE, 1976).

Foral de Olinda:

Translado do Foral de Olinda

Carta de doação de 12 de março de 1537. Duarte Coelho, fidalgo da casa de El-rei Nosso Senhor, capitão governador destas terras da Nova Lusitania por El-rei Nosso Senhor. No ano de 1537 deu e doou o senhor governador a esta sua Vila de Olinda, para seu serviço e de todo o seu povo, moradores e povoadores, as cousas seguintes: Os assentos deste monte e fraldas dele, para casaria e vivendas dos ditos moradores e povoadores, os quais lhes dá livres de foros o isentas de todo o direito para sempre, e as várzeas das vacas e de Beberibe e as que vão pelo caminho que vai para o Paço do governador, e isto para os que não têm onde pastem os seus gados, e isto será nas campinas para pacigo, e as reboteiras de matos para roças a quem o conselho as arrendar, que estão das campinas para o alagadiço e para os mangues, com que confinam as terras dadas a Rodrigo Álvares e outras pessoas. O rossio que está defronte da Vila para o sul até o ribeiro e do ribeiro até a lombada do monte que jaz para os mangues do rio Beberibe, onde se ora faz o varadouro em que se corregeu a galeota, porque da lombada do monte para baixo, o qual o dito Senhor Governador alimpou para sua feitoria e assento dela, que é do montinho que está sobre o rio até o caminho do varadouro, e daí para cima todo o alto da lombada para os mangues será para casas e assentos de feitorias, até um pedaço de mato que deu a Bartolomeu Rodrigues, que está abaixo do caminho que vai para Todos os Santos. A ribeira do mar até o arrecife dos navios, com suas praias, até o varadouro da galeota, subindo pelo rio Beberibe arriba, até onde faz um esteiro que está

detrás da roça de Brás Pires, conjunta com outra de Rodrigo Álvares, tudo isto será para serviço da Vila e povo dela, até cinqüenta braças do largo, do rio para dentro, para desembarcar e embarcar todo o serviço da Vila e povo dela, e daí para riba tudo que puder ser, demais dos mangues, pela várzea e pelo rio arriba é da serventia do Concelho. Outrossim, dali mesmo do varadouro rodeando pela praia ao longo do mar até onde sai o ribeiro de Val de Fontes, todo o mato dessa dita praia até cinqüenta braças adentro da terra, tudo será serventia e para serventia da Vila e povo, reservando que se não pode dar a pessoa alguma. E da dita ribeira sainte de Val de Fontes até o rio Doce, que se chama Paratibe, tudo será serventia do povo e Vila até as várzeas, que serão pouco mais ou menos duzentas braças de largo, da praia para dentro das várzeas, porque do rio doce para banda do norte fica com o termo de Santa Cruz outro tanto ao longo do mar, duzentas braças pela terra adentro, de arvoredo para madeira e lenha do povo da Vila de Santa Cruz, assim como atrás conteúdo é para a Vila de Olinda. O Monte de Nossa Senhora do Monte, águas vertentes para toda a parte, tudo será para serviço da Vila e povo dela, tirando aquilo que se achar ser da casa de Nossa Senhora do Monte, que é cem braças da casa ao redor de toda parte, e assim o Valinho que é da banda do norte e rodeia todo o monte pelo pé, até o caminho que vai da dita Vila para o Val de Fontes, para o curral velho das vacas, que tudo é da dita casa de Nossa Senhora do Monte. E porque, por detrás do dito montinho, onde há de fazer o Senhor Governador a sua feitoria, até o varadouro da galeota, há de se abrir o rio Beberibe e lançar ao mar por entre as duas pontas de pedras, como tem assentado o Senhor Governador; entre o dito rio lançado novamente e as roças da banda de riba, de Paio Correia e da Senhora Dona Brites e o mato que está adiante, que ora é do Senhor Jerônimo de Albuquerque, há de ir uma rua de serventia ao longo do dito rio novo para serventia do povo, de que se possa servir de carros, que será de cinco ou seis braças de largo e rodeará pelo pé do montinho até o varadouro da galeota. Todas as fontes e ribeiras ao redor desta Vila dois tiros de besta são para serviço da dita Vila e povo dela; fa-las-a o povo a limpar e correger à sua custa. Todos os mangues ao redor desta Vila, que estão ao longo do rio Beberibe, assim para baixo como para cima, até onde tiver terra de arvoredo e roças ou fazendas pelo Senhor Governador, todos os ditos mangues serão para serviço da dita vila e povo. E assim os do rio dos Cedros e ilha e porto dos navios. Os varadouros que estão dentro do recife dos navios e os que estiverem pelo rio arriba dos Cedros e de Beberibe todo o varadouro que se achar ao redor da Vila e termo dela serão para o serviço seu e do seu povo. Isto foi assim dado e assentado pelo dito Governador e mandado a mim Escrivão que disto fizesse assento e foi assinado pelo dito governador a 12 de março de 1537 anos (MELLO, 1957-1974, p. 39-58).

Segundo a historiografia tradicional, na primeira metade do século XVI surgiu, no ancoradouro do porto de Olinda, na estreita faixa de areia que se prolongava em istmo a partir do sul de Olinda, uma pequena povoação, conhecida simplesmente como *Povo* (Figura 3). O porto era a principal entrada e saída de mercadorias e pessoas em

todo o litoral norte de Pernambuco. O porto do Recife era um centro comercial e escoadouro da produção de uma vasta região nordestina. Por ele exportava-se, além de produtos da Capitania de Pernambuco, também do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba (LEITE, 1988).

Araújo (2007) mostra as atividades do porto do Recife:

(...) construíram armazéns para guardar os carregamentos que chegavam à colônia, de navio, e para abrigar os produtos da terra com destino ao reino, o açúcar e o pau-brasil principalmente; ergueram trapiches e casas para o pessoal encarregado nos serviços de comércio e transporte.

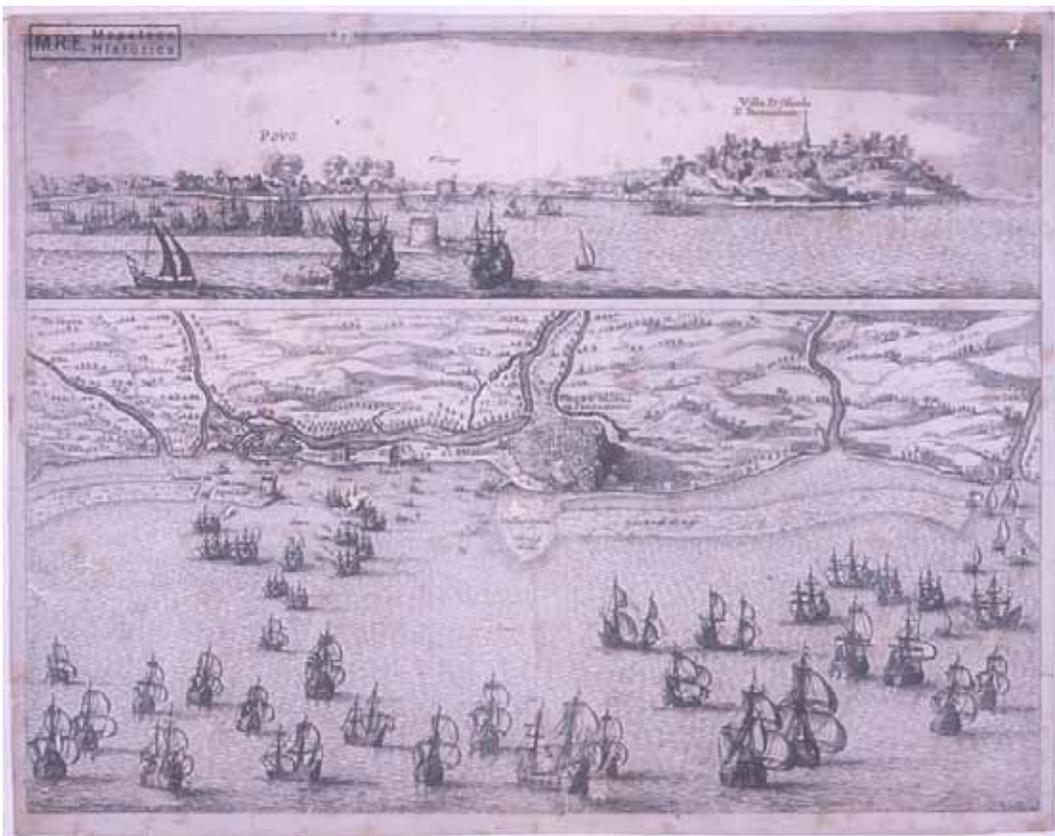


Figura 03. Vila de Olinda e o *Povo*(Recife).

Com poucos e modestos edifícios religiosos, armazéns, moradas de pescadores e casas de tolerância, o Recife vegetou como povoado, desempenhando sua função de

porto de Olinda, chegando inclusive a ser ocupado por corsários ingleses, em finais do século XVI, sequeiros das já cobiçadas riquezas de Pernambuco.

Na primeira metade do século XVII foram os holandeses que aportaram na costa pernambucana.

Quando os flamengos desembarcaram, em 1630, estavam fundeados e carregados no porto do Recife, 24 navios, que já tinham recebido mais de oito mil caixas de açúcar, além de muito pau-brasil, algodão e tabaco; e nos armazéns da praça havia em depósito, aguardando oportunidade de embarque, quantidade superior àquele número de caixas. Matias de Albuquerque ordenou sua queima, evitando que um milhão e seiscentos mil cruzados caíssem em mãos dos invasores (CHACON, 1971).

Foram, porém, os holandeses que introduziram, posteriormente, sensíveis progressos no financiamento e na comercialização do açúcar.

Graças à presença do holandês, o cenário do povo de Olinda e Recife se modificou completamente, como afirmam os historiadores George Félix Cabral (2003) e Evaldo Cabral de Mello (2003); e o sociólogo Gilberto Freyre (1985):

A invasão promoveu um crescimento rápido e intenso – de tamanho e importância para o Recife. E isso, por duas razões principais: 1) a destruição de Olinda e 2) o conseqüente deslocamento da população de órgãos de poder para o espaço do Recife. Olinda não era contemplada, por sua geografia, pelas técnicas defensivas holandesas, privadas de materiais imprescindíveis e muito mais afeitas a terrenos baixos, tão característicos do espaço holandês... Em Recife os holandeses estariam mais próximos dos seus navios, para o caso de uma fuga rápida. Em Olinda estariam distantes quase uma légua...O incêndio de Olinda reforçou a tendência de se ocupar do Recife. Transferiu-se o que restou da população para a região do porto, passando essa região a figurar como opção para expansão urbana (CABRAL, 2003, p. 88).

Evaldo Cabral de Mello:

Nassau criou a primeira grande mancha urbana do Brasil. E para este centro foram trazidas da antiga capital pernambucana, as sedes das várias instâncias administrativas e jurídicas tornando-se Maurícia a capital do Brasil holandês. Ligadas por uma ponte, a partir de 1644, o Recife e Maurícia suplantavam em muito a destruída Olinda. (MELLO, 2003. p. 146- 47)

Gilberto Freyre:

Diz-se que o nordeste tivera suas condições de higiene melhoradas durante o domínio holandês: e é provável que tal houvesse sucedido, pelo menos no Recife e nos seus arredores, com as obras de engenharia e principalmente com sistemas de canais que Maurício de Nassau dotou a capital do açúcar [...] João Ferreira da Rosa veio para Pernambuco quando as condições de saúde pública eram péssimas na Capitania. E não lhe escaparam as influências de natureza social que estariam concorrendo para situação tão terrível: “a costumancia nos pecados ou desregrados costumes.” Em Olinda, já o pregador dissera alarmado com tanto pecado e tanto luxo: “Olinda será abraçada por Olanda”[...] Sabe-se pelos cronistas do século XVII que no nordeste, principalmente no Recife – que desde de 1630, com o incêndio de Olinda, foi tomando relevo na paisagem da região, até torna-se a verdadeira metrópole do açúcar (FREYRE, 1985, p. 123).

A História do Açúcar, na capitania de Pernambuco e no nordeste do Brasil, apontou que sempre houve uma ligação entre as áreas produtoras de açúcar e a Holanda, como nos mostra Manuel Correia de Andrade:

Nós estávamos tão ligados à Holanda, indiretamente via Portugal, que quando os espanhóis proibiram os holandeses de comerciarem no Brasil, eles não tiveram outra alternativa senão atacar esta área açucareira para poder atender à demanda de açúcar dos seus de seus fregueses europeus. Eles não tinham tempo de criar uma zona açucareira noutra área e o açúcar era muitas vezes transportado daqui para Amsterdam em barcos holandeses, e os holandeses que comerciavam aqui tinham os seus agentes. Um dos mais famosos, o Veerdonk, deixou um relatório, um magnífico retrato da Capitania de Pernambuco, no início do século XVII. Então os holandeses tentaram a conquista do Nordeste, estabeleceram-se por um a no na Bahia e posteriormente passaram 24 anos tentando manter o domínio no Nordeste do Brasil. Quando os holandeses foram expulsos, não tiveram outra alternativa que transferir para Surinam e para as Antilhas agricultores de cana de açúcar e técnicas da cultura da cana, da industrialização do açúcar e passaram a cultivar a cana nessas áreas para concorrer com os portugueses.

[Quando os flamengos abandonaram o Brasil, deixaram a crise de açúcar no seu rastro. Menos de uma década após a capitulação da Campina do Taborda, funciona nas Antilhas holandesas uma produção de açúcar com equipamento mais novo, beneficiando-se toda a experiência brasileira e mais próxima dos mercados europeus].

Os holandeses produzindo açúcar nas Antilhas tornaram-se grandes concorrentes nossos; nós temos aí, no século XVIII, a grande crise do açúcar, que redundou inclusive em luta interna entre Olinda e Recife, porque nós generalizamos como Olinda, os interesses ligados aos senhores de engenho, que possuíam terras no interior, que produziam açúcar; como Recife, os interesses da burguesia comercial, que negociava com açúcar. Naquele tempo, não havia planificação de mercado, não havia controle de mercado, por isso os senhores de engenho, em consequência da queda do preço do açúcar, colocada pelas restrições do mercado europeu, estavam endividados e não podiam saldar suas dívidas com os comerciantes do Recife. Daí as rivalidades, daí os apelidos ofensivos, de mascates aos comerciantes e de pés rapados aos senhores de engenho, daí a guerra entre as duas cidades (p. 91).

Para Evaldo Cabral de Mello (1986):

Antes da invasão, Pernambuco fora “a mais deliciosa, próspera, abundante e não sei se adiantarei muito se disser a mais rica de quantas ultramarinas o Reino de Portugal tem debaixo de sua coroa e cetro (p. 243). A queda de Olinda é como o emblema, a prefiguração da perda do Nordeste, dada sua condição mesma de capital, de “cabeça da grande Capitania de Pernambuco e das demais da parte do norte”. Como declara o título do capítulo I do livro I, a queda de Olinda fora a “origem da destruição e ruína de Pernambuco” Olinda *ante bellum* constituía o grande centro urbano da região: ali habitavam proprietários rurais. Comerciantes, dignidades eclesíásticas, funcionários régios, militares, artesãos; açucarocracia ainda não se ruralizara completamente, como ocorrerá a partir do domínio holandês. O senhor de engenho tinha então um pé no engenho, outro na vila, como se relutasse a desprender-se de uma vez por todas dos modelos de vida urbana que haviam sido os dos estratos sociais de que precedia no Reino (p. 247). O problema da opção definitiva e exclusiva pelo habitat rural na se colocava para o senhor de engenho da várzea do Capibaribe ou do Cabo, mas impunha-se quando a distância aumentava, quando o transporte se tornava penoso, quando se fundava engenho ou partido de cana nas freguesias mais apartadas. A ruralização da açucarocracia pernambucana já se iniciara quando da invasão neerlandesa, mas a esta coube acelerá-la e consumá-la, desarticulando o modelo predominante no período *ante bellum*. (p. 248).

Com a invasão holandesa e o incêndio da Vila de Olinda, ocorreu uma reviravolta no cotidiano do outrora centro administrativo da capitania. O Frei Manuel Calado Salvador (Apud MELLO, 1986):

(...) vira na queda de Olinda e na invasão holandesa o castigo divino pelos pecados dos moradores de Pernambuco, isto é, pela acentuada deterioração moral que teria caracterizado a vida pública e privada da capitania nos anos imediatamente anteriores ao ataque neerlandês (p. 243). À maneira de Calado, a prosperidade *ante bellum* de Olinda e a sua situação após a ocupação holandesa, “abrasada em vivo fogo, tornada (qual de primeiro) lugar deserto e mata inabitável, sem lustre, sem nobreza, sem polícia [...] As vilas (de Pernambuco), os lugares, as maquinas, os engenhos, as doces plantas, senhoreado tudo de cultor estranho: os homens mortos, martirizados, tiranizados, com crueldades tais que excederão às do Décios e Diocleocianos” (p. 255). Diogo Lopes pôde assim jogar em dois tabuleiros e apresentar diferentes episódios da conquista de Olinda como “castigo do céu evidente” e “castigo da divina justiça” (p. 259). Ao longo da segunda metade do século XVII e de quase todo o século XVIII, as fontes não-nativistas adotaram a leitura da queda de Olinda como castigo divino (p. 260).

Enquanto os cronistas da época analisavam Olinda como vítima de um castigo divino, a dita nobreza do açúcar buscava residência em seus engenhos fora da região castigada.

Não vivem nesta cidade nenhuma das pessoas daquelas a que lá chamam de nobreza, porque todas estas residem fora, uns nos seus engenhos, os que têm; outros em seus partidos, roças e mais lavouras, de que vivem em partes algumas mui distantes e outras mais próximas, e àquela cidade não vêm salvo de passagem, e muitos apenas quando vêm a servir na república fazem alguma assistência e esta mui forçada. Se no sistema de representação idológica da segunda metade do século XVIII, Olinda adquire o caráter de cidade da ‘nobreza da terra’ frente às reivindicações de promoção política e social do comércio lusitano implantado no Recife, isto se deveu no seu caso, mas não evidentemente no do burgo nassoviano, não a um processo real de especialização ou de preferência ecológica mediante o qual a açucocracia se encontrasse então efetiva e majoritariamente residindo na cidade, mas à existência nela das duas principais instituições que encarnavam seu poder, ou seja, o Senado da Câmara e a Santa Casa de Misericórdia. Olinda tornou-se assim o emblema do grupo senhorial, não sua sede urbana (MELLO, 1986, p. 250-252).

As condições da Vila de Olinda já eram conhecidas pelos holandeses, bem antes dos flamengos aportarem no litoral brasileiro, visto que:

Olinda chegara “a tanta opulência e riqueza, a tanto comércio e lucro, que este se fez invejado de muitas potências e pretendido de várias nações. Entre todas, ou por menos considerada ou por mais atrevida, saiu Holanda com a pretensão e logrou a posse, fazendo-se senhor aquele Estado desta província e ficando Holanda o que havia sido Olinda (MELLO, 1986, p. 265).

Contudo, o sistema de trabalho e o modo de vida entre os luso-brasileiros e os neerlandeses eram bem diferentes. Segundo José Adolpho de Oliveira Lima (1975):

Os colonos luso-brasileiros não estavam acostumados ao ritmo neerlandês de trabalho. A Companhia das Índias Ocidentais financiava o plantio e a colheita, e exigia rigorosos prazos de pagamento. A “easy going” sociedade patriarcal acabaria entrando em choque com aqueles weberianos calvinistas, para os quais tempo era dinheiro e a eficiência uma regra de ouro. Entre outros aspectos, os holandeses escandalizavam-se com a abundância “papista” de dias santos [...] A baixa produtividade, o desprezo pelo fator tempo, enfim o desajuste cultural no sentido mais amplo dos novos ocupantes (incluindo, portanto, o choque de interesses econômicos), tudo contribuiu para os luso-brasileiros e flamengos não se entenderem [...] Cedo os senhores de engenho estavam endividados até os gorgomilos. Só em 1637, foram vendidos 36 engenhos. Jorge Homem Pinto, um dos mais ricos, com 9 deles e 370 escravos e 1000 bois, pois também não podia saldar seus débitos. Idem o futuro restaurador João Fernandes Vieira, que vivia de braços dados com os holandeses e que, após lutar pela sua expulsão, recebeu como premio uma grande quantidade de bens móveis e imóveis [...] José Antonio Gonçalves de Mello (Tempo dos Flamengos, 1947) resumiu muito bem o sentido social implícito na revolta de 1645: “foi preparada não por elementos populares, mas pelos senhores de engenho”. E “não se deve esquecer que a senha dos revolucionários mostra claramente a classe envolvida no caso: a senha era a palavra açúcar.

Após a expulsão do invasor holandês, iniciou-se uma tensa e longa discussão sobre o retorno da sede do governo para a arruinada Olinda ou a sua permanência no Recife.

O primeiro Governador de Pernambuco após a Restauração, Francisco Barreto de Menezes, manteve a sede do governo no Recife, região muito mais importante e melhor protegida que Olinda. Já o seu sucessor, André Vidal de Negreiros, a partir de 1657 transferiu por conta própria a capital de volta para Olinda, gerando uma ação de repúdio de Barreto de Menezes, que na ocasião ocupava o cargo de Governador-Geral. A discussão rumou para a Corte para que decidisse sobre o assunto.

Após sete anos de discussão e pareceres, a Coroa finalmente determinou que a sede do governo permanecesse em Olinda, numa tentativa de valorizar artificialmente a cidade devastada, o que não compensava a ausência de construções civis e de moradas.

Foi durante esse meio século que as diferenças e disputas entre Olinda e Recife intensificaram os conflitos intrínsecos ao pacto colonial, agravados desde o momento da Restauração, quando a nobreza da terra não viu atendidos os desejos almejados, por sua obra e fidelidade ao monarca. É esse também o momento em que os conflitos entre credores e devedores – reinóis e nobres da terra – assumiram proporções descontroladas.

O período post bellum foi marcado por um profundo desgaste econômico para a nobreza da terra. O endividamento desse estrato social já era uma realidade anterior à invasão. O modo faustoso de vida baseado num nível de consumo elevado e suntuoso, acabava enredando os senhores de engenho num círculo vicioso de créditos garantidos pelas futuras safras. Nesse endividamento influenciavam também os altos custos da produção, especialmente com a mão-de-obra escrava (MELLO, 1981, p. 113).

As razões de ordem econômica, as dívidas, e quaisquer problemas de ordem nacional que porventura existissem, agravaram-se quando se levavam em consideração as origens sociais dos mercadores que avidamente cobravam aos nobres pernambucanos. Segundo Oliveira Lima (1975):

Desembarcados sem vintém, os mascates, como eram desdenhosamente chamados os comerciantes portugueses [sic] pelo facto de muitos Reinos exercerem o officio de mercadores ambulantes, conseguiam a troco de aturado trabalho e rigorosa economia, meios de fortuna que a agricultura não fornecia mais aos seus devotos, esparsos pelos duzentos e cincoenta e quatro engenhos da capitania (...) Para mais, o dinheiro suggeria aos portugueses a vaidade, huma vaidade insupportavel de homens que hontem eram pobres e se viam hoje prósperos, e a má vontade latente acirrava-se ao complicar-se com o ciúme e a inveja (p. 202).

Cada vez mais as diferenças entre os mascates e os falidos nobres olindenses aumentavam. Os mascates não hesitavam em apontar nos hábitos repletos de ostentação dos senhores de engenho a razão de suas dívidas e de sua ruína.

Houve alguns incidentes entre mascates e olindenses, na Câmara de Olinda, provocados pela admissão de mascates, como oficiais, no triênio 1704-06. Como não foram bem recebidos pelos olindenses, os mascates requereram à Coroa uma definição exata de quem eram os mercadores proibidos de servir.

Depois de muitos requerimentos, representações, cartas e pareceres de ambos os partidos e de autoridades régias, e após se levar em conta até a transferência da Câmara do Recife, finalmente, em 19 de novembro de 1709, expediu-se uma ordem régia erigindo Recife em vila, com seu próprio Senado Municipal (PEREIRA DA COSTA, 1983, p. 151).

Pereira da Costa, nos Anais Pernambucanos (1983, p. 151-153), descreve a fundação da vila e o estabelecimento da Câmara do Recife:

Assinado o termo da vila, que foi, além da freguesia do Recife, as de Muribeca, Cabo e Ipojuca, desmembradas todas do de Olinda; e procedida a eleição dos Vereadores da nova Câmara do Senado, a qual se verificou nas pessoas do tenente-coronel Joaquim de Almeida, condecorado com o hábito de Cristo, - Simão Ribeiro Ribas, comissário-geral da cavalaria e também condecorado com o mesmo hábito, e os capitães Manuel de Araújo Bezerra e Luís de Sousa Valadares, os dois primeiros portugueses e os dois últimos pernambucanos, teve lugar a instalação da vila, com o título de São Sebastião, que lhe impusera o Governador Sebastião de Castro e Caldas, no dia 15 de fevereiro de 1710, e do mesmo modo levantando o pelourinho, na praça do Corpo Santo.

Embora Olinda deixe de ser a capital de Pernambuco apenas em 1827, já

(...) na segunda metade do século XVIII, a Câmara de Olinda, reduzida à gestão acanhada de uma cidade decrépita, conferia mais honra que poder (MELLO, 1986, p.150).

2.4 A freguesia no sistema colonial

O catolicismo veio para o Brasil como um dos elementos essenciais do projeto colonial português e foi implantado como religião oficial do Estado. O catolicismo como religião oficial era adequado ao projeto de organização administrativa da colônia: o espaço baseado na grande propriedade monocultora, assentada no trabalho escravo e vinculada aos mercados externos.

No momento das conquistas marítimas, a Igreja que chegou aqui era o modelo que predominava na Europa e refletiu diretamente nas colônias, com algumas modificações como afirma Salgado (1985):

O espaço colonial correspondia a uma realidade particular, o que marcava não apenas uma diferença, como impunha a necessidade de alguns ajustes, a fim de tornar possível o projeto colonizador português.

O Padroado surgiu através das ordens militares no período da Reconquista, tendo a Ordem dos Templários dado origem à Ordem de Cristo, que vai assumir o direito do Padroado, em recompensa à sua atuação propagadora da fé cristã. Com isso, a Ordem de Cristo assume o direito de jurisdição espiritual sobre as terras ultramarinas conquistadas e as por conquistar (SALGADO, 1985).

Destaca-se que o Padroado dava direito ainda à cobrança e administração dos dízimos eclesiásticos, que foi fonte de receita no período colonial. Mas devia propagar a fé cristã através do erguimento e manutenção dos locais de culto e ainda a sustentação do clero.

O rei de Portugal, dessa forma, assumia simultaneamente o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal, porém, caberia ao rei, além de descobrir e conquistar, suprir a Igreja dos bens necessários para sua estruturação enquanto instituição. Sendo assim, o Estado adquiria a função de edificar templos e mosteiros, nomear e sustentar padres, bispos e religiosos, enfim, criar uma sociedade a partir das normas da Igreja.

O Padroado tinha então dois motivos claros para ser implantado no Brasil: expandir as fronteiras e propagar a fé católica, pressupostos necessários da colonização das novas terras descobertas.

Em virtude do Padroado, o rei legislava sobre toda a estrutura da Igreja. Era através dele que havia a criação e o provimento de bispados (a indicação de bispos), concessão e autorização para o estabelecimento de ordens religiosas, cobrança e administração dos dízimos, delimitação de jurisdições eclesiásticas, pagamento do clero e conservação das igrejas.

Seguindo toda essa estrutura que se instalou na colônia nos primeiros séculos, observa-se que a Igreja brasileira era mais submissa ao Estado do que a Roma. O controle estatal impetrou até mesmo reuniões dos conselhos religiosos.

Os clérigos, em sua grande maioria, eram funcionários públicos, como os vigários, cônegos, bispos etc. Todos ocupavam postos dentro da estrutura da Igreja Católica. Às vezes esses padres seguiam a carreira clerical apenas para ter com o que viver, recebendo salários anuais chamados cômmodos. Exerciam ainda outras atividades paralelamente ao sacerdócio, como o comércio e a agricultura. Os bispos eram considerados nobres vinculados à Coroa, por isso, sua atuação religiosa era frequentemente limitada por interesses políticos.

A presença da Igreja na estrutura administrativa da Colônia era particularmente importante. Internamente, a divisão administrativa era de capitânicas; comarcas; e termos, seguida de uma subdivisão eclesiástica de freguesias, que funcionavam como uma espécie de distrito, com certa autonomia, com funções mais religiosas do que administrativas.

Existia ainda uma divisão episcopal, que se referia ao bispado. No decorrer do período colonial, sete bispados foram criados: Bahia (1551), Rio de Janeiro (1676), Maranhão (1677), Pará (1719), Mariana (1745) e São Paulo (1745). Em 1676, a Sé de Olinda foi elevada à posição de catedral, com a criação do bispado de Olinda.

O aparelho administrativo da colônia tinha seu centro decisório em Portugal e a colonização implantada na América era completamente rural. Dessa forma, observa-se que a distância entre Portugal e a colônia, a grande extensão territorial desta e a ausência de recursos da Coroa para a implantação de uma burocracia eficiente ajudaram a implantar uma instituição que passou a dominar a sociedade, a família rural. Ademais, a Igreja tinha limitações, devido à sua política de expansão que se baseava no modelo da Cristandade, tornando deficiente o contato entre a Igreja da colônia e a Igreja de Roma, que também acabava por torná-la precária financeiramente, gerando assim uma integração de interesses entre a família rural e a Igreja, levando esta a fazer parte do corpo institucional daquela.

A presença da Igreja na vida colonial mostra como era grande a religiosidade no cotidiano da população, inclusive nas decisões políticas, revelando que as necessidades espirituais se colocavam no mesmo plano que as exigências da vida civil.

A influência da Igreja e de seus ministros na estrutura administrativa da colônia era estimável, tanto pelo respeito de que eles gozavam, quanto pelo direito reconhecido de se intrometerem em assuntos específicos e particulares. Mas ao Estado também era permitido esse direito, devido ao Padroado, que demonstra como Igreja e Estado estavam fortemente unidos. Segundo Rosendahl (2003):

Divisões territoriais e organização hierárquica de religiões institucionalizadas são estratégias políticas adotadas com o objetivo de assegurar o controle, a vivência e a vigilância dos fiéis frente à crescente mobilidade dos homens e a fatos históricos relevantes.

Desde a sua criação – e a partir da própria gênese dos núcleos –, os assentamentos coloniais estavam sujeitos às determinações eclesiásticas, não pelos instrumentos equivalentes do poder temporal, mas aceitas e incorporadas devido à importação dos costumes e das práticas do reino.

Aos poucos, foram se constituindo as aglomerações no espaço brasileiro, escalando diferentes estágios hierárquicos, sob os olhares da Igreja, até o momento do surgimento do município na estrutura. Inicialmente uma concentração de moradas e uma capela, depois uma capela-curada ou visitada por um padre, até o momento em que

um povoado, de determinado porte, aspiraria constituir uma paróquia ou, designação que predominou entre nós, uma freguesia. Posteriormente, a freguesia vai ansiar a autonomia municipal como vila que, se obtida, adquire o seu símbolo, o pelourinho, a sua casa de câmara e cadeia. Segundo Faoro (2001): “Com o pelourinho se instalava a alfândega e a igreja, que indicavam a superioridade do rei, cobrador de impostos, ao lado do padre, vigiando as consciências”.

Na época colonial o termo freguês designava os paroquianos, que eram fregueses, por assim dizer, do pároco. De acordo com a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, a palavra freguesia se origina, da expressão “*filius ecclesiae*”, isto é, o conjunto dos “filhos da igreja”, dos crentes.

A Igreja Católica, dá a definição de paróquia baseada no Código de Direito Canônico (1983):

Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano”¹¹.

Ainda determina o direito canônico que “toda diocese ou outra Igreja particular seja dividida em partes distintas ou paróquias.”¹².

De forma geral, as paróquias são abrangências eclesiais territoriais que abrangem todos os fiéis de um determinado território.

Tais territórios foram modificados, adquirindo sucessivos arranjos espaciais ao longo do tempo, mas sua denominação, paróquia, permanece até nossos dias, constituindo a base de um conjunto de níveis hierárquicos territoriais conectados, em Roma, com o papa (ROSENDAHL, 2003).

No Brasil, na época colonial, o conceito de freguesia era exatamente o mesmo de Portugal, não havendo distinção entre freguesia e paróquia. Freguesia seria o conjunto de fregueses de alguma igreja, ou rebanho, sob o governo de um pastor. Paróquia que segundo sua origem grega, significa o conjunto de casas vizinhas que, é o distrito

¹¹ (Cân. 515 § 1º)

¹² (Cân. 374 § 1º)

subordinado eclesiasticamente a um pároco na prática, tem o mesmo sentido de freguesia.

Sendo assim, freguesia (no sentido lato) é um conjunto de paroquianos, uma povoação sob o ponto de vista da Igreja Católica; é um espaço territorial limitado, com características administrativas de Estado e, ao mesmo tempo, religiosas. Rosendahl (2003) afirma que: “*A paróquia, em sua dimensão espacial, muda, morre ou renasce segundo a concentração e a dispersão dos paroquianos.*”

A religiosidade dos colonos fez com que fossem criados os primeiros centros de culto. Eram capelas privadas, ermidas construídas por alguns que traziam a tradição dos eremitas, como também as capelas nascidas da compaixão de alguns proprietários.

A institucionalização da vida de várias e dispersas comunidades se dava pela oficialização da sua capela, visitada por um cura, para sua promoção a matriz, ascensão que significava a elevação de toda uma região, ou de ocupação mais remota e em desenvolvimento, ao status de freguesia. Não era apenas o ingresso à tão desejada e necessária assistência religiosa que se alcançava, mas o reconhecimento da comunidade de fato e de direito diante da Igreja oficial, portanto, diante do próprio Estado. Assim, “... *a concepção e território religioso católico pode ser reconhecida [sic] pela igreja-matriz e sua área de abrangência.*” (ROSENDAHL, 2003)

Contudo, era preciso mais que dotar o povoado de um abrigo para o exercício religioso: era necessário sagrá-lo. “*A sacralização iria tornar esse abrigo uma ermida também para a Igreja, uma capela reconhecida como tal, uma capela curada, ou seja, visitada regularmente por um padre*” (MARX, 1991).

Essa consagração importava, em termos religiosos, para a população, para o clero e para o governo. Atribuía ainda outro significado eclesiástico, conseqüentemente também oficial, ao módico assento da ermida, capela curada.

As capelas, quando elevadas de sua simples categoria de capela ou capela curada a outro patamar, antes de tudo de cunho religioso, já alterado para um cunho civil

explícito, formavam instituições de significativa importância na vida e sociabilidade das populações que a integravam: assumiam um lugar central na vida religiosa, como também na vida social destas comunidades. Chegando ao Brasil, a organização paroquial não foi constituída inicialmente por paróquias, como lembra Fernando Londonõ, mas por capelas (SILVA, 1998). As paróquias só foram criadas mais tarde, na segunda metade do século XVI.

As capelas adicionaram espaços de culto, de devoção e também da prática dos sacramentos, sobretudo da comunhão, às igrejas matrizes. A capela acaba por constituir, facilmente, a expressão do desenvolvimento social da terra, das sensibilidades religiosas e espirituais da comunidade, do desenvolvimento demográfico, bem como contorno do povoamento da região e das paróquias.

A paróquia é uma realidade fundamentalmente eclesiástica, tanto em sua definição como na construção. Existiam preceitos que determinavam onde, que tipo de construção, e qual espaço destinado a atender as construções sagradas. Essas normas eram regulamentadas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

Estavam claramente presentes as exigências da Igreja que, visando outras questões propriamente religiosas, intervinha na paisagem urbana. No início do século XVIII, a religião oficial da Colônia teve seus cânones estabelecidos pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que foram promulgadas, segundo as palavras do próprio Arcebispo da época, Dom Sebastião Monteiro da Vide. As normas que conduziam a vida religiosa em todos os sentidos foram redigidas em 1707 e publicadas em 1719; regeram a vida e costumes religiosos e também mundanos durante muito tempo (CASIMIRO, 2006).

Essas normas tão significativas recomendavam como se construir e estabeleciam as exigências mínimas a que deviam respeitar os locais de devoção, sagrados, como capelas ou igrejas.

(...) ereção de ermidas, capelas e capelas curadas, bem como das exigências para tal, tratam as constituições de números 683 a 686; dos locais sacralizados, sagrados, literalmente “locais pios”, a constituição

de número 1279 e seguintes. (...) Conforme o direito Canônico, as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifiquem em sítio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quando possível, de lugares imundos e sórdidos (...) (MARX, 1991).

Além dessas determinações sobre a construção e localização da Igreja, caracterizadas como “o domínio da Igreja” perante o povoamento, se exigia ainda que essas construções estivessem livres de “*casas particulares e outras paredes em distâncias que possam andar as procissões ao redor dellas*” (MARX, 1991), caracterizado muito bem nos antigos arraiais mineiros. Verifica-se, assim, que as normas eclesiásticas eram claras e rigorosas quanto à localização geográfica, à orientação e aos edifícios vizinhos, permanecendo quase sempre assegurada a permanência da capela no ponto mais elevado. Assim sendo, inicia-se sem outra intervenção provável o andamento espacial da localidade através do simples erguimento de seu referencial maior: a Igreja.

O modo de se destacar o templo na paisagem ia além de uma questão de lógica; era, na verdade, uma força de tradição, uma vontade plástica. Obedecia a uma legislação clara a ser cumprida, para poder receber a sagração, mesmo sendo uma pobre capelinha, se quisesse a sua aceitação e provável elevação futura por parte da Igreja, que a reconheceria como tal; que lhe atribuiria, pelos seus rigorosos rituais, o predicado de local onde se assumiria a competência de oferecer os sacrifícios e os sacramentos; e que lhe indicaria um sacerdote, em caráter permanente ou não.

A igreja deveria estar afastada das demais construções, seguindo as determinações das Constituições. Quando isto acontecia, um espaço à volta se configuraria, e com o tempo ia se transformando, e com a evolução do povoado, quem sabe, assumiria um determinado logradouro.

Ainda de acordo com a legislação eclesiástica do Direito Canônico, não era permitida a divisão ou destruição do ambiente sagrado. Assim, qualquer concepção que tivesse como objetivo a alteração de uma freguesia tinha que ser analisada pelas autoridades competentes do Direito Canônico.

As Ordenações do Reino, as normas metropolitanas, que por tanto tempo também nos regeram, fizeram poucas referências às questões da adequação e ordenamento espacial dos estabelecimentos urbanos.

Após atender todas as especificações, a antiga capelinha, talvez agora já reformada ou mesmo totalmente refeita, transforma-se em sede paroquial, a então igreja matriz do lugar. Ganha agora, com o novo status religioso, a sua nave e além da sua sacristia, agora ponto indispensável também para a cidadania. Assume então, a igreja matriz, o posto de domínio sobre sua povoação, não existindo mais o terreiro da igreja, mas, sim, o largo da matriz.

O lugar da igreja matriz será o mesmo, um lugar geograficamente destacado, onde inicialmente se localizava, no momento do início da aglomeração dos moradores; o terreno amplo que, de todos os lados exibia a capelinha original, fato que permitia o seu contorno quando da realização das procissões; a área da povoação, que nas palavras de Marx (1991) era um lugar privilegiado pela concentração de gente, das atividades e dos negócios que a proximidade do templo estimulava.

A paróquia se estabelecerá ao longo dos séculos XV a XVIII, como a principal instituição da organização sociopolítica das comunidades locais portuguesas e brasileiras. Ela ainda permanece por um longo período em Portugal, quando vai se dissolvendo no Brasil (MARX, 1991).

Em 1593, a vila de Olinda era constituída por duas freguesias:

(...) a de São Pedro Mártin e a do Salvador. O Recife, com a freguesia do Corpo Santo e a Várzea do Capibaribe, com a freguesia de Nossa Senhora do Rosário, também estavam inseridas no termo de Olinda. Além desse limite estava a freguesia dos Santos Cosme e Damião de Igaracu, a de São Lourenço que tinha a capela anexa de São Miguel em Camaragibe, a freguesia de Santo Amaro com as capelas de Nossa Senhora das Candeias e Nossa Senhora da Graça, a freguesia de Santo Antônio no Cabo de Santo Agostinho, com as capelas de São João e Nossa Senhora da Anunciação e a de São Miguel de Ipojuca, com a capela de Santa Luzia. (Apud COSTA, 2007, p. 44).

Em Pernambuco, com o passar do tempo, o aumento da população obriga a criação de mais freguesias, para poder abranger a quantidade de fiéis que vão surgindo. *Em 1817 Pernambuco possuía quatro comarcas, vinte e sete vilas e quarenta freguesias.* (Idéia Geral Pernambuco em 1817. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Recife, n. 29-30, 1977)

Durante o Império, continuou existindo uma organização que se assemelhava à do período colonial, em que a Igreja Católica era a religião oficial do Estado, e este tinha o dever de pagar salários para padres e bispos. A estrutura administrativa civil era adequadamente não distinta da estrutura eclesiástica. As províncias eram divididas em municípios, que, posteriormente, eram divididos em freguesias (que correspondiam às paróquias). Houve também a criação de curatos, para serviços religiosos em povoações pequenas e que não possuíam autonomia política. Os bispos comandavam as dioceses, que abrangiam geralmente diversos municípios, ou seja, diversas freguesias (MARX, 1991).

Com a proclamação da República, houve a total separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro. Com a mudança de regime, as antigas províncias se transformaram em estados autônomos, divididos em municípios, que também se tornaram autônomos, podendo (ou não) ter seu território dividido para fins puramente administrativos. A Igreja Católica passa então a manter uma estrutura administrativa própria.

Mesmo com a separação e mudança de nome, a população não abandonou o hábito de nominar de freguesia algumas localidades. Ocorreu também que antigas freguesias foram absorvidas pelo crescimento urbano das grandes metrópoles brasileiras e tornaram-se bairros.

As paróquias e os bispados surgiram e acabaram por acompanhar a expansão territorial, primeiro a capela, mais tarde a paróquia, como primeiro esboço da presença do Estado.

Dois eram os elementos essenciais na organização da jurisdição paroquial, um *território* e uma *população*. Havia também necessidade de uma estrutura de suporte

para o exercício daquela jurisdição, além de um pároco para administrar a estrutura e a igreja para abrigar os fiéis daquela paróquia.

A territorialidade é uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre, de um lado, o território que dá segurança, símbolo de identidade, e, de outro, o espaço que se abre para a liberdade, às vezes também para a alienação (ROSENDAHL, 2003).

Com o povoamento, pequenas concentrações populacionais dispersas se formam. Com pouca acessibilidade, a outras populações, a alternativa é a construção de capelas, que se tornam complementares às igrejas matrizes. E, com efeito, essas concentrações e lugares dispersos das paróquias deram origem a uma ou mais capelas de especial devoção dos moradores do lugar, que é também um equipamento de apoio aos doentes e enfermos de cada localidade.

A capela também é, muitas vezes, um equipamento associado ao arranjo do espaço habitacional e construída próxima às casas das famílias mais ricas, que fazem da titularidade e posse da capela um elemento fundamental das suas vivências e práticas religiosas e também de ostentação e afirmação social, pelo acesso e tratamento reservado e privado à prática religiosa. Estas capelas, acostadas ou incorporadas às casas grandes, acabam por fazer parte da vida da comunidade.

Os patrimônios reservados ao santo, à terra e à capela eram presenteados por um ou mais detentores de terras vizinhas, sob determinadas condições. Existia ainda o costume de cunho religioso, que era o de rezar missa para o doador e sua família, periodicamente, e após as suas mortes.

A expansão da sede da nova freguesia intensifica o desenvolvimento da região e sua área construída se estende, os números de seus fogos e os negócios aumentam, como também o seu templo principal, além do conjunto articulado do templo com o seu adro, sinal de sua elevação. Não se dissolve o conjunto religioso do edifício e da área livre, no lugar agora ampliado, todos os interesses comuns se voltarão para ele, para ressaltar o símbolo e a efetiva sede da nova categoria que reconhece e enaltece a comunidade em ascensão. Não mais uma simples capela, porém, uma freguesia ou paróquia.

A definição de paróquia, como se sabe, é uma realidade essencialmente eclesiástica e religiosa. As freguesias também estavam ligadas ao poder religioso através de um poder emotivo e sagrado com os seus moradores. O conjunto de vigários e paroquianos sempre, ou quase sempre, se opunha à alteração dos limites da freguesia, segundo Anna Amélia Vieira Nascimento (2007), porque havia uma conscientização ou uma identificação entre a paróquia e seus paroquianos, que extrapolava o poder temporal. Coisa que também poderia criar uma identificação entre os próprios moradores, já que pertenciam a uma mesma paróquia, frequentando as mesmas festas religiosas.

3. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA VILA DE OLINDA

O sistema de ocupação da Capitania de Pernambuco teve seu começo logo após a divisão do território brasileiro em Capitânicas Hereditárias a divisão do solo e a formação de núcleos populacionais tiveram início no extremo norte da então Vila de Olinda, sede da Capitania de Pernambuco.

Nessa fase inicial, agrupamentos de nativos habitavam na região litorânea e lutaram contra a presença dos conquistadores portugueses, em defesa de seu espaço de domínio, retardando o processo de colonização das terras do Brasil.

Dessa forma, o solo brasileiro foi conquistado e ocupado pelos portugueses, que escravizavam os nativos e lhes impunham um sistema de trabalho compulsório. No primeiro momento, esse trabalho era a extração de pau Brasil, posteriormente foi dirigido à instalação de empresas açucareiras, que eram a principal atividade econômica.

Na região norte do litoral de Pernambuco, que foi uma grande área em que se expandiu essa cultura açucareira, deu impulso ao desenvolvimento da Capitania de Pernambuco, cujas condições naturais eram propícias a esse desenvolvimento como, o clima, o solo e a geografia que facilitavam o cultivo e o crescimento da sociedade que se instalou aqui nos primeiros anos da colonização.

A produção canavieira se concentrou, desde a época colonial, próximo ao litoral, junto dos locais de exportação do açúcar (principal produto da colônia), o porto. Devido ao processo de urbanização da área litorânea, o plantio da cana-de-açúcar foi se afastando das regiões mais próximas do porto do Recife.

Segundo Gomes (2006):

Desde os primórdios do século XVI foi-se instalado na capitania uma cultura, a da cana-de-açúcar, que, por sua natureza, promoveu a devastação florestal da região por quase cinco séculos ininterruptos.

A situação que a cana-de-açúcar trouxe a Olinda a colocou numa situação bem favorável, e acabou se destacando por sua grandeza, opulência e luxo com muitos atrativos naturais para o desenvolvimento da cultura que lhe trouxe riqueza, chegando a ser comparada a Lisboa.

Segundo Cabral (1986) “Ao longo da segunda metade do século XVII e de quase todo o século XVIII, as fontes não-nativistas adotaram a leitura da queda de Olinda como castigo divino”. Isso seria em virtude da grande “prosperidade” e riqueza que a cidade tinha adquirido com o desenvolvimento da cana-de-açúcar e a queda seria um castigo divino pelos pecados dos moradores.

A área do estudo localiza-se nos limites dos municípios de, Olinda, Camaragibe, Paudalho, Abreu e Lima, Igarassu e, a Leste, com o mar. Os principais sítios de nosso estudo ficam compreendidos entre as terras do antigo “*Engenho Jaguaribe*”, mais ao norte, próximo a Igarassu, e as terras do antigo “*Engenho Fragoso*”, em Olinda, próximo ao bairro da Cidade Tabajara.

Hoje, ainda identificamos, na região, terrenos constituídos, em sua maioria, por depósitos terciários e quaternários, ocupando o Embasamento Cristalino apenas uma pequena parte estreita da porção oeste da área.

De acordo com estudo realizado pelo Laboratório de Geologia e Geofísica Marinha (LGGM-UFPE), no ano de 1992, as estruturas geológicas que afloram no Litoral Norte estão distribuídas em ordem decrescente de extensão (Figura 4): Formação Barreiras; Formação Beberibe; Formação Gramame; Embasamento Cristalino; Sedimentos recentes (terraços marinhos, depósitos aluviais, depósitos flúvio-lagunares, depósitos de mangue, depósitos de praia e recifes); Formação Maria Farinha.

A Formação Barreiras é a mais extensa dentre as unidades geológicas que ocorrem no segmento litorâneo em questão e é constituída por sedimentos areno-argilosos não consolidados de origem continental. O relevo da Formação Barreiras é constituído por tabuleiros, cuja altitude varia de 40 a 50 metros próximos à planície costeira indo até mais de 160 metros na porção oeste da área.

As estruturas desses relevos que chegam à quase horizontalidade, favorecem a ocupação com culturas, especialmente cana-de-açúcar, com granjas e chácaras e com núcleos urbanos, além da construção de rodovias, o que mostra o potencial de uso dessas áreas.

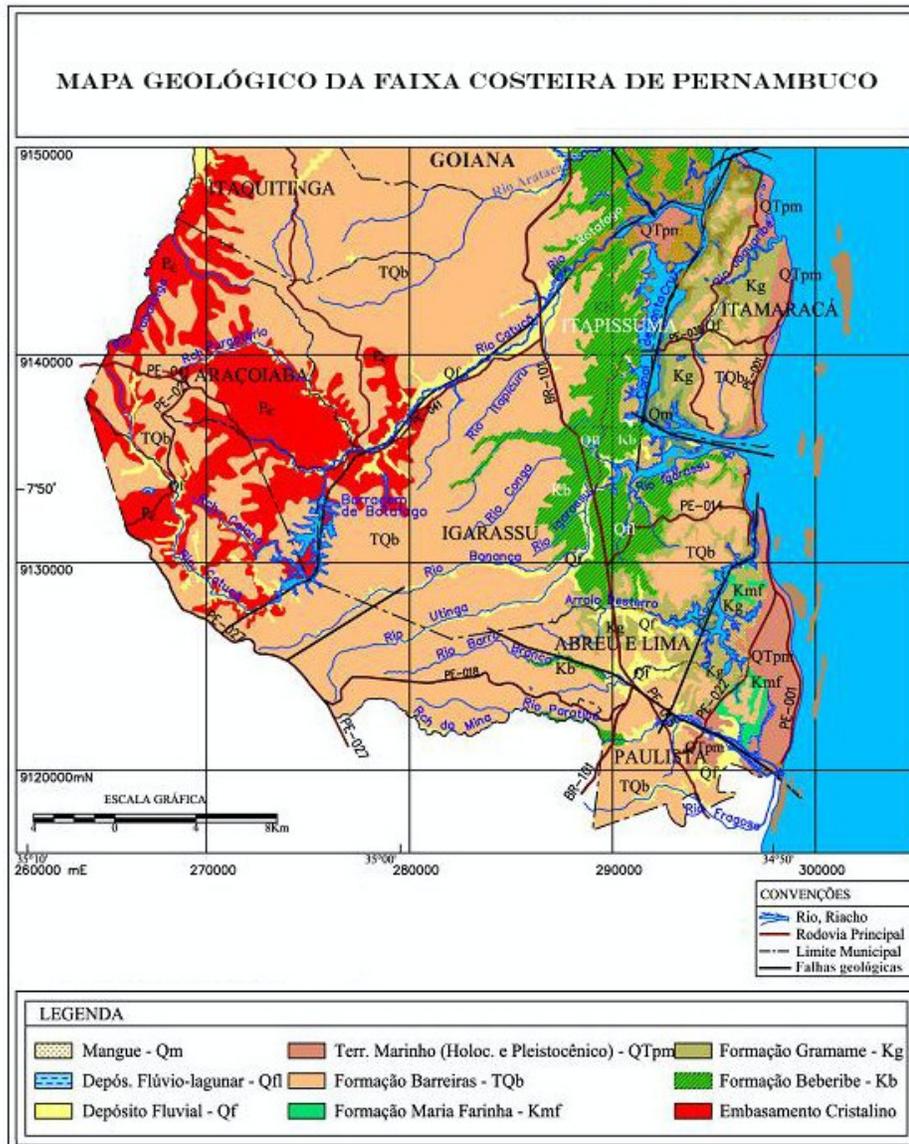


Figura 04. Mapa geológico do litoral norte de Pernambuco. Fonte: Estudo da Vulnerabilidade e Proposta de Aquíferos na Faixa Costeira Norte de Pernambuco. Estudo desenvolvido pelo Lagese (Laboratório de Geologia Sedimentar).

Os rios, em sua grande maioria, pertencem às bacias de drenagem situadas na faixa sedimentar costeira, desaguando no Canal de Santa Cruz ou inteiramente no Atlântico. A rede de drenagem é relativamente densa formada por rios litorâneos e

normalmente de pequena extensão, permanentes, oferecendo uma grande variação de nível d'água nos períodos chuvosos e de estiagem, nas áreas em que os engenhos se localizavam (NEUMANN, 2005).

As margens dos principais rios da região eram ambientes privilegiados para a implantação de povoados e o desenvolvimento de rotas regulares de passagem da produção, pouco a pouco alimentadas por vias terrestres auxiliares que uniam as diversas propriedades agrícolas, em sua maior parte abertas pela iniciativa particular dos proprietários.

A área de interesse é cortada, ao sul, pelo riacho Mirueira, que deságua no rio Fragoso; na parte central, pelo rio Paratibe, que, ao desaguar no mar, muda o nome para rio Doce; ao norte pelo rio Jaguaribe, que deságua no mar próximo ao canal de Santa Cruz. Este rio, atualmente, a partir de sua nascente, tem o nome de Barro Branco, seguindo o curso, recebe o nome de Timbó (Figura 5) quando passa nas terras desse antigo engenho; depois, recebe a denominação de canal de Maria Farinha, quando deságua no mar, junto ao sítio desse nome.



Figura 05. Rio Timbó. A bacia do Rio Timbó localiza-se na região metropolitana do Recife, a 30 Km ao norte da capital, entre os municípios de Abreu e Lima (margem direita) e Paulista (margem esquerda).
Fonte: Valério Figueiredo. Disponível em: www.flickr.com/photos/valeriof/841812312/

3.1A Sesmaria Jaguaribe

Sendo uma área de destaque, tanto regional como mundial, a região do litoral norte do Estado de Pernambuco ainda apresenta inquietantes lacunas relacionadas à sua organização territorial. O local teve um grande destaque no período colonial, pois aí foi implantando o alicerce da cultura que constituiria a base econômica responsável pela colonização do Nordeste brasileiro, a “civilização do açúcar”.

Estudos realizados na área do litoral norte, como parte do projeto “*Prospecção de Sítios Arqueológicos na Sesmaria Jaguaribe*”, iniciado no ano de 2001, apresentaram o registro de diversos sítios arqueológicos¹³, que permite discutir aspectos sociais da interação entre grupos de diferentes posições sociais, considerando o papel do negro, do europeu e do índio nesta área (OLIVEIRA, 2005). A partir daí surgiram pesquisas que buscaram devassar os documentos para criar uma configuração da então, área da Sesmaria Jaguaribe, atualmente zona rural do Município de Abreu e Lima, no litoral norte do Estado de Pernambuco, distando 14 km da cidade do Recife.

A sesmaria¹⁴ foi um núcleo de povoamento em que foram estabelecidos, durante o século XVI, com sistemas produtivos econômicos, relações sociais e culturais. Estava localizado na zona litorânea, formada por uma vegetação típica de praias, restingas e mangues (COSTA LIMA, 1998).

A Sesmaria Jaguaribe foi doada ao Feitor e Almoxarife Vasco Fernandes de Lucena, um dos grandes auxiliares de Duarte Coelho na conquista e pacificação dos nativos, quando do processo inicial de colonização da Capitania de Pernambuco. Foi fundamental sua presença, pelo fato de ter conhecimento da língua dos nativos, o que fez com que ele servisse de mediador nas negociações com os autóctones.

¹³ Engenho Jaguaribe. Engenho Inhamã, Engenho Desterro, Sítio Timbó, Sítio Forno Salinas e Sítio do Frio.

¹⁴ As sesmarias eram terras distribuídas em doação. “A doação se fazia sob a condição resolutive, mediante cláusulas, cujo inadimplemento tornava a concessão caduca, redistribuindo as terras” COSTA PORTO (1965).

Tempos depois da chegada de Vasco Fernandes de Lucena, chegaram a Pernambuco sua esposa e seus filhos Francisco, Sebastião e Clara, na companhia de seu pai. As terras doadas por Duarte Coelho foram divididas entre ele e seus três filhos, conforme afirma Pereira da Costa (1983):

(...) a terra que tem em Jaguaribe, a qual terra tem uma légua de cumprido, e outra de largo, convém a saber, que desta terra declarada dou ao dito Vasco Fernandes para elle o quarto dela, e outro quarto dou a Francisco Fernandes seu filho e outro quarto a Sebastião Fernandes seu filho e outro quarto dou a Clara Fernandes, todos filhos do dito Vasco Fernandes, a qual terra ali demarcada o dito Vasco Fernandes a repartirá pelos ditos seus filhos, como verdadeiro pai (...)

Segundo os historiadores Tácito Galvão e Rosangela Oliveira Gomes, sobraram três partes das terras doadas a Vasco Fernandes e estas foram divididas entre os seus três filhos, e as terras onde foi construído o Engenho Inhamã pertenceram a Francisco Fernandes. As duas restantes foram divididas entre os outros irmãos, entre elas encontravam-se inclusive as terras que seriam transformadas na Freguesia de Maranguape (GALVÃO; GOMES, 2001).

Esta foi a única sesmaria lavrada pelo primeiro donatário. E foi nessas terras recebidas que Vasco Fernandes levantou sua fábrica de açúcar, à qual denominou Engenho Jaguaribe.

No mapa abaixo pode-se identificar o engenho Jaguaribe (Figura 6, nº 02), na margem direita do rio, que também era conhecido como Jaguaribe. Contudo, há controvérsias sobre sua real localização.

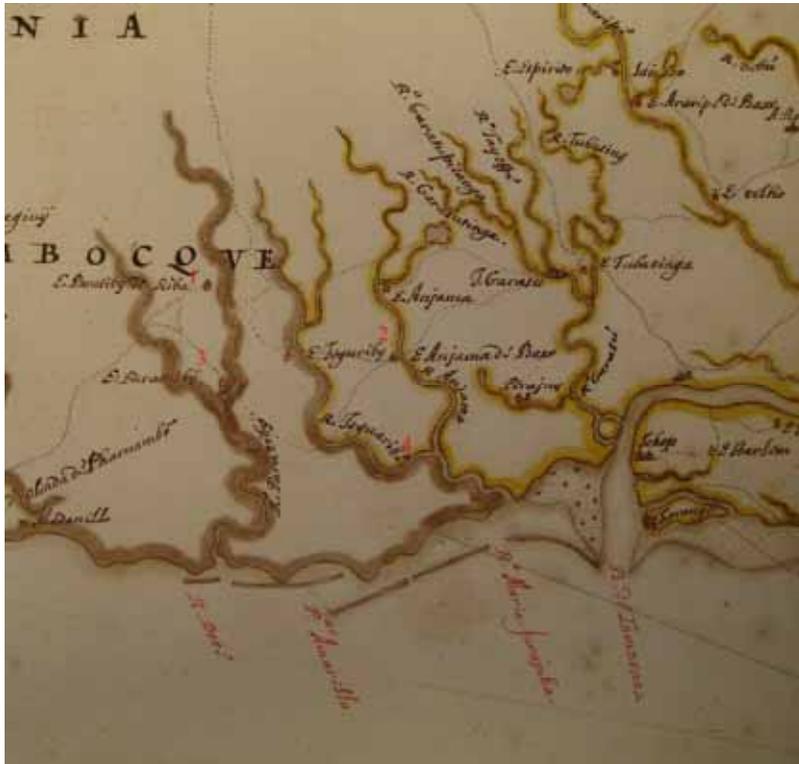


Figura 06. Detalhe do mapa de Vingboons com os Engenhos Paratibe, Paratibe de Baixo e Engenho Jaguaribe. Fonte: Fábio Arruda

3.2 A Freguesia de Maranguape

A Freguesia de Maranguape foi instituída em 1719, por alvará de D. João V, e a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres foi elevada a Igreja Matriz, criando-se a Freguesia de Maranguape, sendo seu primeiro vigário o Padre Dr. Manoel Rodrigues Neto. A criação ocorreu na administração eclesiástica de D. Manuel Álvares da Costa, o 5º Bispo de Pernambuco. Esta freguesia passa então a fazer parte da jurisdição da Vila de Olinda que já tinha duas freguesias, a da Sé e a de São Pedro Mártir, acrescidos agora da de Maranguape.



Figura 07. Ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape.

Fonte: <http://www.janga.com.br/atrativos.htm>

A nova freguesia vai assumir uma área que abrangia a região limitada, ao sul, com a Freguesia da Sé, tendo o riacho Mirueira como baliza, estendia-se até a barra de Maria Farinha, e limitava-se, ao norte, com a Freguesia dos Santos Cosme e Damião de Igarassu; a leste, com o mar, e a oeste, com a Freguesia de Nossa Senhora da Luz, de São Lourenço da Mata.

A freguesia teve origem em uma área demarcada com a ação da Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape, constituída por diversos sítios, fazendas, aglomerados e pequenos povoados. Existiam ainda, na Freguesia de Maranguape, grandes engenhos, como o Paratibe, Jaguaribe, Frágoso, entre outros.

A área que envolve as ruínas da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres (Figura 7) e a casa paroquial é atualmente um sítio arqueológico, o “Sítio Maranguape”, e se localiza no Município de Paulista. Essa região foi localizada através de pesquisas arqueológicas desenvolvidas pelo projeto “Prospecções Arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe”.

Contava, em 1746, com 276 fogos, 1486 habitantes e seis capelas, filiadas à Igreja-Matriz. Com o passar dos anos vai atingir, em 1772, 987 fogos, quatro sacerdotes, seis capelas anexas e sete léguas de extensão¹⁵.

A Fundarpe, em 1987, fez o tombamento do sítio, registrando-o com o nome de Engenho Maranguape, que seria composto pela Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape e a Casa Paroquial. Apesar do registro, sabe-se hoje que não foi encontrada nenhuma estrutura que pudesse confirmar as ruínas como um engenho. Na localidade possivelmente existiu apenas uma fazenda, que pertenceu a Fernandes Vieira e aos seus familiares.

No sítio, foram encontradas ainda estruturas arquitetônicas, que possivelmente seriam as ruínas da casa do Mestre de Campo Fernandes Vieira. A área, que faz parte do bairro hoje designado como Engenho Maranguape¹⁶, está abandonada, mas pertence à família Lundgren.

Pereira da Costa (1983) afirma que, no sítio onde estava localizada a Igreja Nossa Senhora dos Prazeres, além de uma casa Paroquial existia ainda a:

(...) casa de vivenda da propriedade, talvez construída por João Fernandes Vieira, era um grande prédio de dois pavimentos, dando

¹⁵ Informações consultadas no processo de tombamento realizado pela Fundarpe, em 1987.

¹⁶ O Engenho Maranguape ao qual me refiro constitui o bairro onde estão localizadas as ruínas, não o engenho enquanto fábrica de produção açucareira.

acesso para o superior unia escadaria externa de dois lanços, e situada em frente da capela de N. S dos Prazeres (...)

Segundo ainda Pereira da Costa, as terras que abrigariam depois a Freguesia de Maranguape pertenciam à sesmaria que foi doada a Jerônimo de Albuquerque, por Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco.

(...) as terras de Maranguape faziam parte de uma grande Sesmaria dada a Jerônimo de Albuquerque pelo Donatário Duarte Coelho, em Pernambuco em meados do século XVI, e as quais conhecidas por Propriedade dos Maranguape, comprou o mestre de campo João Fernandes Vieira aos herdeiros de Jerônimo Paes de Azevedo, como declara no seu testamento - todas as suas pertenções, e os sítios que possuíam assim de terra como fabricação – em época anterior a 1674, porquanto foi nesta sua propriedade, e naquele ano, que fez ele o mesmo testamento, do qual consta também, que as terras que partem com os Maranguape, da praia até o rio de Marinha Farinha, eram igualmente suas. (PEREIRA DA COSTA, 1983)

Mas o Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento traz a escritura da Sesmaria doada por Duarte Coelho a Vasco Fernandes de Lucena, e descreve os limites que indicam que a propriedade estava na área das terras da Sesmaria Jaguaribe.

(...) da feitiçaria dos Indios direito aonde se mette o rio de Jagoaribe com o rio que se chama Ayamã, e pelo Ayamã de riba athe a riba da Aldea velha, que foi de Christovam Indio a outra caza velha, que foi de hum Indio, que se chama Aberana, aonde estam dous cajus muito grandes, e dali vay direito a hum outeiro grande, que está ao Sudueste, que se chama Miaribi Poema, e dali corre direito a outro outeiro que esta do Sudueste, e correndo deste dito outeiro ao Sueste, e a quarta parte do Sul, todas as agoas vertentes pera a banda do Leste ficaram na dita terra, e vay correndo para o Sueste, e quarta do Sul athe hum rio que se chama Mirueira, onde se acaba a dita Legoa, e dali tornara ao Nordeste, e a quarta do Norte a entestar nas ditas Feitiçarias, onde se acaba a dita demarçam, a qual terra assim demarcada, como dito he lhes dou para elles, e para suas molheres e todos os seos filhos, e netos(...) (TOMBO DO MOSTEIRO, 1948).

As terras de Maranguape serão (após a Restauração de Pernambuco, posteriormente à expulsão dos holandeses) adquiridas por Fernandes Vieira. O Mestre de Campo era um madeirense e foi notabilizado como herói da guerra contra os holandeses na Capitania de Pernambuco. Quando a Capitania foi restaurada, após a saída dos holandeses, Fernandes Vieira lucrou com o desânimo de muitos proprietários das Capitánias de Pernambuco e da Paraíba: conseguiu adquirir muitos bens, a preços

baixos, tornando-se um dos maiores proprietários de terras no Nordeste do Brasil, no século XVII.

Pelo fato de Fernandes Vieira manter um bom relacionamento com a Coroa Portuguesa, e também com os holandeses, no período anterior às batalhas, acabou por ser favorecido com a aquisição de muitos bens¹⁷, os quais revelou em seu testamento. Acumulou inúmeras mercês régias como prêmios por serviços prestados à Coroa Portuguesa.

Evaldo Cabral (1986) fala que:

Das casas que habitara ou possuía Vieira, estavam de pé, em meados do oitocentos, a da rua da Cruz no Recife e a do seu sítio em Maranguape; no tocante a esta última, provavelmente informou-se erradamente ao Segundo Imperador, pois na segunda metade do século XVIII apenas avistavam-se vestígios dela.

Pereira da Costa (1983) afirma que a Matriz de Maranguape teve sua construção ordenada pelo Mestre de Campo João Fernandes Vieira, por volta de 1656, sendo o oráculo associado à homenagem de Vieira pela vitória alcançada na primeira grande batalha contra os holandeses.

Já Evaldo Cabral (1986) mostra a devoção de Fernandes Vieira à Nossa Senhora dos Prazeres.

Com a expulsão dos holandeses, a devoção a Nossa Senhora dos Prazeres receberá o estímulo do próprio Vieira (...) Na sua propriedade de Maranguape, Vieira levantara-lhe também um templo, o qual a partir de 1691, deu a invocação e a matriz à nova freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape. Encontram-se, alias, outros vestígios do seu culto, que extrapolam o sítio da batalha. Quando na primeira metade do século XVIII edificou-se uma fortaleza na praia vizinha onde 100 anos antes os flamengos haviam desembarcado, ela foi naturalmente chamada de Nossa Senhora dos Prazeres de Pau Amarelo, já que tendo favorecido a expulsão dos hereges, deveria empenhar-se doravante em lhes fechar, como a outros estrangeiros, a porta de entrada da capitania.

¹⁷ Entre as propriedades adquiridas por Fernandes Vieira estão: o Engenho Jaguaribe, a Propriedade de Maranguape, e o Engenho Paratibe de Cima.

No ano de 1691, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres passa a ser sede de Curato. Em 1701, surge uma solicitação, por parte dos moradores, para que fossem criados a vigararia e o curado pago pela Fazenda Real¹⁸. Posteriormente, a partir de 1719, a igreja passa a ser a sede da Freguesia de Maranguape, desmembrada da freguesia da Sé de Olinda.

Quando do falecimento do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, em 1686, a propriedade de Maranguape foi incluída no dote nupcial de sua filha natural D. Maria Joana, casada com o capitão-mor Jerônimo César de Melo. De acordo com um termo de medição judicial das suas terras, consta que se limitavam, ao norte, com as do Engenho Jaguaribe, compreendendo, dali para o sul, as praias de Pau Amarelo e do Janga, até a foz do rio Doce, com valas das suas salinas, fornos da cal, pesqueiras e coqueiros (GALVÃO; GOMES, 2001).

As terras da Propriedade dos Maranguapes só fizeram parte do dote nupcial de D. Maria Joana porque as terras do Engenho São João, que foi o primeiro oferecimento de dote, estavam em questão judicial, devido a alguns lavradores estarem demandando acerca da propriedade de partidos de cana; dessa forma, D. Maria César acabou por dar em hipoteca as terras dos Maranguapes e dois partidos do Engenho do Meio.

A Freguesia de Maranguape tinha uma economia voltada, na sua maior parte, para o plantio da cana e produção de açúcar, além da pescaria, plantio de coco e forno da cal. E ainda, até metade do século XVIII havia o fornecimento de pedras calcárias e, já na metade do século XIX surgem às indústrias de tecidos e cimento (GALVÃO; GOMES, 2001).

Segundo o historiador Fábio Arruda¹⁹, a economia da freguesia era secundária, seus engenhos não produziam de forma significativa comparados com os engenhos do litoral sul de Pernambuco; era uma economia em que se destacavam mais a criação de

¹⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 19, D.1868. Documento do Laboratório de Pesquisa e Ensino e História da UFPE.

¹⁹ Professor Doutor membro do Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco, que estuda os diversos engenhos na área de Pernambuco e Alagoas.

gado, o plantio de coco e os fornos de cal que existiam na região, uma economia mais subsidiária.

Na pesquisa histórica foram identificados alguns engenhos que faziam parte da Freguesia de Maranguape. Apesar da documentação oficial afirmar que, em 1789, a freguesia possuía apenas dois engenhos, identificamos, até 1848²⁰, a presença de seis engenhos, que foram sendo anexados ao território da freguesia com o passar dos anos. São eles: o Engenho Jardim, antes, na sua área existia o Engenho Paratibe de Cima; o Engenho Jenipapeiro, conhecido também como Jenipapo; o Engenho Paratibe de Baixo, que ficou conhecido depois como Engenho Paulista; o Engenho Frágoso; o Engenho Jaguaribe; e o Engenho Timbó.

Isso se confirma com as informações de Araújo (2007) que informa que:

No final da década de 1980, único período de que dispomos de informação segura, cinco engenhos continuavam a funcionar no município de Olinda: os engenhos Timbó, Jenipapo, Jardim, Paulista e Frágoso, este último com a fabricação de álcool.

Nos documentos consultados, percebe-se que os números da freguesia tiveram um aumento populacional, com o passar dos anos, e, conseqüentemente, de residências, durante o passar dos anos. Em 1746, contava com 276 fogos, com 1486 habitantes; em 1772, possuía 987 fogos; em 1838, o número é de 4.978 habitantes. Esta população se espalhava por toda a extensão da freguesia, que se limitava

(...) ao Norte com a Freguesia de Igaráçu, pelo rio Mirueira, rio Jaguaribe e Barra de Maria Farinha; a Leste o oceano; ao Sul a Freguesia da Sé; e a Oeste, a de S.Lourenço, pela mata que fica duas léguas além da estrada que segue do rio Mirueira até Jacuípe (GALVÃO; GOMES, 2001).

Com o tempo, por determinação da Lei Provincial nº 463, de 2 de maio de 1859²¹, a sede da Freguesia de Maranguape foi transferida temporariamente para a

²⁰ De acordo com o levantamento feito no livro de Registros de Terras Públicas consultado no Arquivo Estadual Jordão Emerenciano.

²¹ Coleção Leis Provinciais do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

povoação de Pau Amarelo, devido a um incêndio fatal que destruiu a Igreja completamente. Atualmente se encontra em estado de ruínas (Figura 9), sendo a Capela de Nossa Senhora do Ó (Figura 8) promovida a Matriz da Freguesia de Maranguape. Apesar dessa transferência, a sede oficial ainda era a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, sendo a sede física a Nossa Senhora do Ó.

Depois de servir ao povo por muitas décadas, a Matriz da Freguesia de Maranguape foi desmembrada, em 30 de março de 1846, em obediência ao artigo 4º da Lei nº 152 da mesma data. Uma parte passou para a Freguesia de Igarassu, desde o ocidente da estrada real até o rio Paratibe; a outra parte passou a pertencer à freguesia da Sé de Olinda, que fica a oriente da estrada referida. Três anos depois, em 30 de maio de 1849, a Lei nº 239 restaurou a freguesia de Maranguape, devolvendo os mesmos limites anteriores.



Figura 08. Igreja Nossa Senhora do Ó de Pau Amarelo.
Fonte: <http://www.janga.com.br/atrativos.htm>



Figura 09. Ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres e da Casa Paroquial.
Fonte: <http://www.janga.com.br/atrativos.htm>

3.2.1 As capelas

Uma freguesia, além de incorporar os fregueses de sua área de cobertura, cuidava das capelas que a ela ficavam anexas. Isso porque não se dava atenção de forma uniforme a todas as regiões que estavam sob o território de uma freguesia. Para isso, era necessária a existência de capelas que auxiliavam a Matriz da freguesia, tanto nos sacramentos quanto nas atividades de cunho civil.

Segundo Gomes (2006):

No primeiro século da colonização pode-se atribuir a existência de capelas, na grande maioria dos engenhos pernambucanos, ao fervor religioso dos portugueses e seus descendentes.

Nos engenhos mesmo, além de unidades produtivas da cana-de-açúcar, possuíam, em seu perímetro, junto a um complexo de edifícios, uma Capela. O fato de cada engenho possuir sua capela servia para demonstrar que a Igreja estava sempre junto nas atividades desenvolvidas dentro dos engenhos. Sua presença tinha um cunho muito maior que o apenas religioso, se estendendo a questões políticas e econômicas. As igrejas deram a base para a consolidação da colonização.

Gomes (2006) ainda fala que:

A aliança entre a igreja e os senhores de engenho foi-se forjando ao longo do tempo a ponto de o próprio ofício religioso funcionar como instrumento de conversão do escravo ao conformismo e à sua condição de “ser inferior”.

Ainda afirma que:

A capela passou, por tanto, a assumir um papel preponderante no complexo socioeconômica do engenho de açúcar. Ela era, essencialmente, um símbolo, e como tal, marcada por uma imagem que pouco mudou em quatro séculos.

Machado (1978) também destaca a importância das igrejas e afirma que:

A sociedade era dominada pela Igreja, nos dois sentidos, como instituição cujas regras eram aceitas como naturais, e como forma física, o edifício da Igreja, espalhado pelo tecido urbano e conformando as paisagens reais e imaginárias.

No mapa de Barleus, abaixo, identificamos as posições de alguns engenhos e algumas capelas. O Paratibe de Baixo (em rosa na Figura 10) e Paratibe de Cima (em laranja na Figura 10). Acompanhando a margem do rio Jaguaribe, na borda do lado esquerdo, onde este rio se aproxima mais do Paratibe e em frente ao engenho sem capela desse rio, podemos observar um engenho com capela, mas sem denominação. Subindo o rio Jaguaribe, ainda na margem esquerda, constata-se a presença de uma Igreja sob a invocação de Nossa Senhora de Guadalupe (em vermelho na figura 10), que segundo Galvão seria a igreja pertencente ao engenho Jaguaribe. Após a confluência do rio Jaguaribe com o rio Inhamã, na margem direita desse segundo rio, identifica-se um engenho com capela e sem denominação, que possivelmente, pela posição, poderia ser do engenho Inhamã (em azul claro na figura 10), que pertencia a freguesia de Santo Cosme e Damião de Igarassu.

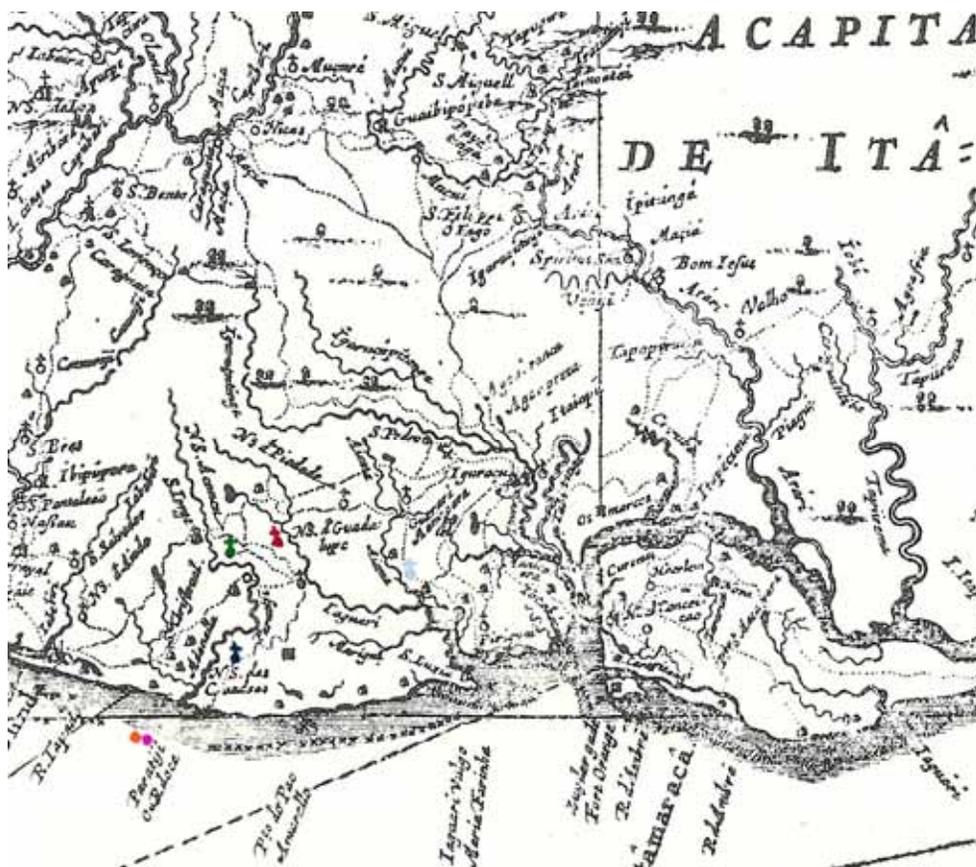


Figura 10. Detalhe do mapa de Barleus com a indicação das capelas e dos engenhos. Fonte: Fábio Arruda

Nas áreas estudadas foram identificados, através da documentação histórica, as seguintes capelas: Capelas de Santa Ana (Figura 11), Capela de Santo Antônio, Capela de São Gonçalo, Capela de Nossa Senhora da Conceição, a igreja de Nossa Senhora do Ó e a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, matriz da Freguesia de Maranguape.



Figura 11. Lateral das ruínas da Capela de Santa Ana. Foto: Gléna Salgado Vieira

O que hoje existe da capela de Santa Ana são apenas ruínas localizadas nas proximidades da PE-15, no bairro de Cidade Tabajara, próximo à confluência do riacho Mirueira com o rio Frágoso. A situação da igreja é de completo abandono e, ao seu redor, existe um núcleo de casas populares, desde que a Companhia Industrial Reunidas de Olinda comprou o terreno para lotear.

As notícias sobre o engenho e a capela são escassas, mas o trabalho de Rosas ajuda a desvendar um pouco da história da capela.

As ruínas da capela encontrada no local, de acordo com o Professor José Luiz da Mota Menezes, se encontram atualmente construída de alvenaria de tijolos, percebe-se o

detalhe na parte interna da capela os tijolos, a portada possui gosto neo-clássico, com frontão simples com resquícios ecléticos, sem grande apuro estilístico.

A partir do século XIX as notícias serão mais fartas, apesar dos engenhos, nesse período, estarem mudando de situação: alguns deles transformar-se-ão, de pequenos engenhos, em grandes usinas. O engenho Fragoso continuará suas atividades, junto com sua capela; vários serão os registros de casamentos, batismos dos moradores que viviam na freguesia, próximos à capela do engenho. Uma das celebrações que aconteceram na capela de Santa Ana foi em 31 de dezembro de 1855: uma grande festa, a celebração do casamento do futuro Barão de Vera Cruz, Manoel Joaquim Carneiro da Cunha, e Dona Antônia Cavalcanti d' Albuquerque, neta do proprietário do engenho Monjope.

A Capela de Santa Ana apresenta o telhado totalmente destruído, as paredes contêm muitas rachaduras, em algumas regiões o reboco já caiu, deixando amostra a alvenaria de tijolos. Internamente, seu piso está todo destruído. A área de seu entorno acha-se coberta de mato.

Sua tipologia apresenta um frontão triangular e pilastras nos limites laterais da fachada, duas janelas e um óculo na altura do coro e uma porta principal que formam o eixo principal do frontispício. Na sua lateral direita existem seis janelas, e uma porta na sua lateral esquerda.

Atualmente a capela está tombada em nível municipal, pela Prefeitura de Olinda, e hoje é administrada pela Paróquia de São José.

Outra capela destacada foi a Capela de invocação a Santo Antônio (Figura 12) localiza-se na área onde se identificou o Engenho Jardim (antigo Paratibe de Cima). A primeira capela foi construída por Gonçalo Mendes Leitão, em 1555, no engenho Paratibe, mas outra foi edificada, no ano de 1731, na frente da antiga capela, aproveitando a antiga construção. Pertence à comunidade de Jardim Paulista e faz parte do Seminário que ali existe; e está sob a responsabilidade dos padres da Ordem do Sagrado Coração de Jesus.

Como mostra Pereira da Costa (1983):

Gonçalo Mendes Leitão na posse dessas terras, levantou um engenho d'água, uma capela dedicada a Santo Antônio, um grande sobrado para sua habitação e outras obras indispensáveis a um estabelecimento agrícola dessa natureza.

Mais tarde Pereira da Costa ainda afirma que a capela dedicada a Santo Antônio:

(...) foi reconstruída em 1731, vindo a ficar mais na frente da antiga, e o engenho d'água Paratibe de Cima, também por êle fundado, existiu ainda por muito tempo depois da sua morte, sendo substituído por um outro que moía com animais, o qual também já não existe.



Figura 12. Vista da capela de Santo Antônio. Foto: Manuela Gomes de Matos

Como a capela passou por reformas, sua estrutura encontra-se em bom de estado de conservação. Na fachada principal apresenta um frontão triangular com pilastras nas laterais da fachada, duas janelas na altura do coro e uma porta principal que formam o eixo principal do frontispício. Na sua lateral esquerda existem duas janelas e na sua

lateral direita uma extensão da igreja que possivelmente seja um corredor que dá acesso a uma pequena sacristia.

O engenho Timbó tinha a invocação a São Gonçalo, mas infelizmente nenhuma informação possuímos sobre essa igreja.

Há ainda o engenho Jaguaribe, cuja capela era dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe²²; na documentação a referência a essa igreja refere-se a questões matrimoniais e de batismo dos filhos dos senhores de engenho, como no caso do matrimônio entre José do Espírito Santo, morador em Jaguaribe de Cima, e Dona Joana Maria Cavalcante, filha legítima do Capitão-Mor Manoel Cavalcante de Albuquerque, e de Dona Rita da Encarnação, moradores no Genipapo.²³

No sítio de Jaguaribe não localizamos as ruínas da capela desse engenho, identificamos (Figura 10), na margem esquerda do rio Jaguaribe, a indicação de uma capela com o nome de Nossa Senhora de Guadalupe, assim como nos registros dos livros de Casamento da Freguesia de Igarassu.

Outra capela identificada é a de Nossa Senhora da Conceição, que pertenceu ao engenho Paulista (Paratibe de Baixo). Essa capela existiu até os primeiros dias do mês de maio de 2001, mas infelizmente veio a tombar; por conta do desenvolvimento e da triplicação da rodovia PE-15, os tratores do Departamento de Estrada de Rodagem derrubaram a igreja, sem o consentimento do Secretário de Cultura da época. Hoje, nada mais resta no lugar, o que é uma perda, pois era um dos marcos do ciclo do açúcar, assim como servia de marco histórico do começo do desenvolvimento do Município de Paulista.

Além dessas capelas vinculadas a engenhos, existem outras igrejas. A igreja de Nossa Senhora do Ó (Figura 13) foi erguida no ano de 1811, pelos moradores da localidade, para substituir a que existia defronte desta, derrubada pelo avanço do mar.

²² Os Livros de Casamento da Freguesia de Igarassu mostram que o Engenho Jaguaribe tinha uma Capela dedicada a Nossa Senhora da Água de Lupe (ou Guadalupe).

²³ Livro de Registros de Assentos – Freguesia de Igarassu – Casamentos 1769 – fls. 01. Fonte: Documentos Avulsos do Projeto Resgate.

Em meados do século XIX, por questão de segurança, já que a estrutura da igreja estava comprometida, a sede da freguesia, na igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, é transferida para a Capela de Nossa Senhora do Ó, na Praia de Pau Amarelo.

Gomes (2006) lembra que:

A torre da igreja tem uma dupla função. Por um lado, seu sentido vertical indica a relação dos habitantes do povoado com a divindade. Por outro lado, seus sinos soam ao longo da jornada, estabelecendo ao ritmo das horas que passam, um emprego do tempo que se reflete na vida de todo o povoado.



Figura 13. Frente da Igreja Nossa Senhora do Ó. Foto: Gléna Salgado Vieira

A capela de Nossa Senhora da Conceição dos Médicos (Figura 14) é outra igreja que não está associada a um engenho. É localizada na Praia do Janga, e existe desde 1812.

Seu estilo é colonial, composto por uma porta central, ladeada por dois pórticos com sineira, no frontão um nicho com a imagem de Nossa Senhora da Conceição. As portas e as janelas são todas trabalhadas, com um frontão triangular, rosácea e duas janelas, seguindo na mesma altura, a altura do coro que formam o eixo central do frontispício. Todos os vãos de portas e janelas possuem arcos abatidos emoldurados.

Gomes (2006) mostra que as torres sineiras não eram comuns nas capelas rurais e sim nas capelas urbanas, como exemplo as capelas de Nossa Senhora do Ó, Nossa Senhora da Conceição dos Médicos, Nossa Senhora da Conceição dos Milagres, e a própria Matriz de Maranguape, ao contrário das capelas de Santa Ana e Santo Antônio.

Ao contrário das capelas urbanas, as rurais, em Pernambuco, raramente tinham torres sineiras. Quando havia um lugar específico para o sino, era geralmente um vão aberto em uma parede, no mesmo plano e ao lado do corpo central da fachada principal.



Figura 14. Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Médicos.
Fonte: Tácito Galvão

A capela de Nossa Senhora da Conceição dos Milagres (Figura 15), no secular sítio de Madalena Furtada; já no final do século XVIII se encontrava em atividade. Seu estilo é colonial, com o frontispício composto por uma porta central, na parte superior tem um óculo ladeado por duas janelas avarandadas. Completa o frontispício uma torre sineira com uma porta na frente e, na parte superior, uma porta avarandada. Seu interior é de nave única, o altar-mor com nicho em madeira talhada, onde abriga a imagem de Nossa Senhora da Conceição.



Figura 15. Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Milagres. Foto: Gléna Salgado Vieira.

A Matriz da Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape (Figura 16) possui estrutura apresenta uma porta única encimada por sobreporta em tabernáculo aberto, formando, junto com as duas janelas rasgadas na altura do coro e o óculo, um frontispício triangular. Torre, ao seu lado direito, recuada e da construção reforçada. Na área do entorno possuía um cruzeiro, que já não existe mais.

Devido a sua situação de paróquia começou a receber belíssimos adornos, como o forro de madeira pintado por João de Deus Sepúlveda – o mesmo que trabalhou na igreja de São Pedro dos Clérigos em Recife. Infelizmente essa igreja foi incendiada em meados do século XX, mas hoje faz parte do sítio histórico tombado pela Fundarpe.



Figura 16. Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape em 1940.
Fonte: Biblioteca da Fundarpe.

Essas capelas atendiam a população de uma forma geral, não apenas os donos de engenho, mas os habitantes de todos os aglomerados que se formaram ao redor desses engenhos. Infelizmente, poucas são as capelas e engenhos que permanecem em bom estado de conservação e pouca é a documentação disponível para análise, principalmente dos engenhos do litoral norte.

Gomes (2006) afirma que:

(...) foram sempre construídas com materiais mais duráveis que os utilizados nos outros edifícios do engenho. As alvenarias, de pedra ou de tijolo foram técnicas preferidas, não se constatando nenhum caso de construção em taipa de qualquer tipo

Apesar de não apresentarem um bom estado de conservação, são marcas do passado, que num amplo período de tempo contribuíram, e ainda hoje contribuem, para a evolução cultural, econômica e política. Seus espaços guardam testemunhos do processo de formação histórica de cada região pesquisada. Através dessas marcas, podemos perceber o papel da Igreja na vida da Capitania de Pernambuco, não apenas através da documentação oficial, mas também através da presença física dessas Capelas. Identificar cada uma, em cada um dos seus espaços, ajuda a clarear e entender a organização da Freguesia de Maranguape.

Percebe-se que a abundância de capelas na nossa paisagem constitui um indicativo das formas de povoamento no lugar ou no povoado e da sua constituição social e econômica de base. As questões da terra, de sua divisão, distribuição e domínio, fornecem trilhas para o conhecimento da formação de cada localidade, já que será ao redor dessas capelas e dos engenhos, é que as comunidades irão se estabelecer.

3.2.2 Os engenhos

O trabalho aqui desenvolvido tem como objetivo central analisar a expansão da área de Olinda, a partir da análise região da Freguesia de Maranguape e entender a organização de Olinda, após um processo de “abandono”, a partir da expulsão dos holandeses. Para isso se utilizou a Arqueologia, para buscar informações não encontradas nos documentos. Até porque trata-se de um período que se caracteriza pela escassez, ou mesmo ausência de dados a seu respeito, sobretudo na documentação escrita.

Além de os dados coletados, estas informações poderiam aumentar elementos para o estudo. No caso, perceber o espaço na sua essência e resgatar dele informações sobre a presença dos colonizadores.

A utilização da Arqueologia decorre da necessidade de olhar a freguesia por outro ângulo, para além do religioso, percebendo o político, nas relações dentro da colônia. Já sabemos que, mais que uma função religiosa, a freguesia exercia também a função administrativa, pois, enquanto cuidava de oferecer os sacramentos necessários para a população, registrava todas as terras e realizava os censos populacionais da localidade.

Esse breve levantamento abre possibilidades para que numa futura pesquisa, se tenha uma ideia mais clara dos locais onde será mais proveitoso proceder a escavações arqueológicas, para responder a questões mais amadurecidas e pertinentes.

Dessa forma, partiu-se do interesse de identificar na área da Freguesia de Maranguape, as propriedades que pertenciam a ela; contudo, como este objetivo levaria a um estudo amplo, optou-se apenas pelo reconhecimento dos engenhos existentes na região, para se entender a organização territorial e a influência da Igreja Católica na sua estrutura, através das capelas anexas a freguesia.

As informações foram coletadas e registradas numa ficha de prospecção²⁴ que continha elementos referentes ao trabalho de campo. A ficha continha informações sobre o sítio, que vão desde o nome do responsável pela registro ao seu estado de conservação. Também incluía dados geográficos como localização administrativa, geográfica e informações cronológicas. No final desta etapa realizou-se também um levantamento fotográfico.

A primeira área a ser visitado foi o designado como engenho Fragoso. O sítio fica localizado, atualmente, no bairro de Cidade Tabajara, entre os limites das cidades de Olinda e Paulista²⁵.

O engenho Fragoso possivelmente tenha sido construído pelo português Álvaro Fragoso, nas terras recebidas, por dote, de seu casamento com D. Joanna de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque, e que sua denominação é proveniente do sobrenome do fundador (ROSAS; BRAINER, 1983).

As poucas informações sobre o engenho vem devido a falta de documentação por parte dos holandeses, que já estão interessados mais nas atividades desenvolvidas em Recife. Acredita-se que após a invasão holandesa a família Fragoso tenha perdido a propriedade, assim como tantos outros senhores de engenho.

Em 1774 localiza-se uma referência do engenho através de uma descrição de limites entre as freguesias da Sé e Maranguape. “(...) mais ao norte e para oeste uma fazenda que foi dos denominados jesuítas com sua igreja; e de presente se levantou um engenho de fazer assucar, mais ao sul ficam dous fornos de fazer assucar chamado Fragoso (...)”

²⁴ A ficha de prospecção foi montada tomando como base as fichas utilizadas no Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, sendo realizadas algumas modificações. (Ver Anexo)

²⁵ O trabalho foi realizado nos dias 29 de novembro e 05 de dezembro de 2009, acompanhado pela professora Cláudia Alves de Oliveira, a mestre Manuela Gomes de Matos e a mestranda Gléna Salgado Vieira.

Possivelmente essa fazenda era dos beneditinos e não dos jesuítas, possivelmente a Fazenda de São Bento localizada bem próximo a esse engenho Frágoso. Medeiros (2005) informa que:

As informações encontradas nos relatórios do Estado sobre a Fazenda São Bento de Jaguaribe comprovam a grandeza dessa propriedade. Além dos campos de agricultura, onde cultivavam mandioca, milho, feijão, arroz, café e legumes, havia a produção da cal, as salinas, o engenho de farinha e a olaria. Dentro do conjunto de suas edificações há referências sobre a capela, a casa de vivenda, duas senzalas, mencionando também a cozinha da senzala e a existência de mais um lance na mesma, a casa de farinha, a estrebaria, um armazém para guardar a cal, uma casa, perto das salinas, para recolher o sal; na olaria fabricavam louças, telhas e tijolos.

No local onde seria o engenho Frágoso, só foi identificada as ruínas de uma capela, que segundo análise da documentação era consagrada a Santa Ana (descrita no ponto 3.2.1). Essa capela que possivelmente pertenceu ao engenho Frágoso, está localizada próximo à confluência do riacho Mirueira com o rio Frágoso. Daí possivelmente podemos crer ser um local onde se instalaria um engenho, por estar próximo a rios. Distanto a fonte d'água mais próxima 350m, mais ou menos, o rio Frágoso, e a 550m corre o riacho Mirueira (Figura 17);

Na área da vertente do Atlântico, se concentravam a maior parte dos rios do Estado, e isto deve com certeza ter constituído num fator determinante para a instalação de engenho de açúcar, que os aproveitaram tanto para a força motriz de suas moendas como caminho para o transporte para o litoral e, daí, para o porto do Recife.

Gomes (2006) fala que:

O fator que mais influenciou na localização dos engenhos foi, certamente, a proximidade da água, o que se deve, principalmente, à produção econômica para os problemas de força motriz e transporte.

O autor ainda afirma que normalmente a forma motriz de um engenho era a água ou a animais. Uma alternativa excluía a outra, a não ser em casos extraordinários de senhores de engenho muito ricos que faziam coexistir as duas fontes de energia.

Mas a preocupação não era apenas com os engenhos, Kern (2006) mostra que a necessidade de água se dava por diversos fatores:

Exige também uma criteriosa escolha do local em função das necessidades de água para o povoado. Há uma lógica da água relacionada à vida comunitária: captação nas fontes de pedra trabalhada, canalização em direção às oficinas artesanais e à cozinha, contenção em açudes, irrigação da quinta e limpeza das latrinas, etc. O sítio deve ter de águas abundantes, mesmo em períodos de seca prolongada.



Figura 17. Situação atual do Riacho Mirueira. Fonte: Gléna Salgado Vieira

O riacho Mirueira já não apresenta aquela possível vivacidade que deveria ter no período em que sustentava um engenho, está completamente tomado por lixo e bastante poluído, devido a deposição dos esgotos nas águas pluviais, através de ligações clandestinas.

A capela do engenho Fragoso também apresenta um estado de degradação avançada (Figura 18), possivelmente devido ao intemperismo, à vegetação, seja pela ação humana.

O natural das construções coloniais é que se constituíssem no espaço de modo que a capela ficasse à direita da casa-grande, quando construídas no mesmo nível, ou atrás da casa-grande, quando construídas em níveis diferentes. A fábrica do engenho ficava sempre nos níveis mais baixos, na frente da casa-grande e da capela (GOMES, 2006). Contudo, não identificamos nada na parte mais baixa da região, até porque já está bastante ocupada pelas construções de casas populares, necessitaria uma exploração bem mais intensa para a identificação de restos arquitetônicos do engenho.

As últimas informações que se tem do engenho em pé foi no ano de 1921, quando Claudino Coelho Leal comprou o engenho; 30 anos depois seus herdeiros venderam o engenho e seus pertences para a Companhia Industrial Reunida de Olinda (Ciro), que tinha a finalidade de lotear a propriedade. A casa-grande foi então destruída e a capela de Santa Anna abandonada, sendo construído nas terras um núcleo de casas populares, financiadas pela Caderneta de Poupança Tabajara, um núcleo habitacional que ficou conhecido por cidade Tabajara (ROSAS; BRAINER, 1983).

Ainda nesse período a capela era usada para realização de celebrações, mas naquela ocasião já não oferecia segurança nenhuma para essas celebrações, sendo então desativada, só voltando as atividades normais no ano de 1941.



Figura 18. Visão da capela da parte baixa do terreno. Fonte: Gléna Salgado Vieira



Figura 19. Imagem interna da parede lateral da Igreja. Fonte: Gléna Salgado Vieira

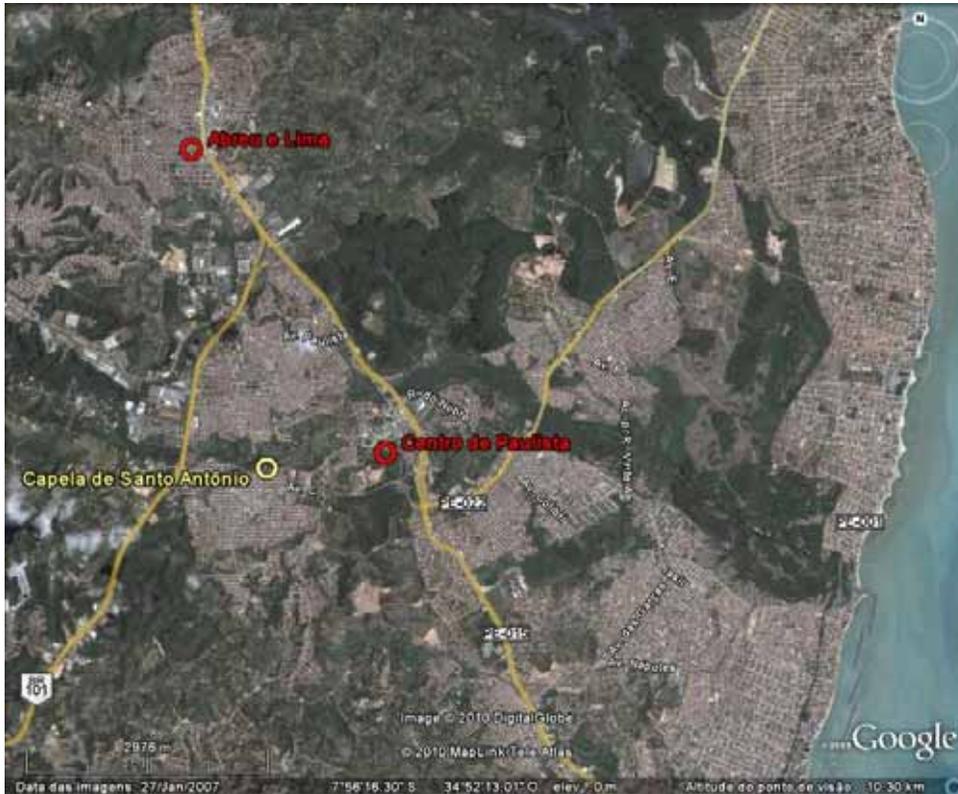


Figura 20. Localização da Capela de Santo Antônio, localizada entre a PE-15 e a BR-101. Pertence ao antigo engenho Jardim. Mapa modificado a partir de imagem do Google Earth

Outro engenho identificado área da Freguesia de Maranguape, é o antigo engenho Jardim, situado em Jardim Paulista (Figura 20). A área hoje pertence ao Centro Vocacional do Sagrado Coração de Jesus, que abriga a igreja dedicada a Santo Antônio.

Esta propriedade passou por diversas modificações, com o passar dos anos. Inicialmente era chamada de Paratibe de Cima; posteriormente, teve grande parte de suas terras vendidas, e, com a crise por que atravessava a exportação do açúcar, principalmente no período pós-holandeses, e o alto custo de produção, ficou desativado, foi então vendido e seu novo proprietário, interessado na produção de açúcar, nas proximidades da capela de Santo Antônio fez erguer ou reedificar o engenho, aproveitando a antiga estrutura que ainda existia, agora com a denominação de engenho Jardim. Como mostra Pereira da Costa (1983)

Essa extensa e importante propriedade de Paratibe, passou depois a denominar-se Paratibe de Cima, quando, pelo andar dos tempos, veio a tocar uma data de terras a um dos filhos de Gonçalo Mendes, na qual levantou um engenho a que deu o nome de Paratibe de Baixo. Gonçalo Mendes e sua mulher tiveram larga

descendência e viveram por muitos anos na sua propriedade; mas, D. Antônia de Albuquerque, já viúva; vendeu algumas terras.

Após a expulsão dos holandeses, os engenhos de Paratibe de Baixo e Paratibe de Cima ficaram muito arruinados muito destruídos durante a guerra. O Paratibe de Cima por muitos anos esteve em precárias condições, foi posteriormente “*substituído por um outro que moía com animais*”²⁶ o qual também já não existe” (PEREIRA DA COSTA, 1983).

No local não se localizou nenhuma estrutura ou vestígio aparente que possivelmente faça referência as estruturas de um engenho. Apenas identificou-se que a capela dedicada a Santo Antônio (Figura 21) ainda está de pé, mas não a primeira, fundada em meados do século XVI por Gonçalo Mendes Leitão. Até porque essa foi destruída e outra reconstruída em 1731, localizada mais na frente da antiga, e do engenho d'água Paratibe de Cima, também por ele fundado, que também foi substituído depois de sua morte por um engenho que moía com animais.

A área, que é uma área mais plana, fica nas proximidades do rio Paratibe, também possui plenas condições do desenvolvimento de um engenho. Que segundo Gomes (2006; p.72):

(...) a fábrica, isto é, o engenho propriamente dito, constituído por moendas e caldeiras, está sempre na parte mais baixa do terreno, o que se explica em parte pelo aproveitamento da água para força motriz.

Dessa forma é muito provável que restos desse engenho estejam mais próximos ao rio, o que dificultou a observação, já que a área é toda envolta por um muro, que acabou por impedir uma investigação mais intensa nesse espaço.

²⁶ Os engenhos movidos a animais eram usados preferencialmente os bois e os cavalos.



Figura 21. Parte de posterior da Capela de Santo Antônio – Jardim Paulista. Fonte: Manuela Gomes de Matos

Assim, percebeu-se que seria necessário realizar uma pesquisa arqueológica mais criteriosa, uma escavação propriamente dita, e a identificação realizada foi mais em virtude de localização dessas áreas de grande potencial arqueológico.

A segunda capela erguida, ainda está no local; como a documentação mostra que a capela fazia parte do engenho, a pesquisa ajudaria na identificação das estruturas e de outros vestígios que comprovassem o exato local onde ficava o engenho e a antiga capela.

Ainda na área da antiga freguesia, identificamos na documentação o engenho Timbó. Esse engenho ofereceu as bases para a instalação da Usina Timbó. O que se identificou no local foram estruturas que provavelmente foram da antiga Usina²⁷ (Figuras 24 e 25), o local fica a aproximadamente 40 metros do rio Timbó (Figura 23).

²⁷ O Comendador José Adolfo Rodrigues Lima resolveu investir na fabricação de açúcar, comprando o engenho Timbó com todos os seus pertences, das terras do engenho, separou uma área onde começou instalar a Usina Central Timbó, com seu próprio capital (GALVÃO; GOMES, 2001).

O Comendador José Adolfo Rodrigues Lima, foi o responsável pela instalação da Usina, aproveitou os incentivos proporcionados pelo governo provincial, o qual isentava de impostos os materiais comprados para construção de engenhos centrais, e resolveu investir na fabricação de açúcar.

Em 1887, o engenho Timbó transforma-se na moderna usina do mesmo nome, com maquinário importado da Inglaterra. Em 1906, muda de dono e passa ser propriedade do sueco Herman Theodor Lundgren. O novo proprietário se interessa apenas pela enormidade das suas terras, e acaba por desprezar a produção de açúcar. Mesmo assim, os anais da indústria açucareira mostram que, em 1914, a produção foi de 40.000t anuais de açúcar, possuindo 30 km de estrada de ferro. (ANDRADE, 1989)

O exame realizado no local mostrou ser uma área abandonada. Identificou-se vestígios na superfície de restos construtivos recentes e estruturas que se acredita relacionar como sendo da antiga Usina Timbó, em vários locais do terreno.

Possivelmente as estruturas são formadas por tijolos maciços (Figura 24 e 25) em forma de paralelepípedos, muito provável que sejam tijolos feitos de argila comum, cozido ao forno, o que lhes dá uma maior dureza e resistência, geralmente possuem cor vermelha (PIANCA, 1959).

O rio Timbó (Figura 23) resume-se, hoje, a um pequeno riacho nada caudaloso, mas muito provavelmente isso aconteceu quando da instalação da usina Timbó, Gilberto Freyre fala muito bem sobre o que as usinas causaram aos vários rios de Pernambuco.

Quase não há um rio do Nordeste do Canavial que alguma usina de ricaoço não tenha degradado em mictório. As casas já não dão a frente para as águas dos rios: dão-lhe as costas com nojo. Dão-lhe o traseiro com desdém. As moças e os meninos já não tomam banho de rio: só banho de mar. Só os moleques e os cavalos se lavam hoje na água suja dos rios. (Apud GOMES, 2006, p. 48)



Figura 22. Localização das Ruínas da antiga Usina Timbó, antigas terras do Engenho Timbó. Mapa modificado a partir de imagem do Google Earth



Figura 23. Parte do rio Timbó que cruza a propriedade do Timbó. Fonte: Gléna Salgado Vieira



Figura 24. Restos estruturais da antiga Usina Timbó. Fonte: Cláudia Alves de Oliveira



Figura 25. Detalhe de uma das estruturas identificadas. Fonte: Gléna Salgado Vieira

Ainda foi visitado o sítio do antigo engenho Jaguaribe, que já havia sido documentado no relatório da “Prospecção Arqueológica na Sesmaria Jaguaribe”. Identificou-se o que pode ser a casa do antigo engenho.

No local, encontramos uma estrutura de casa abandonada e em ruínas (Figura 27 e 28). A casa se localiza no caminho que leva ao sítio de São Bento, em Jaguaribe.

Uma parte de sua estrutura é formada, possivelmente, de alvenaria de tijolos. E a outra, uma parte interna, é feita de alvenaria de pedra, possivelmente argamassada.

Segundo Gomes (2006) os prédios dos engenhos eram construídos com materiais mais duráveis, normalmente as alvenarias, de pedra ou de tijolo que foram as técnicas preferidas, não se constatando nenhum caso de construção em taipa de qualquer tipo. As argamassas das alvenarias eram feitas de barro, saibro ou alguma cal.

Os materiais de construção utilizados foram os mesmos através de quatro séculos: tijolos para as colunas e paredes, madeira para estrutura da cobertura e telhas tipo canal, de barro, para o recobrimento. Às vezes se encontra alvenaria de pedra nos trechos de paredes compreendidas entre os pilares de tijolo. Os pisos, quase sempre em terra batida, recebem algum reforço de pedra na rampas que porventura existam (GOMES, 2006).

E ainda fala que:

Quanto à alvenaria de pedra podemos dizer que foi o sistema preferido para a construção das capelas de engenho. Tendo sido a função mais contínua e constante no lento processo de transformação por que passaram os engenhos, a religiosa foi sempre abrigada com eficácia. Evidentemente se pode reconhecer nessa atitude um componente simbólico interior bastante arraigado do senhor de engenho, considerando ainda que era no interior dos templos e, mais tarde, num terreno contíguo a eles, que se faziam os enterramentos dos mortos ilustres.

O emprego das alvenarias de tijolo se dava pela rapidez de sua conclusão e consequentemente economia na execução, graças ao pouco peso e as pequenas dimensões dos tijolos, que facilitavam o transporte. (PIANCO, 1959)

A estrutura identificada possui ainda uma porta de madeira e uma pequena janela. Atrás da parede em ruínas encontra-se uma estrutura que identificamos como sendo um pequeno oratório, supostamente uma capela privada (Figura 29). Não se deve

esquecer o papel da religião como auxiliar na manutenção do *status* social do campo. O engenho Jaguaribe, além de possuir uma Capela dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe, possuía, possivelmente, um oratório interno.

Gomes (2006) fala da necessidade da criação desses oratórios:

(...) capelas privadas ou somente oratórios no interior das casas-grandes, para satisfazer as necessidades religiosas das famílias dos brancos.



Figura 26. Visão geral da área do sítio do antigo engenho Jaguaribe. Foto: Gléna Salgado Vieira.



Figura 27. Ruínas de uma casa que seria a do Engenho Jaguaribe. Foto: Gléna Salgado Vieira.



Figura 28. Visão interna da parede da casa. Foto: Gléna Salgado Vieira.



Figura 29. Ruínas de um oratório identificado na parte interna das ruínas da casa. Foto: Gléna Salgado Vieira.

Localizamos um documento do século XIX que expõem algumas das possessões do engenho Jaguaribe, mostrando que o engenho ainda moía e possuía maquinário, servidões, forno de cal e destilação.

Escritura de venda de três quartas partes do Engenho de fazer açúcar denominado JAGUARIBE (...) moente e corrente, com duas máquinas, uma a vapor e outra a água, obras, pertenças, benfeitorias, servidões, destilação, fornos de queimar cal, pedreiras e utensílios, e bem assim, total dos sítios denominados das Moças e das Berlingas, anexadas ao mesmo Engenho pelos vendedores adquirentes deles. (Códices do Projeto Resgate.)

Como referência, encontrada na documentação ainda existiam dois engenhos com capelas anexas à matriz de Nossa Senhora dos Prazeres: o engenho Paulista, antigo Paratibe de Cima, e o engenho Jenipapeiro, também conhecido como Jenipapo, devido à contração do nome nas documentações.

Os engenhos, de acordo com a documentação, se localizam próximos aos rios Paratibe e ao canal da Tinta. Segundo as fronteiras identificadas nos documentos, os

dois engenhos ficavam bem próximos um do outro, com 1,85 km mais ou menos de distância.

Propriedades que possuo na freguesia de Maranguape, como abaixo se verá = Engenho Paulista divide da maneira seguinte = pela parte do nascente com o sitio de Melloes de Dona Rosa Maria e seus herdeiros, e a propriedade Maranguape de meo domínio, poente com os Engenhos Jenipapeiro e Jardim. Sul com o Engenho Fragôso, e a propriedade Mirueira, pertensente hoje a administração dos orphãos; e ao norte com a propriedade do Rosário, e o Engenho Jaguaribe = Propriedade Maranguape, pelo nascente da parte do mar com diversos sítios de vários possuidores, pegando da barra do Rio Dôce para o norte; pelo poente com o mesmo Engenho Paulista; pelo sul com o mesmo engenho e sitio Melloes de Dona Rosa Maria, e seus herdeiros; e pelo norte com o maré águas que entrão pela barra do Maria Farinha. Sítio do coqueiro situado no Janga; nascente pela parte do mar, poente com terra do mesmo; pelo sul com o sitio de José Maria e pelo norte com o sitio de José Martins, Engenho Paulista, oito de novembro de mil oitocentos e cincoenta e oito = Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, Apresentado a registro pelo proprietário declarante em oito de novembro de mil oitocentos e cincoenta e oito. Pagou pelo registro a quantia notada a margem em ambos os exemplares, na razão de dous reaes por cada uma letra, como manda o artigo cento e três do decreto numero mil trezentos e dezoito de trinta de janeiro de mil oitocentos e cincoenta e quatro. Maranguape oito de novembro de mil oitocentos e cincoenta e oito. O vigário interino José Pedro Bandeira de Mello. (Livro de Registro de Terras Públicas da Freguesia de Maranguape N° 30 – Consultado no anexo do Arquivo do Público Jordão Emerenciano).

O primeiro engenho estaria onde hoje se encontra a Faculdade Joaquim Nabuco, próximo ao shopping de Paulista, no centro da cidade. O documento abaixo mostra que esse engenho já não possuía uma boa situação 1777, já que estavam colocando em penhora suas pertenças:

Manoel Álvares de Moraes Navarro Lins, em 16 de março de 1777, pela quantia de 4:976\$019, se lhe fez penhora em seu **Engenho Paulista**, moente e corrente, com todas as suas terras e logradouros, **uma caldeira grande de cobre, quatro tachas, um parol grande de caldo frio e outro de caldo quente, mais cobres miúdos, vinte escravos**, que de tudo se constituiu depositário o mesmo devedor; julgou-se a penhora por sentença, depois do que morreu o devedor; e por esta causa, removeu-se a penhora e só existiam (...) E quanto ao Engenho, não se pode arrematar porque se mostrou que o dito Manoel Álvares [de Moraes Navarro Lins] não tinha quinhão nele, por ficar alcançado nas rendas do dito Engenho, das partes do mais interessados nele, que não pagou, e, por isso, os seus herdeiros foram despejados do dito Engenho (...) Os cobres, porque se não mostraram serem do

dito devedor, puderam-se [ir] em leilão e os arrematou, em 05 de setembro de 1792, o Doutor Manoel de Araújo Cavalcante por 1:223\$602. (Códices do Projeto Resgate. grifo nosso)

O segundo engenho, de acordo com os limites explicitados no documento de registro de terras públicas da Freguesia de Maranguape, estaria localizado, provavelmente, onde hoje se encontra o Cemitério de Paulista, na PE-015 (Figura 30, mancha em vermelho).

Engenho Jenipapeiro pertencente ao Tenente Coronel de Sá Cavalcanti d' Albuquerque morador na província da Parahiba, da parte do nascente com os Engenhos, Paulista e Jardim; poente com o Engenho Timbó; norte com a propriedade Rosário e o Engenho Jaguaribe; e sul com o mesmo Engenho Jardim = Engenho Paulista. Engenho Paulista oito de novembro de mil oitocentos e cinquenta e oito = Joaquim Cavalcanti d' Albuquerque = Como procurador apresentado a registro pelo procurador do proprietário declarante, em oito de novembro de mil oitocentos e cinquenta e oito = Pagou pelo registro a quantia a margem em ambos os exemplares, na razão de dous reaes por cada uma letra (1,488), como manda o artigo cento e três do decreto numero mil trezentos e dezoito de trinta de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e quatro. Maranguape oito de novembro de mil oitocentos e cinquenta e oito. O vigário interino José Pedro Bandeira de Mello. (Livro de Registro de Terras Públicas da Freguesia de Maranguape N° 31 – Consultado no anexo do Arquivo do Público Jordão Emerenciano).

Felizmente, o registro dos dois engenhos aparece em documentação, isso porque os dois já foram absorvidos pela urbanização e não se pôde nem realizar um levantamento fotográfico da área.

Na área da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (Figura 30, identificado pelo nome de Maranguape) sede da Matriz de Maranguape. Estão localizadas as ruínas da sede da antiga Freguesia, as ruínas são tanto da capela com a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, como também da casa paroquial. Em um local mais afastado, a aproximadamente 730m de distância, se localiza o Sítio Maranguape, casa de Fernandes Vieira. Que segundo Pereira da Costa era um grande prédio de dois pavimentos, que

possuía uma escada superior externa de dois lanços, e estava situada em frente da capela de N. S dos Prazeres

O local já sofreu uma intervenção arqueológica. O Sítio Maranguape fica localizado nas coordenadas UTM 0296727 – 9121826, no bairro de Engenho Maranguape, no Município de Paulista-PE. O acesso ao sítio é feito por uma estrada de barro, nas terras pertencentes à família Lundgren, a uma distância de aproximadamente 300 metros das ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape e da Casa Paroquial. A cerca de um quilômetro do sítio Maranguape, em direção sul, encontramos o rio Paratibe, e o canal da Tinta.

A prospecção no sítio Maranguape foi realizada a partir da delimitação na área das estruturas aparentes de três trincheiras, sendo escavadas quadrículas alternadas. Só foi possível escavar uma quadrícula, sendo identificados vários vestígios arqueológicos, ocorrendo em maior abundância a cerâmica, representando 55% de todo o material coletado.

A partir da prospecção arqueológica realizada na região onde estão inseridos os engenhos da Freguesia de Maranguape, foi possível localizar algumas poucas estruturas que dão uma amostra dos engenhos que se encontram na região. Entretanto, estão projetadas novas pesquisas arqueológicas, com a finalidade de definir e responder várias questões, muito mais específicas, sobre a ocupação dessa área. Novas pesquisas históricas ainda precisam ser realizadas, para a identificação dos sítios menores que também faziam parte dessa região.

As poucas análises mostraram que as construções identificadas tem muito a dizer sobre as pessoas que ali viveram, pessoas abastadas, segundo a documentação pesquisada. Observou-se o modo de viver através das poucas ruínas identificadas no estudo. Principalmente através das igrejas localizadas.

A própria natureza do edifício determinava o seu sistema construtivo. A fragilidade ou durabilidade aparentes de alguns edifícios resultava também das

condições econômicos dos seus construtores, os senhores de engenho, nem todos com posses avantajadas. (GOMES, 2006)

Nem todos os senhores de engenho viviam em suas residências rurais, isso será uma constante a partir do declínio de Olinda. Um dado mostra que 60% dos engenhos não possuíam partidos de cana (GOMES, 2006), isto é, seus donos não tinham que se preocupar com a fase agrícola. Isso poderia também se constituir numa razoável justificativa para a dupla residência, pois o senhor de engenho somente tinha necessidade de estar presente durante o período da moagem, dividindo sua residência com a cidade. Dessa forma as casas rurais não recebiam a mesma atenção das casas citadinas, sendo estas, as vezes, muito mais bem elaboradas.

A partir do levantamento, pode-se fazer uma breve identificação das propriedades na área que abarcava a Freguesia de Maranguape, delineando uma breve configuração da região através do mapa abaixo.



Figura 30. Mapa de localização dos engenhos identificados na área da antiga Freguesia de Maranguape.

4. SITUAÇÃO DE OLINDA NO SÉCULO XVIII

Até 1654, a capitania ficou sob o domínio da WIC, passando por importantes transformações culturais, econômicas e sociais no governo do conde Maurício de Nassau. Olinda, por não atender as necessidades de defesa, segundo a concepção holandesa, foi abandonada e queimada pela tropa flamenga.

Recife, por ser um local de baixa altitude, e de mais fácil defesa, segundo o entendimento militar flamengo, passou a ser a sede do governo holandês na América, vivendo anos de prosperidade sob o comando de Nassau, ultrapassando Olinda em importância regional, através da construção de obras de infra-estrutura e saneamento. Essa mudança de infraestrutura do governo, passando quase que unicamente da exploração por Portugal, para algo mais aproximado com uma colônia de povoamento, fez com que aumentasse a insatisfação de muitos senhores de engenho que moravam em Olinda, uma cidade que passou a uma posição de decadência na concepção de Flávio Guerra (1984), Evaldo Cabral de Mello (1986), entre outros.

A recuperação dos engenhos era essencial para dinamizar as rendas da Capitania de Pernambuco. No ano de 1669, foi nomeado um funcionário para tratar exclusivamente da devolução das terras dos engenhos aos seus antigos donos. Também se deveria se proceder à identificação dos engenhos que ainda estivessem abandonados. Essas providências foram decorrentes da contestação do estado em que se encontrava a zona produtora, com muitas propriedades ou estavam destruídas pela guerra da reconquista ou em mãos de outros proprietários.

Num total de 149 engenhos de açúcar existentes nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, nada menos de 65, vale dizer, quase a metade (46%), foram abandonados pelos seus proprietários, confiscados e vendidos pelo governo neerlandês em 1637 e 1638 (MELLO, 1998).

Evaldo Cabral de Mello informa que na zona rural, além dos engenhos, havia outras pequenas unidades geradoras de rendas, tais como: os roçados e os sítios de pescaria, além dos escravos e dos animais, que também estavam abandonados e careciam ser readquiridos ou comprados.

Muitos se aproveitaram da decadência dos senhores de engenho e adquiriram várias propriedades. Foi o caso de João Fernandes Vieira, que adquiriu várias propriedades e engenhos, entre eles o engenho Inhamã, a propriedade dos Maranguapes (MELLO; ALBUQUERQUE, 1967).

A expulsão dos holandeses do Brasil gerou diversos problemas para a economia da colônia portuguesa na América. Os holandeses começaram a produção de açúcar nas Antilhas, região da América Central. A concorrência do açúcar antilhano gerou uma queda do preço do açúcar aqui produzido, em cerca de 50%, e originou o fim do monopólio português sobre o produto. Foi o início da decadência da empresa açucareira no Brasil. Esse episódio trouxe um impacto sobre a região; mas, até o início do século XIX, mas continuou-se a cultivar a cana crioula, a usar a mão-de-obra manual e a produzir o açúcar bruto, de baixa qualidade. Além disso, os holandeses comercializavam o açúcar a um custo mais baixo na Europa, o que lhes garantia o domínio sobre os mercados consumidores europeus.

Após o fim da guerra de reconquista contra os holandeses, a característica de ser um filho da terra se destacou, devido aos conflitos gerados com a retomada da administração colonial pela Coroa Portuguesa e da produção do açúcar. Para voltar a receber lucros com o açúcar foi forçosa a reconstrução da infraestrutura dos meios de produção, tanto nos espaços rurais quanto nos urbanos. Que também são entendidos como espaços sociais, pois são o resultado material das ações sociais do cotidiano. Por isso, os novos espaços instituídos são fruto das ações sociais das elites pernambucanas.

A elite colonial de Pernambuco era formada por membros da oligarquia açucareira e por funcionários do reino, e entre a expulsão holandesa e a Guerra dos Mascates esses grupos irão se confrontar, em função de seus interesses em ocupar cargos. A partir de 1661 iniciam-se novas imigrações portuguesas, e novo grupo irá se estabelecer na cidade do Recife, os comerciantes portugueses. Junto com os membros da oligarquia açucareira e os funcionários do reino, irão participar de disputas pelo poder local. Instalados na zona portuária do Recife, irão representar o melhor exemplo de burguesia comercial da primeira metade do século XVIII (SILVA JUNIOR, 2006).

Pouco a pouco, diversos conflitos foram surgindo entre essas duas camadas da sociedade. Para complicar ainda mais essa disputa, no final do século XVII e início do XVIII houve uma grande queda do preço do açúcar, e os senhores de engenho viram suas fortunas diminuírem. Passaram a pedir empréstimo aos comerciantes, que lhes cobravam altos juros. Enquanto aqueles ficavam mais pobres, estes se tornavam cada vez mais ricos, ganhando maior "status" na sociedade.

Conscientes de sua importância, os comerciantes (chamados, de forma depreciativa, de Mascates, por parte dos senhores de engenho) pediram ao rei de Portugal que o povoado do Recife fosse elevado a vila.

Em 1710, quando estava sendo concretizada a separação entre as duas cidades e o rei Dom João V elevou o povoado do Recife à condição de vila, os senhores de Olinda se revoltaram, criando um conflito que ficou conhecido como Guerra dos Mascates.

Sem condição de resistir, os comerciantes mais ricos do Recife fugiram, para não ser capturados. A metrópole interveio, em 1711, prendendo os líderes da rebelião. Recife foi elevada à condição de capital de Pernambuco, caracterizando a decadência de Olinda e o começo do fim da época áurea dos grandes senhores de engenho do Nordeste.

Olinda sofre com intenso declínio com a derrota na Guerra dos Mascates, o mesmo acontecendo com muitos senhores da elite açucareira que, além de suas propriedades incendiadas e invadidas pelos Mascates, continuavam a dever os empréstimos solicitados.

Evaldo (1986) mostra as várias opiniões sobre a queda de Olinda:

Calado vira na queda de Olinda e na invasão holandesa o castigo divino pelos pecados dos moradores de Pernambuco, isto é, pela acentuada deterioração moral que teria caracterizado a vida pública e privada da capitania nos anos imediatamente anteriores ao ataque neerlandês.

A fortuna feriu Pernambuco, mas como fosse árvore de raízes muito profundas, ainda quando mais impetuoso o assalto o vento das perseguições, estas nem o dobraram por frágil nem o renderam por fraco.

Araújo (2005) também comenta:

(...) se pode dizer é uma [sic] ruim; pois que unicamente se descobre nela o cadáver do que foi, devendo ainda essa mesma existência à comunicação que tem com a vila do Recife pelo rio Beberibe, até o varadouro, distante dela uma légua.

Na região ao norte de Olinda, onde se estabeleceu a freguesia, vários engenhos, que sofreram muito com a derrota e com a situação do mercado do açúcar. Não obstante, com o passar do tempo, mesmo com a mudança de foco para o litoral sul, a região foi se sustentando, já que seus engenhos conseguiram passar a crise, mantendo suas estruturas. Além disso, havia uma grande produção de cal, que abastecia o Recife com pedras calcárias até metade do século XVIII. Segundo o histórico de tombamento realizado pela Fundarpe, na região existiam 31 fábricas de açúcar e diversos sítios de coqueiros.

A área possuía todos os atrativos para a produção do açúcar: as condições de solo, do clima quente durante todo o ano, com duas estações bem definidas, com chuvas de outono-inverno. A produção de açúcar se concentrava nas várzeas dos rios, onde ocorriam grandes extensões de solos aluviais argilosos, chamados “massapé”.

Ao norte de Olinda, o clima tornava-se menos úmido e os solos arenosos dos tabuleiros, na época imprestáveis para a cultura de cana, ocupavam amplas áreas próximas ao litoral. Daí o costume de construir engenhos apenas nas várzeas dos rios principais, onde ocorrem grandes extensões de solos aluviais argilosos, chamados localmente de “massapé”, e solos de turfa, ricos em matéria orgânica (ANDRADE, 1984).

As margens dos principais rios da região constituíram espaços singulares para a implantação de povoados e serviram de rotas regulares para a passagem da produção; pouco a pouco foram construídas vias terrestres auxiliares que uniam as diversas

propriedades agrícolas, em sua maior parte por conta da iniciativa particular de proprietários. Entre elas podemos destacar a Real Estrada, que dava acesso a quase todos os engenhos da região.

Ao redor desses engenhos e de outras propriedades ia se formando uma concentração populacional que acabava por destacar algumas áreas, que passavam a ter maior importância econômica. Dessa forma é que surgiam as freguesias, vilas e cidades, que se ligavam por estradas, criadas, muitas vezes pela iniciativa privada. Foi o caso da Freguesia de Maranguape. Percebeu-se a necessidade de instalar uma unidade com funções religiosas, mas que possuísse serviços de ordem administrativa, pois na região havia dois dos elementos essenciais para a organização de uma jurisdição paroquial: um território e uma população.

A riqueza criada com a produção do açúcar em fins do século XVI, em Pernambuco, não parece ter-se refletido na arquitetura residencial rural, ora pelo absenteísmo dos senhores de engenho, que possuíam casas mais bem equipadas nas cidades, ora pelas maiores atenções que dedicavam aos edifícios da fábrica. (GOMES, 2006)

Anteriormente, os engenhos que existiam na região faziam parte ou da Freguesia da Sé ou da de Santo Cosme e Damião, de Igarassu. Com o passar dos anos, além de várias fábricas de açúcar, num total de seis, vários sítios de coqueiros foram implantados, aumentando a necessidade de criação da freguesia, ainda mais por se tratar de uma área que contava com uma grande população que precisava da atenção da igreja para a realização de seus serviços. Além de que, era muito complicado, para os párocos, se deslocarem para atender os serviços religiosos, tendo que atravessar os rios que dividiam região e que, em época de chuvas fortes os rios transbordavam. (GALVÃO; GOMES, 2001)

A expansão da nova freguesia trouxe uma ativação no desenvolvimento da região, os números de seus fogos e os negócios aumentam, além da anexação de capelas à matriz da freguesia, pois as capelas se tornam essenciais, devido ao aumento do território, distanciando a matriz dos lugares. Essas concentrações e lugares dispersos da

paróquia correspondem a uma ou mais capelas de particular devoção dos moradores do lugar, unidades de apoio ao serviço aos doentes e enfermos. Mas apesar desse desenvolvimento, não foi suficiente para levantar Olinda da situação em se encontrava, decadente e abandonada, já que muitos dos senhores de engenho viviam nas suas propriedades.

Várias foram as alternativas criadas, na parte norte de Olinda, e em outros lugares também, diante da crise que se instalou na Capitania de Pernambuco, com a queda do açúcar. As instalações de diversos sítios de coqueiros e de criações de gado foram algumas dessas alternativas para contornar a nova situação em que se encontrava a economia pernambucana.

O desenvolvimento da cultura de cana para a produção de açúcar provocou o surgimento, à retaguarda, de uma pecuária extensiva em campo aberto destinada a fornecer animais de tração e carne à área açucareira. Esse período pode ser considerado como se estendendo até 1750 (ANDRADE, 1984).

Com o passar dos anos, a Freguesia de Maranguape vai aumentando seus contornos e sua população. Foi criada, em 1719, chegando, em 1746, a 276 fogos e 1486 habitantes. Em 1772 teve um aumento populacional de aproximadamente 258%, totalizando 987 fogos. Em 1838, contava com 4.978 habitantes. Percebe-se que a área aumentava gradativamente tornando-se mais visível que a região. Em outras palavras: se destacava cada vez mais dentro da Capitania.²⁸

O crescimento da área demonstra a instalação de uma sede religiosa, só veio organizar um o território, que já vinha se desenvolvendo com o passar dos anos. Além de possuir vários engenhos, que produziam, mesmo que internamente; tinha também uma população que se espalhava nos diversos sítios da região, o que exigia a presença de uma instituição de cunho sociopolítico nessa comunidade. Esse crescimento vai ser percebido com a chegada da família Lundgren e a compra de ações da Companhia de Tecidos Paulista, no século XX.

²⁸ Todas essas informações foram levantadas na documentação dos registros de terras, registros de batismo e casamento, localizadas no Arquivo Jordão Emerenciano e nos documentos encontrados no LAPEH (Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE).

A Companhia havia sido instalada no terreno adquirido ao Comendador José Adolfo Rodrigues Lima, justamente no local onde funcionou o engenho Paulista, utilizando partes como a casa-grande, a capela, a senzala, a estribaria, a casa de moenda, de purgar etc., enfim, um sítio histórico em Paulista. Devido à triplicação da estrada PE-15, hoje nada resta.

A Companhia de Tecidos Paulista teve um grande crescimento econômico e com poucos anos de funcionamento já possuía uma grande demanda. Quanto mais crescia a fábrica, mais a família Lundgren investia na aquisição de ações, até tornar-se uma das maiores acionistas. Diante desse crescimento, resolveu Herman Lundgren dar um passo maior em prol de seus investimentos.

Eles ainda investiram na compra, em 17 de setembro de 1904, das propriedades dos antigos engenhos Paulista, Jardim, Timbó (que moeu cana até 1921) e Genipapeiro, além da Usina Central Timbó e da propriedade Maranguape, pagando ao vendedor, Manoel Vieira Lima, a quantia de 400:000\$000rs. (quatrocentos contos de réis).

Essa nova situação mostra que apesar do litoral sul assumir a dianteira no comércio do açúcar, ao litoral norte ficarão as pequenas propriedades que tiveram que se manter diante da nova realidade. Apesar da região possuir seus atrativos de clima e de solo, não conseguiu se destacar, assumindo outras alternativas na sua produção econômica. Mesmo com o “obscurecimento” na documentação pode-se perceber, através da presença dos poucos vestígios dos engenhos e das capelas, que ainda existia produção açucareira, mas que poucos serão os que assumirão a nova realidade. Um desses será representado pela Usina Timbó, que trouxe uma nova realidade para a região.

Infelizmente a decadência de Olinda é visível, a cidade é praticamente abandonada principalmente pela “elite açucareira”. Tollenare falava que

Conquanto seja decorada com o título de capital, seja residência do bispo e deva ser a do governador durante seis meses do ano, pareceu-me um deserto; quase todas as casas não passam de miseráveis casebres ao rés do chão.

Ao sopé dos oiteiros à beira-mar, há alguns pescadores; mas na cidade não se vê indústria alguma; ali tudo definha. Sabe-se que Olinda tem o título de Cidade e é a verdadeira capital da capitania; mas é apenas um título faustoso e ilusório. Toda a atividade e autoridade social estão concentradas no Recife, que tem apenas a denominação de vila.

Essa decadência não deixou que a Freguesia fosse instituída e constituísse um território, abrigando 6 fábricas e desenvolve-se significativas igrejas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No palco da pesquisa arqueológica, o resgate do passado como base para o estudo da História sem dúvida constitui um fato de importância incontestável, podendo mesmo ser considerado um dos aspectos que conferem singularidade à Arqueologia como ciência.

Na Arqueologia, qualquer vestígio deve ser considerado fonte de informação, sua existência já é a prova mais significativa dessa importância para o resgate da memória. Dessa forma, preservar esses vestígios constitui uma responsabilidade ímpar e uma obrigação com o passado, com a história e a memória que este patrimônio guardou ao longo do tempo.

Os sítios arqueológicos que constituem a Freguesia de Maranguape são uma parte importante da herança cultural da região, as ruínas arqueológicas são valiosas, mas possuem uma fragilidade imensa e às vezes oferecem até risco para as pessoas que moram ao redor. E, uma vez destruídas, jamais poderão ser substituídas

Apesar dos sítios da Freguesia estarem, em alguns casos, em estado de ruínas, e outros nem mesmo existirem, não deixam de representar um documento testemunhal da história da sociedade a que pertenceram. O trabalho desenvolvido foi de grande importância, apesar de preliminar.

A identificação da atual situação de cada sítio indica a necessidade de uma futura pesquisa mais abrangente, proposta que já foi abordada e sugerida no trabalho “Prospecções Arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe”. Analisar cada sítio em particular será de fundamental importância para perceber a real situação em que aquela região se encontra e como lidou com as dificuldades que sua área sofreu após a expulsão dos holandeses. Igualmente importante será analisar como a Freguesia se comportou em relação à mudança do centro de poder, com o Recife assumindo a dianteira do processo econômico.

Muitas foram as dificuldades encontradas no decorrer do trabalho: o acesso à documentação; o acesso às informações sobre a região; e até mesmo o acesso aos sítios estudados.

Ao término da pesquisa, foi possível constatar que os dados coletados e analisados ao longo do trabalho, permitiram atingir alguns dos propósitos, como a identificação da matriz de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape, bem como as capelas anexas a ela.

Foi também possível perceber que a área da freguesia não era apenas uma região que teve um aumento populacional, mas, paralelo a esse aumento houve um certo desenvolvimento econômico, mas que não pôde resistir a mudança do centro da Capitania de Pernambuco. A realização de um trabalho arqueológico mais aprofundado poderia certamente mostrar os vestígios daquelas capelas que não estão mais disponíveis em superfície. Trabalho que pretendemos desenvolver futuramente.

Outro achado importante da pesquisa foi à identificação da área da Freguesia de Maranguape através da documentação, como também o reconhecimento da área atual, além da localização das unidades, os engenhos, que pertenciam à Freguesia.

A delimitação do espaço da Freguesia abrangia os seguintes pontos: ao sul, com a Freguesia da Sé, tendo como limite o riacho Mirueira, estendendo-se até a barra de Maria Farinha; ao norte, com a Freguesia dos Santos Cosme e Damião, de Igarassu; a leste, com o mar e, a oeste, com a Freguesia de Nossa Senhora da Luz de São Lourenço da Mata.

Não foi procedida uma análise mais aprofundada das transformações espaciais que ocorreram na Freguesia, apenas as superficiais, como a anexação de alguns engenhos na localidade, e algumas modificações ocorridas com o passar dos anos, haja vista a triplicação da PE-15 e a destruição de sítios históricos importantes para o estudo do município de Paulista.

Muitas lacunas permaneceram em relação aos sítios pesquisados, diversos questionamentos ainda ficaram por esclarecer, alguns em relação à exata definição de determinados sítios identificados, o que torna pertinente a sugestão de que os trabalhos arqueológicos devam ter continuidade. Isto, no entanto, não invalida o reconhecimento realizado pelo trabalho, através do qual é possível observar a organização espacial da Freguesia de Maranguape no decorrer dos séculos XVII e XVIII.

A maior contribuição da pesquisa foi o reconhecimento da existência das unidades produtivas açucareiras que não raramente “somem” da documentação. Essas propriedades, apesar de não terem o mesmo destaque e importância das do litoral sul, possuíam uma produção, mesmo que pequena, a ponto de um dos engenhos ter se transformado numa usina, ao contrário do que muitos afirmem. Além do reconhecimento da existência dessas unidades produtivas, também foi possível a localização e percepção da atual situação desses sítios, que estão abandonados e mereciam maior atenção, já que guardam memórias das diversas realidades vivenciadas ao longo de séculos.

Este é mais um estudo que mostra a riqueza do patrimônio identificado no litoral norte do Estado de Pernambuco, mais especificamente a área próxima a Olinda, uma área relegada a importância secundária, principalmente no período colonial. Acredita-se que esse descaso seja em virtude, possivelmente, porque Olinda deixa de ser o centro e com isso, acaba por ser “abandonada”.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Cadernos de História. Jurisdição e conflitos: a força política do senhor de engenho**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História. Divisão de Pesquisa Histórica. 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A indústria açucareira e a organização do espaço no Nordeste. In: **Sociologia do açúcar**. Recife: Museu do Açúcar 1971.
- _____. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1984.
- _____. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife, Editora Massangana, 1989.
- _____. **Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e o seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Unesp, 1994.
- _____. **A cana de açúcar e a mesorregião da Mata Pernambucana**. Recife: UFPE, Editora Universitária, 2001.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.
- BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa; ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. **Fontes repatriadas**. Anotações de História Colonial. Referenciais para pesquisa. Índices do catálogo da Capitania de Pernambuco. Recife: UFPE, Editora Universitária, 2006.
- BARLÉUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.
- BARTHEL, Stela Gláucia Alves. **Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007
- BATE, Luis Felipe. **El proceso de investigación en Arqueología**. Barcelona: Editora Crítica, 1998.
- BUTZER, Karl W. **Arqueología – una ecología del hombre: método y teoría para un enfoque contextual**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1989.
- CASIMIRO, Ana Palmira. **Constituições primeiras do arcebispado da Bahia: educação, lei, ordem e justiça no Brasil colonial**. In: Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR). Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_005.html. Acesso em 16 de novembro de 2009.
- CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Tradução de Lucia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- Código do Direito Canônico**. Promulgado pela Constituição Apostólica Sacrae Disciplinae Leges de 25 de janeiro de 1983. Atualizado com Carta Apostólica sob a forma de Motu Próprio Ad Tuendam Fidem, de 18 de maio de 1998. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1983.
- COSTA, Leticia Detoni S. da. **“O que as palavras soam”: vivências religiosas na Capitania de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em fins do século XVI**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

- COUTO, Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1981.
- CHACON, Vamireh. **Açúcar e desenvolvimento em Pernambuco**. In: Sociologia do Açúcar. Recife: Museu do Açúcar, 1971.
- DUARTE, Luiz Vital. **Olinda na Formação da Nacionalidade**. Recife: Imprensa Universitária da UFRPE, 1976.
- FOREST, Melânia Gaudêncio Noya. **Engenho Maranguape: uma leitura arqueológica**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- FREMONT, Armand. **A região e o espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste, aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. Recife: Livraria José Olympio Editora, 1967.
- GALVÃO, Tácito Cordeiro; GOMES, Rosangela Oliveira. **O processo da formação do Município de Paulista**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Funeso. Recife, 2001.
- GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2006.
- GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. Recife: Editora Raiz, 1984.
- HARRIS, Edward C. **Principios de Estratigrafia Arqueológica**. Barcelona: Crítica, 1991.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- HODDER, Ian; ORTON, Clive. **Análisis espacial en Arqueología**. Barcelona. Editorial Crítica, 1990.
- _____. **Interpretación en Arqueología. Corrientes Actuales**. Traducción castellana de M^a. José Aubet y J. A. Barceló. Barcelona: Editorial Crítica, 1994.
- HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época**. 4^a ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- IDÉIA Geral de Pernambuco em 1817. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, Recife, n° 29 e 30. Reedição fac-similar, 1977.
- JESUS, Edson Penha de. **Penha: de bairro rural a bairro paulistano: um estudo do processo de configuração do espaço penhense**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- KERN, Arno Alvarez. Presença jesuítica na América colonial: missões, História e Arqueologia: frentes de colonização, contatos interétnicos, intercâmbios culturais. In: **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, 2006.
- LABORATÓRIO DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA DA MARINHA/UFPE. **Macrozoneamento costeiro do litoral norte de Pernambuco**. Recife, 1992.
- LE GOFF, J. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988.
- LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia Histórica: algumas considerações técnicas. In: **Clio**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1989. p. 89-99.

LIMA, M de Oliveira. **Pernambuco e seu desenvolvimento histórico**. 2ª Edição. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1975. p 202.

LIMA, Mario de; DEMÉTRIO, José Geilson; NEUMANN, Virginio. **Estudo da variabilidade e proposta de proteção de aquíferos da faixa costeira Norte de Pernambuco**. Recife: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Fundo Estadual de Meio Ambiente), 2005. pp. 3-25.

MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco Mineiro**. São Paulo: 3ª ed. Editora Perspectiva, 1978.

MARANHAO, Methodio. **Duarte Coelho e a colonização de Pernambuco**. Recife: Imprensa Industrial, 1935.

MARTINEZ, Victor M. Fernández. **Teoría y método de la Arqueología**. Madrid: Editorial Síntesis, 2000. (Historia Universal, Prehistoria 1)

MARTÍNEZ, V.M.F.; ZAPATERO, G. R. El análisis de territorios arqueológicos: una introducción crítica. In: *Arqueología Espacial, Coloquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos*. Teruel, 1984.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MATEUS, José Eduardo. Arqueologia Ambiental sob a tutela da Cultura: uma experiência com 20 anos, um desafio para a nossa Arqueologia. In: **Trabalhos de Arqueologia 29: Paleocologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura**. MATEUS, José Eduardo; GACIA, Marta Moreno (Orgs.). Lisboa: Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueologia. p. 21-32. 2003. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/trabalhosdearqueologia/29/4.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2010.

MEDEIROS, Mércia Carréra de. **Reconstituição de uma fazenda colonial: estudo de caso Fazenda de São Bento Jaguaribe**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: O imaginário da Restauração Pernambucana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

_____. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1655**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. **A fronda dos Mazombos. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715**. 2ª ed. rev.. São Paulo: Editora 34, 2003.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. O chamado Foral de Olinda, 1537. **Revista do Arquivo Público**, Recife, v. 11-18, n. 13-30, p. 39-58, jan./dez. 1957-1974.

MELLO, José Antônio Gonçalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier. **Restauradores de Pernambuco. biografias de figuras do século XVII que defenderam e consolidaram a unidade brasileira. João Fernandes Vieira**. Recife: Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1967. v.2.

_____. **Cartas de Duarte. Coelho a El Rey: reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada**. 2ª ed. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1997.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2007.

OLIVEIRA, Cláudia Alves. **Relatório I prospecção arqueológica na Sesmaria Jaguaribe**. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – Núcleo de Estudos Arqueológicos/ NEA. Recife, 2005.

- OLIVEIRA, Leanize Teixeira. **Aspectos hidrogeológicos da região costeira norte de Pernambuco – Paulista a Goiania**. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Pernambuco: seu desenvolvimento histórico**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1975.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1983. Vol. 1-10.
- PERES, Gaspar; PERES, Apolonio. **A Indústria Assucareira em Pernambuco**. Recife: CEPE. 1991.
- PIANCO, João Batista. **Manual do Construtor**. Rio de Janeiro: 3ª edição, 1962.
- PONCIANO, Nilton Paulo. **Fronteira, Religião, Cidade: O Papel da Igreja Católica no Processo de Organização Sócio-Espacial de Fátima do Sul/ MS (1943-1965)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.
- PORTO, José da Costa. **Os tempos de Duarte Coelho**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1942.
- REIS, José Carlos. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.
- RENFREW, Colin ; BAHN, Paul. **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. Madrid: Ediciones Akal, 1993.
- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco. **A Arqueologia e as tecnologias de informação. uma proposta para o tratamento normalizado do registro Arqueológico**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade do Minho, Braga, 2001.
- ROCHA, Artur Gilberto Garcéa de Lacerda. **Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas da Freguesia de São José (1860-1880)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- RODRIGUES, F. F. **Estudo faciológico do calcário Gramame na Ilha de Itamaracá (PE)**. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.
- ROSAS, Fernanda Jenner; BRAINER, Suzana Maria. Capela de Santa Ana do Engenho Fragoso. In: **I Semana da Preservação do Patrimônio Natural e Cultural de Olinda**. Olinda: Monografia. 1983.
- ROSENDAHL, Zeny. Espaço, cultura e religião: dimensões de análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SALDANHA, João Darcy de Moura. **Paisagem, lugares e cultura material: uma Arqueologia Espacial nas terras altas do sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- SANJUÁN, Leonardo García. **Introducción al reconocimiento y análisis arqueológico del territorio**. Barcelona: Ariel, 2005.

- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, globalização e fragmentação**. 4ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Shirlei Martins dos. **Reconhecendo os engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.
- SILVA, Adriana Fraga da. **Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem do Troperismo nos Campos de Cima da Serra/ RS**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- SILVA, Severino Vicente da. **Uma leitura de paróquia e comunidade no Brasil – Perspectiva histórica – Fernando Londõno (Org.) São Paulo, 1987**. Revista Clio – Série Histórica do Nordeste, Recife, v. 1, nº17. 1998.
- SILVA JÚNIOR, Luiz Severino. **O Forte do Matos e o crescimento urbano do extremo sul do Recife, 1680 - 1730: uma perspectiva arqueológica**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, 1993.
- SOUSA, Ana Cristina de. Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. In: **Habitus**. Goiânia: v. 3, n. 2, p. 291-300. 2005.
- SOUSA, Ana Cristina. **Povoados de Cachoeirinha e Massaranduba (Vale do Jequitinhonha, BA): a relação entre espaço, agentes e contexto econômico**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- SOUZA, George Felix Cabral de. **Os homens e os modos da governança. A Câmara Municipal do Recife no século XVIII**. Recife: Série Memorial do Recife, 2003.
- SMITH, Robert. Arquitetura Civil no Período Colonial. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: v. 17, 1969.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THIESEN, Beatriz Valladão. **As paisagens da cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.
- Tombo do Mosteiro de São Bento. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco**. Recife, v.51. Pernambuco, 1948.
- TORRES, Adriana. Prospecção terrestre. **Revista Ângulo**. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2002.
- TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.
- VIEIRA, Sidney Gonçalves. **Representações sociais e cidade no Brasil colonial: a formação territorial e urbana brasileira e Portugal no antigo regime**. In: Congresso Internacional: O espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

ANEXOS

Anexo I - Registro dos Livro de Assento

Livro de Registros de Assentos – Freguesia de Igarassu – Batismos de Escravos 1794 – fls. 07

“Joaquim, forro, nascido a dois de dezembro de mil setecentos e noventa e quatro, filho legítimo [exposto de] Cipriano de Moraes, escravo de **Francisco Xavier de Moraes Cavalcante Lins, morador no seu Engenho Jaguaribe**, e de sua mulher Antônia Raposa, forra, moradora no mesmo lugar, de minha licença, batizei e puz os Santos Óleos, solenemente na **Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, do dito Engenho Jaguaribe**, Padre Antônio José Cavalcante Lins, trinta e um de dezembro do dito ano, foram padrinhos Antônio escravo de Francisco Xavier de Lima e Maria da Luz escrava de Barnabé de Souza, moradores nesta Freguesia, de que fiz este assento e assinei. Vigário Francisco Xavier da Costa Guedes”.

Livro de Registros de Assentos – Freguesia de Igarassu – Óbitos 1798 – fls. 22

“Aos dezesseis dias do mês de outubro de mil oitocentos e dois, faleceu **D. Maria Correia, mulher de Francisco Xavier Cavalcante Lins, moradora no Engenho Jaguaribe, desta Freguesia**, com todos os sacramentos, envolta em hábito da Ordem Terceira do Carmo, foi sepultada na Vila do Recife, no Convento dos Religiosos do Carmo, na Ordem Terceira do dito Convento, com vinte e seis anos de idade, e encomendado por mim, de que assinei. Antônio Jácome Bezerra.

Livro de Registros de Assentos – Freguesia de Igarassu – Casamentos 1769 – fls. 01

“Aos quinze de setembro de mil setecentos e setenta e dois, feitas as denúncias nesta Freguesia [de Igarassu], na de Maranguape, que ficam em meu poder, sem impedimento, e despacho do Reverendo Doutor Vigário-Geral (...) aos nubentes, de minha licença, em presença do Padre Domingos da Silva, na **Capela de Nossa Senhora de Guadalupe de Jaguaribe**, pelas nove horas do dia, se receberam na forma costumada da Igreja, José do Espírito Santo, natural desta Freguesia, filho legítimo do Alferes Francisco Mendes Couto, natural desta Freguesia, e de Dona Ana Maria do Espírito Santo, natural do Recife, **moradores em Jaguaribe de Cima, e Dona Joana Maria Cavalcante, filha legítima do Capitão-Mor Manoel Cavalcante de Albuquerque, natural do Recife, e de Dona Rita da Encarnação**, natural de Olinda, moradores no Genipapo, Freguesia de Maranguape, logo receberam as bênçãos, conforme os ritos e cerimônias da Igreja, de que foram testemunhas Gonçalo José Cavalcante e Maurício Lopes Cavalcante, casados, desta Freguesia, assinados ao pé da Certidão; avós paternos do esposado Cosme Mendes Couto e sua mulher Felipa de Assumpção, já defuntos, moradores desta Freguesia, avós maternos o Capitão José Nunes Novaes e Dona Ana Maria do Espírito Santo; avós paternos da esposa o Tenente Antônio Ferreira de Albuquerque; avós maternos da

esposa (...) por exposta a mãe da esposa que era natural do Recife, de que fiz este, oito de outubro, por agora (...). Vigário Marcos Soares de Oliveira”.

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinco, aos quatro dias do mês de março do dito ano, nesta Vila de Santo Antônio do Recife de Pernambuco, em meu escritório, por parte de Francisco Xavier de Moraes Cavalcante Lins, foi-me entregue uma sua petição para efeito de justificar o seu conteúdo, a qual, por estar despachada, pelo Doutor Desembargador Ouvidor-Geral João de Freitas e Albuquerque, e me sendo distribuída a autuei e aqui juntei que é a que se segue e para constar fiz este autuamento, eu, João Pedro Queirós, Escrivão o escrevi.

Diz **Francisco Xavier de Moraes Cavalcante Lins** que para bem de sua justiça pretende justificar perante Vossa Senhoria o seguinte:

- Item – que o justificante **comprando uma Engenhoca de fazer açúcar denominada Jaguaribe**, sem obras e, por isso, incapaz para dar lucro, comprou várias propriedades que anexou ao mesmo Engenho de moer com água, fazendo-lhe difíceis levadas, açudes para guardar água, vencendo grandes obstáculos para concluir a obra;
- Item – que fez de pedra e cal nova casa de engenho, outra nova de purgar, capela, rua de casas para os escravos, casas de vivenda para lavradores, tudo de pedra e cal; mandando vir, com grande despesa da Inglaterra, moendas e tachas para fabricar o mencionado Engenho que se acha, com efeito, um Engenho Real, fazendo avultadas safras, para o que tem trabalhado o largo espaço de dez anos o mesmo justificante;
- Item – que **herdando o justificante, por morte de seu sogro, o Engenho Mussupinho** de fazer açúcar na Freguesia de Igarassu; na mesma forma, fiz melhorar o dito Engenho, com grande despesa e insano trabalho o tem reduzido a moer com água, fazendo para isso dois trabalhasos açudes, levada, casas de engenho e toda a máquina necessária, mandando vir, também da Inglaterra, moendas e tachas para o dito Engenho, e outras muitas casas para lavradores;
- Item – que o justificante tem fabricado os ditos dois Engenhos, com os escravos e de todo o indispensável acessório para moerem com grandes despesas, reduzindo por este modo e habilitando ao dito Engenho Mussupinho a fazer grandes safras em utilidade do público e comércio, sendo que há muitos anos se achava quase de fogo morto, tendo uma grande safra que presentemente moeu, de que se tem seguido uma grande utilidade à Real Fazenda;

Pede ao Senhor Doutor Desembargador Ouvidor-Geral seja servido admitir a justificar o deduzido e provado o que baste, mande-lhe dar Instrumento pelas vias que pedir, distribuída esta. E receberá mercê.

Testemunhas:

1) **João Carneiro da Cunha**, branco, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, Sargento-Mor das Ordenanças da Cidade de Olinda, casado, morador nesta mesma Vila, de idade de 57

anos, vive de sua fazendas de gado.

2) **José Veloso da Silveira**, branco, casado, morador nesta Praça, homem de negócio, de idade de 45 anos.

3) **Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque**, branco, casado, morador nesta Praça, Escrivão da Provedoria, de idade de 51 anos.

4) **Patrício José de Oliveira**, Prêbitero Secular, branco, morador nesta Praça, vive de suas fazendas de moradas de casas e Engenho de moer canas, de idade 48 anos.

5) **Joaquim de Oliveira Maciel**, Prêbitero Secular, branco, morador nesta Praça, vive de suas fazendas de moradas de casas e Engenho de moer canas, de idade 40 anos”.

Anexo II – Documento de transferência da sede da Matriz de Maranguape.

Barão de Camaragibe, Vice Presidente da Província de Pernambuco. Faço valer a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. Único. A sede da Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape, fica transferida para o povoado de Nossa Senhora do Ó de Pao Amarello, cuja Capella ficará erecta Matriz, revogada as disposições em contrário. Mando portanto, a todos as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente resolução pertencer que a cumpram a facção cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretário desta Prov^a a faça imprimir publica e com o Palácio do Governo de Pernambuco aos 2 de maio de 1859 – trigésimo oitavo da independência e do Império – Barão de Camaragibe – Sellado e publicada a presente resolução nesta Secretaria do Governo. José Bento da Cunha. Registrada a fl. 159 do livro 4º das leis provinciais. Secretario do Governo de Pernambuco e as 2 de maio de 1859= Francisco de Lemos Duarte.

Conforme

Francisco Lucio de Castro

Anexo III – Carta do Bispo de Pernambuco, D. Tomás [da Encarnação Costa e Lima], ao rei [D. José I], remetendo uma relação de todas as freguesias, capelas, ermidas e oratórios que tem o dito Bispado, e o número de clérigos seculares que existem em cada uma das freguesias (AHU_ACL_CU_015, Cx. 126. D.9545). 19 de Fevereiro de 1777.

	Paroquia	Capella	Oratorios	Paroquia	Capella	Oratorios	Paroquia	Capella	Oratorios
Paroquia de S. Antonio da juçupapo Vigario João da Silva e Louca de Oliveira	3	8	1	6072636	Paroquia de Nova Senhora dos Anjos de Maranguape Vigario Com- mendado o Padre João Antonio Pereira Lima, de Oliveira	7	6	4	3873777
Paroquia de Nova Senhora do Pa- rio de Joazeiro Vigario o Padre An- tonio de Souza e Silva, ausente por infer- mo inhabil. Comendado o Padre Francisco da Costa Bandeira de O- liveira	12	27	25	227413345	Paroquia de Nova Senhora do Pa- rio de Caraca, Vigario Comendado o Padre Francisco Antonio Lopes de Olivei- ra	6	10	12	3593340
Nova Vila alem das Capelas, e Ma- ris hi Casa da Remedios e Com. Con- vento de Religiosos de Nova Senho- ra do Carmo da Pombalina, e por ora nao hi que padeca maior necessidade de seu sacramento.					Paroquia de S. Antonio do Recife Vig- ario o Padre Antonio de Souza de Oliveira	14	18	5	3204565
Paroquia de Nova Senhora da Con- ceicao de Diamantina Vigario Joao Machado Gonsalves de Oliveira	14	12	3	3873974	Paroquia de S. Antonio de Guararapes Vigario Antonio Machado Gonsalves de Olivei- ra	14	27	13	16838070
Paroquia de S. Antonio do Rio de mão da Vila de Joazeiro Vigario o Pa- dre Antonio Joao de Oliveira de Oliveira	10	18	3	3813588	Paroquia de S. Antonio da Boa Vista, Vi- gario de S. Antonio de Oliveira de Oliveira	10	27	4	16187246
Nova Paroquia hi Com. Convento de Religiosos Capuchos de S. Antonio de Diamantina, não temioy em a ajudar do Caroch.					Paroquia de S. Antonio do Recife Vigario o Padre Antonio de Oliveira de Oliveira	12	7	3	10033355
					Paroquia de S. Antonio do Recife Vigario o Padre Antonio de Oliveira de Oliveira	13	18	14	8601740
					Paroquia de S. Antonio do Recife Vigario o Padre Antonio de Oliveira de Oliveira	10	15	10	12001772

Anexo IV – Modelo de ficha usada no trabalho de levantamento dos engenhos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
PROSPECÇÃO DO “ENGENHO FRAGOSO” – PAULISTA-PE

Data – ___/___/____ Responsável _____

Membros da equipe envolvidos na prospecção

Localidade e/ou endereço do sítio (área urbana):

Outras designações da localidade:

Ação impetrada: Vistoria de superfície (); corte teste (); sondagem (); coleta sistemática ()

Tipo de sítio arqueológico: histórico (); pré-histórico (); pré-histórico e histórico ();

Uso do local do sítio: Agrícola (); pecuário (); atividade urbana (); estrutura de fazenda (); via pública (); área não utilizada (); outro () _____

Vegetação: Mata (); canavial (); veg. nativa em recomposição (); agricultura de subsistência (); sem vegetação (); outro () _____

Implantação do sítio na paisagem / ambiência:

Topo (); encosta (); vale (); planície (); planalto (); terraço (); leito (); ilha ()

Fonte d'água mais próximo do sítio: _____

Distância: _____

Tipo de material arqueológico pré-histórico: cerâmico (); lítico (); estrutura (); outro ()

Tipo de material arqueológico histórico: cerâmico (); faiança (); faiança fina (); vidro (); grés (); cachimbo (); tijolo (); telha (); estrutura, qual? (); outro, qual ()

Material Coletado: sim (); não (); **Número de catálogo:** _____

Fotos com orientação

() _____

() _____

() _____

() _____

Informações: relato de habitantes locais (); instituição local (); outros ()

OBSERVAÇÃO:

Coordenadas geográficas ou UTM;

Central: E _____ N _____

Limite 1: E _____ N _____

Limite 2: E _____ N _____

Limite 3: E _____ N _____

Limite 4: E _____ N _____

Nome do informante: _____

Endereço: _____

CEP: _____ **email:** _____ **Fone:** _____

Nome do proprietário da área do sítio: _____

Endereço: _____

CEP: _____ **email:** _____ **Fone:** _____